

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES DIGITAIS

DISSERTAÇÃO

O PAPEL DOS REPOSITÓRIOS DIGITAIS NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS DE CIÊNCIA ABERTA: O PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE
MÚLTIPLOS ACERVOS DA UFRRJ

THIERRE XAVIER DE OLIVEIRA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES DIGITAIS**

**O PAPEL DOS REPOSITÓRIOS DIGITAIS NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS DE CIÊNCIA ABERTA: O PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE
MÚLTIPLOS ACERVOS DA UFRRJ**

THIERRE XAVIER DE OLIVEIRA

Sob a orientação do Professor Doutor
Alexandre Fortes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Humanidades Digitais**, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais, Área de Concentração em Análise Qualitativa e Quantitativa de Dinâmicas Sociais.

Nova Iguaçu, RJ
Setembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/ Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48p Oliveira, Thierre Xavier de, 1986-
O papel dos repositórios digitais na construção de políticas de Ciência Aberta: o processo de implantação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ / Thierre Xavier de Oliveira. - Rio de Janeiro, 2021.
182 f.: il.

Orientador: Alexandre Fortes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais.

1. Repositório Institucional. 2. Humanidades Digitais. 3. Ciência Aberta. 4. Acesso aberto. I. Fortes, Alexandre, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
DIGITAIS (PPGIHD/UFRRJ)

THIERRE XAVIER DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Humanidades Digitais**, no curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais, área de Concentração em Análise Qualitativa e Quantitativa de Dinâmicas Sociais.

Dissertação aprovada em 13/09/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese/ dissertação.

Membros da banca:

Prof. Dr.Alexandre Fortes – Orientador/ Presidente da Banca
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGIHD/UFRRJ)

Prof. Dr.Sérgio Manuel Serra da Cruz – Examinador interno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGIHD/UFRRJ)

Prof. Dra. Luciana Quillet Heymann – Examinadora externa
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e
da Saúde (COC-FIOCRUZ)

Nova Iguaçu, RJ
2021



Emitido em 2021

TERMO Nº 1295/2021 - DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/12/2021 17:14)

ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1308466

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 10:17)

SERGIO MANUEL SERRA DA CRUZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DCOMP (11.39.97)
Matrícula: 362436

(Assinado digitalmente em 08/12/2021 12:08)

THIERRE XAVIER DE OLIVEIRA
DISCENTE
Matrícula: 20191005582

(Assinado digitalmente em 06/12/2021 17:22)

LUCIANA QUILLET HEYMANN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 806.007.947-68

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
1295, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **06/12/2021** e o código de verificação: **b8c6064711**

AGRADECIMENTOS

Agradeço por não ter desistido e por transformar as pedras no caminho (com direito a pandemia!), em força para continuar.

Aos meus pais que sempre me apoiaram na busca pelos meus objetivos e por todos os sacrifícios realizados. Espero que esse seja mais um trabalho digno dos seus esforços iniciais que me permitiram trilhar minha trajetória acadêmica e profissional.

Ao meu irmão sempre tão camarada em todas as horas e momentos de minha vida. Embora o tempo para estarmos juntos tenha diminuído em função dos rumos tomados pela vida, o companheirismo, a cumplicidade e a amizade permanecem.

À minha companheira de longa data, minha amada esposa por todo suporte psicológico e afetivo. Pela torcida, pelas palavras de carinho, por compreender a minha ausência durante esse período e por proporcionar mais leveza no decorrer do processo.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por incentivar a qualificação de seu quadro técnico e pela possibilidade de pesquisa. A todos os colegas de trabalho pelo apoio e experiências partilhadas que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Um agradecimento especial a toda equipe da Seção de Arquivo e Protocolo Geral da UFRRJ. Por toda compreensão e incentivo nessa etapa da minha vida bem como por todo empenho e dedicação no desempenho de suas atividades, prestando um serviço de excelência para a comunidade acadêmica apesar de todas as dificuldades vivenciadas.

Aos amigos que fiz ao longo dessa caminhada que seguem presentes em minha vida. Aqueles de longa data conhecidos ainda durante minha infância e adolescência, apesar dos encontros não mais tão frequentes como outrora e como gostaríamos, continuam essenciais no meu caminhar; aqueles feitos contando histórias pelos corredores da UERJ e da UFF, além de amigos tornaram-se também parceiros de profissão; e aqueles oriundos de minhas experiências profissionais que contribuíram e contribuem para o meu crescimento, a admiração pessoal e profissional segue inabalável.

Ao professor e orientador Alexandre Fortes, pelo interesse, acompanhamento e compreensão no desenvolvimento dessa pesquisa. Por aceitar o desafio, por todos os direcionamentos e contribuições fornecidas, deixo registrada minha gratidão, meu muito obrigado.

Aos membros da banca de defesa por aceitarem o convite e pelas considerações e apontamentos compartilhados que, com certeza, enriqueceram ainda mais o estudo.

A todo corpo docente do PPGIHD/UFRRJ que partilhou seus conhecimentos contribuindo para o meu crescimento intelectual e pessoal. A todos os colegas da primeira turma do programa por tornar essa jornada mais divertida e suave, pelas caronas, bate-papos, risadas e por toda força em prol da nossa formação como humanistas digitais.

A todos que não estão aqui citados pela memória já um tanto quanto falha, mas que torceram por mim e que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta pesquisa pudesse existir.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

O período de maior ganho em conhecimento e experiência
é o período mais difícil na vida de alguém.
(Dalai Lama)

RESUMO

OLIVEIRA, Thierre Xavier de. **O papel dos repositórios digitais na construção de políticas de Ciência Aberta: o processo de implantação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRRJ**. 2021. 182 p. Dissertação (Mestrado em Humanidades Digitais). Instituto Multidisciplinar - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

As Humanidades Digitais são objeto de discussão desde o surgimento do termo. Aspectos relativos à conceitualização, presença no meio acadêmico, comunidade multilíngue, característica transdisciplinar, impacto do digital nas atividades de pesquisa, entre outros, permeiam os debates sobre esta temática. O manifesto das Humanidades Digitais vai ao encontro de alguns preceitos do movimento do acesso aberto ao apresentar clara defesa em benefício da divulgação, circulação e acesso livre de dados, metadados, resultados de pesquisa. Considerando o papel fundamental dos repositórios digitais no alcance desses objetivos, analisamos sua implantação e uso no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). Esse processo culminou na implantação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), com base na integração de dois repositórios previamente existentes. Trata-se de uma experiência representativa em relação ao desenvolvimento das políticas de Ciência Aberta nas universidades públicas, responsáveis por boa parte da produção científica e cultural do país. Partindo do campo teórico delimitado pela literatura especializada, procedemos à pesquisa empírica de natureza qualitativa combinada o aspecto descritivo, com a análise da percepção de atores sociais da própria UFRRJ envolvidos no processo estudado por meio da aplicação de questionários.

Palavras-chave: Acesso Aberto; Ciência Aberta; Humanidades Digitais; Repositório Institucional; RIMA.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Thierre Xavier de. **The role of digital repositories in the construction of Open Science policies: the process of implementing the Institutional Repository of Multiple Collections at UFRRJ.** 2021. 182 p. Dissertation (Master in Digital Humanities). Instituto Multidisciplinar - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2021.

Digital Humanities have been an object of discussion since the appearance of the term. Aspects related to conceptualization, presence in the Academy, multilingual community, transdisciplinary characteristics, impact of the digital on research activities, among others, permeate the debates on this theme. The Digital Humanities' manifesto meets some precepts of the open access movement by presenting a clear defense in favor of the dissemination, circulation and free access of data, metadata, research results. Considering the fundamental role of digital repositories in achieving these goals, we analyze their implementation and use in the context of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). This process culminated in the implementation of the Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), based on the integration of two previously existing repositories. It is a representative experience in the development of Open Science policies in public universities, responsible for a considerable part of the country's scientific and cultural production. Starting from the theoretical field delimited by the specialized literature, we proceeded to the empirical research of a qualitative nature combined with the descriptive aspect, from the analysis of the perception of social actors from the UFRRJ involved in the studied process through the application of questionnaires.

Keywords: Open Access; Open Science; Digital Humanities; Institutional Repository; RIMA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Manifesto for the Digital Humanities.....	31
Figura 2	Reunião de logotipos de algumas associações.....	37
Figura 3	Guarda-chuva da Ciência Aberta.....	64
Figura 4	Representações das dimensões da Ciência Aberta	70
Figura 5	Visão geral das plataformas de software usados pelos repositórios no OpenDoar.....	81
Figura 6	Quantidade de repositórios por país no OpenDoar.....	82
Figura 7	Página inicial Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/ UFRRJ.....	86
Figura 8	Página inicial RIMA.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Princípios Fair.....	57
----------	----------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Demonstrativo de respostas da questão 3.....	94
Gráfico 2	Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 1.....	96
Gráfico 3	Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 2.....	96
Gráfico 4	Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 3.....	97
Gráfico 5	Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 4.....	97
Gráfico 6	Demonstrativo de respostas da questão 7.....	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAHD	<i>Asociación Argentina de Humanidades Digitales</i>
AHDig	Associação das Humanidades Digitais
ARL	<i>Association of Research Libraries</i>
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CA	Ciência aberta
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CEDIM	Centro de Documentação e Imagem
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
ENA	Escola Nacional de Agronomia
ENV	Escola Nacional de Veterinária
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
FAPERJ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEDORA	<i>Flexible Extensible Digital Object and Repository Architecture</i>
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FI	Fator de impacto
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Foster	<i>Facilitate Open Science Training for European Research</i>
Funcate	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GT	Grupo de Trabalho
HD	Humanidades Digitais
HDH	<i>Sociedad Humanidades Digitales Hispánicas</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação em Ciência e Tecnologia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

IM	Instituto Multidisciplinar da UFRRJ
ITA	Instituto Tecnológico de Informática
LABDOC	Laboratório de Conservação Documental
LARHUD	Laboratório em Rede de Humanidades Digitais
MAA	Movimento de acesso aberto
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NSEC	<i>Nanoscale Science & Engineering Center</i>
OA	<i>Open Access Movement</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OAI-PMH	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
OPENAIRE	<i>Open Access Infrastructure for Research in Europe</i>
OSI	<i>Open Society Institute</i>
OS	<i>Open Science</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
PPGIHD	Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais
PQI	Programa de Qualificação Institucional da UFRRJ
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação
PROPLADI	Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional
RedHD	<i>Red de Humanidades Digitales</i>
RI	Repositório institucional
RIMA	Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar
RIMA	Repositório Institucional de Múltiplos Acervos
SAPG	Seção de Arquivo e Protocolo Geral
SCI	<i>Science Citation Index</i>
SiBBr	Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira
SPARC	<i>Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition</i>
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
TIC	Tecnologia de informação e comunicação

UE	União Européia
USP	Universidade de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 UMA BREVE EXPOSIÇÃO ACERCA DAS HUMANIDADES DIGITAIS	23
2.1 Humanidades Digitais? Primeiros apontamentos	23
2.2 <i>Digital Humanities</i> x Humanidades Digitais/ <i>Humanidades Digitales</i>: a procura de uma construção sob a perspectiva Sul Global	31
3 MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO E DADOS ABERTOS: IMPACTOS DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO FAZER CIENTÍFICO.....	40
3.1 A comunicação científica e as novas possibilidades decorrentes das tecnologias de informação e comunicação	40
3.2 Movimento de acesso aberto: contextualização e perspectivas	44
3.3 Dados de pesquisa abertos.....	54
4 CIÊNCIA ABERTA: UMA NOVA PERSPECTIVA	61
4.1 As múltiplas abordagens da Ciência Aberta.....	62
4.2 Algumas iniciativas em benefício da Ciência.....	70
5 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	75
5.1 Repositórios institucionais e a via verde do Movimento de Acesso Aberto	75
5.2 DSpace: o software mais utilizado em repositórios institucionais.....	80
5.3 Experiências com repositório e com o uso do DSpace na UFRRJ: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações(BDTD) e o Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar (RIMA).....	84
6 DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR AO REPOSITÓRIO DE MÚLTIPLOS ACERVOS: RELATO DA PESQUISA	90
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A – Questionário.....	125
APÊNDICE B – Respostas ao questionário.....	127
ANEXO A – Portaria nº 4, de 29 de abril de 2019.....	156
ANEXO B – Proposta de Política de Gestão Integrada de Acervos da UFRRJ.....	157
ANEXO C – Proposta de Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ.....	175

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e tem como objeto de investigação a experiência em andamento de implantação e desenvolvimento do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), acompanhado pelo autor na condição de técnico administrativo vinculado ao quadro de pessoal da referida instituição, mais precisamente, no desempenho da função de arquivista.

O panorama da UFRRJ norteou a pesquisa sobre diferentes aspectos a fim de compreender os obstáculos e desafios intrínsecos a empreitada bem como vislumbrar as possibilidades dos repositórios no que se refere à preservação e disseminação ampla da produção científica gerada pelas universidades, de uma maneira geral, e pela própria UFRRJ. Tal proposta surge diante dos novos mecanismos de comunicação e de movimentos a favor da difusão de informações em ciência, tecnologia e inovação, dirigidos ao pleno desenvolvimento da ciência.

Questões envolvendo o acesso livre e a ciência aberta são debatidas tanto em âmbito nacional quanto internacional há certo tempo. Além de levantarem temáticas como a importância acerca da reprodutibilidade da pesquisa, preocupação em garantir uma ciência reproduzível, entre outras, contrapõem-se a uma lógica de apropriação e monetização intelectual, promulgam, em linhas gerais, a liberdade e acesso perpétuo aos produtos intelectuais humanos para que possam ser distribuídos e modificados livremente a favor da sociedade.

Importante notar que o conhecimento científico, fundamental para o desenvolvimento das nações, ainda enfrenta dificuldades no que diz respeito ao acesso e disseminação decorrente da resistência da própria comunidade científica perante o compartilhamento de dados de pesquisa e da publicação de trabalhos em periódicos de acesso restrito. Embora o surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação, observado principalmente no final do século XX, tenha alterado paradigmas em prol da facilitação e compartilhamento da informação em meio digital oferecendo novas alternativas para a comunicação científica, o acesso limitado ainda perdura.

Neste sentido, a proposta de gerar publicações e posteriormente datasets em acesso livre e gratuito ganha força no ambiente acadêmico tendo em vista suas vantagens de natureza econômica, social e de pesquisa. O acesso aberto orientado a exploração científica constitui-se num fator que maximiza o acesso propriamente dito, expandindo e acelerando o seu impacto,

além de influir seu progresso e resultado. Representa a oferta livre e irrestrita dos resultados da pesquisa em texto completo no espaço web. (LYNCH, 2003).

A idéia acompanhada de uma série de ações, como reuniões e elaboração de diretrizes voltadas para definição e orientação de estratégias comuns, foi ganhando força progressivamente, convergindo para a constituição do Movimento de Acesso Aberto à informação científica. Com abrangência mundial, “o movimento propõe ações que gerem como resultado a disponibilização da produção científica mundial em acesso aberto.” (COSTA; LEITE, 2017, p. 14).

É neste contexto que emergem os repositórios institucionais, ferramentas que possibilitam o armazenamento, organização, recuperação e disseminação de documentos produzidos pelas instituições de ensino superior e de Ciência e Tecnologia. Configuram-se como o caminho para adoção da estratégia conhecida como Via Verde do referido movimento, em que prevê a submissão e guarda de cópias das publicações científicas completas em repositórios, seja ele temático ou institucional.

Cabe destacar que consta na literatura (CAFÉ *et al.*, 2003; LEITE, 2009; COSTA; LEITE, 2017; WEITZEL, 2019) classificações distintas para repositórios digitais, podendo ser considerados em geral de três tipos: de teses e dissertações, temático e institucional. O primeiro lida exclusivamente com teses e dissertações, como as bibliotecas digitais de teses e dissertações mantidas por diferentes institutos de ensino e pesquisa; o segundo são aqueles que têm sua abrangência limitada a uma determinada área do conhecimento; já o terceiro detém característica multidisciplinar, isto é, reúne os repositórios temáticos hospedados em uma organização, agrupando-os sob a responsabilidade de uma instituição.

Um repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização. No caso de uma universidade, cada departamento trata de uma área do conhecimento e, portanto, seu repositório temático será específico no assunto deste departamento. A união de todos os repositórios das diversas unidades de pesquisa comporá o repositório institucional, caracterizando-o como multidisciplinar. (CAFÉ *et al.*, 2003, p. 4).

Geradoras de conhecimento científico, tecnológico e cultural, as academias começam a enxergar os repositórios como locais ideais para depositar os conteúdos digitais produzidos de forma contínua e cumulativa, em benefício da disseminação, produção, reunião e socialização do saber criado. Ao alcance de toda a comunidade e refletindo a produção científica da instituição (WARE, 2004).

Da mesma forma que centralizam, preservam e expandem o acesso aos estudos, também demonstram a relevância científica, social e econômica das atividades de pesquisa, elevando seu valor, prestígio e sua notoriedade como um bem público. Além disso, os repositórios possibilitam maior controle do saber gerado na instituição no sentido de evitar o cenário comumente observado de produção científica dispersa em diferentes periódicos.

A possibilidade de armazenar arquivos de diferentes formatos, promover maior visibilidade aos resultados dos trabalhos e preservar a memória científica institucional, sem custos tanto para autor do trabalho quanto para quem o acessa, são algumas das vantagens oriundas da implantação dos repositórios digitais. Nessa conjuntura, algumas universidades contam com a existência de seus respectivos repositórios digitais no quadro de serviços oferecidos, tanto para docentes, discentes e técnicos administrativos quanto para a sociedade de uma maneira geral.

As perspectivas são animadoras à medida que são identificados como algo positivo para a instituição. Contudo demanda um bom planejamento, envolvendo elementos acerca de recursos financeiros a serem utilizados para implantação e manutenção do repositório, capacitação de pessoal, ações de conscientização, formulação de políticas e diretrizes que direcionará o repositório de acordo com os objetivos traçados pela organização.

A UFRRJ conta atualmente com dois repositórios que operam de maneira independente: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar. A biblioteca, como o próprio nome evidencia, tem seu acervo composto exclusivamente pelos trabalhos finais desenvolvidos nos cursos *stricto sensu*, gerenciados por meio do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) e o repositório contém documentação histórica oriundas do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM), monografias e trabalhos de conclusão de graduação provenientes de alguns cursos ofertados pela instituição e publicações de docentes.

No entanto, com o intuito de fortalecer e dar maior visibilidade a ambos assim como ampliar seu poder de atuação dentro da própria instituição e fora, por meio de parcerias e termos de cooperação, ações têm sido tomadas em função da união dos dois repositórios num único, intitulado de Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA). A iniciativa esteve, num primeiro momento, sob coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e atualmente é mantida pelo grupo de trabalho formado para este fim.

Dessa forma, tendo em vista que as universidades públicas brasileiras são responsáveis por grande parte da produção científica e cultural do país e compreendendo que a dissipação deste conhecimento configura-se como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento

do país, as ações que tomamos agora terão impactos no futuro, principalmente quando lidamos com preservação e acesso. Logo, um estudo sobre a realidade da UFRRJ, englobando a experiência com o uso dos dois repositórios existentes assim como da movimentação em prol de sua integração e potencialização de seu uso pela comunidade acadêmica se faz necessário, contribuindo assim para a constituição da memória institucional e para a melhora dos serviços prestados pela universidade no que tange ao assunto abordado. Sistematizar essa experiência também representa uma retribuição à iniciativa adotada pela UFRRJ com a criação do Programa de Qualificação Institucional (PQI), aprovado pela Deliberação nº 46 de 24 de abril de 2018, que tem por objetivo incentivar a qualificação dos servidores docentes e técnicos administrativos, integrantes do quadro ativo permanente, na formação em nível de mestrado e doutorado.

Diante do exposto e do fato de que a UFRRJ, enquanto uma instituição federal de ensino superior tem por responsabilidade desenvolver atividades em prol de sua missão baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, a pergunta que norteia a presente pesquisa é como a UFRRJ zela por sua produção científica a partir do uso de repositórios institucionais para que seja possível o acesso e reuso das informações geradas?

Assim, o estudo tem como referencial teórico metodológico a pesquisa de forma empírica, de natureza qualitativa e de caráter descritivo. Pautado, num primeiro momento, na literatura especializada, por meio de levantamento e leitura bibliográfica para fundamentação em questões pertinentes ao tema abordado, estabelecendo como campo as experiências da UFRRJ com a criação e uso de repositórios institucionais existentes e com a construção da política voltada para a gestão de acervos, para o qual se utilizou o método de coleta de dados por meio de questionário semi-aberto, contendo questões aplicadas a agentes e atores da própria universidade.

Por meio da pesquisa foi possível refletir sobre ferramentas, instrumentos e ações que viabilizem o acesso, a preservação e a difusão do conhecimento científico e acadêmico gerado nos limites da UFRRJ. Teve como objetivo geral fornecer subsídios aos profissionais que compõem o corpo técnico da universidade a fim de contribuir com a integração e gestão do repositório institucional no sentido de ampliar o impacto das pesquisas desenvolvidas pela instituição.

Como objetivos específicos, o escrito buscou levantar e analisar a bibliografia específica que aborde a temática de acesso aberto, ciência aberta e humanidades digitais; realizar um estudo acerca de repositórios digitais, em especial os institucionais e se debruçar sobre as vivências da UFRRJ no que diz respeito aos mesmos. Para o melhor entendimento, a

dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos subdivididos em seções, além da parte introdutória mais considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado *Uma breve exposição acerca das Humanidades Digitais*, tece considerações a respeito do campo emergente justificado não apenas por sua ligação com questões que permeiam assuntos correlatos a pesquisa, como acesso aberto, ciência aberta e democratização do conhecimento, mas também por inserir o trabalho no programa de pós-graduação. Representa a necessidade de uma maior compreensão do comportamento da sociedade diante do ambiente digital, destacando sua característica transdisciplinar, colaborativa e seus impactos para a pesquisa e ensino, com a exposição da visão de alguns autores envolvidos na formação deste campo, desta comunidade de práticas, assim como destaca a importância da participação de países localizados a margem do centro de poder econômico e científico nesta discussão.

Nações provenientes do Sul Global partilham de realidades e contextos distintos quando comparados àqueles localizados nas regiões mais desenvolvidas, em especial anglo-americanas, que moldaram o campo disciplinar conforme suas realidades. Logo, uma nova configuração que abranja bagagens e olhares múltiplos, seja do ponto de vista lingüístico, cultural e/ou geopolítico torna-se necessário.

No segundo capítulo são abordados os efeitos ocasionados pelos avanços tecnológicos no fazer científico bem como o Movimento de Acesso Aberto que se constitui como um elemento fundamental para propor redefinições na lógica até então instaurada para a disseminação dos resultados dos trabalhos de pesquisa e para as formas de acessá-las. Nele são expostos pontos que competem às mudanças ocorridas no processo de comunicação científica, o papel do periódico científico, histórico e perspectivas do movimento e a preocupação com a preservação e disponibilização dos dados, não mais direcionados exclusivamente as publicações acadêmicas tradicionais, mas também ao universo dos dados que suportam e são produzidos no decorrer do desenvolvimento das pesquisas.

Em sequência, o terceiro capítulo – *Ciência Aberta: uma nova perspectiva* – é dedicado para tratar do movimento que incentiva a transparência da pesquisa científica e garanta sua reprodutibilidade desde a sua concepção, em que metodologias, dados, emprego de softwares, relatórios, notas de pesquisa, em suma, todos os passos do conhecimento científico devem possuir uma versão aberta. Considera o conhecimento científico como um patrimônio da humanidade, motivado pela dinâmica social e visto como essencial para o avanço da sociedade do ponto de vista científico, econômico e social.

Apresenta as escolas de pensamento que representam diferentes perspectivas da Ciência Aberta além de indicar algumas iniciativas, nacionais e internacionais, em prol de sua ampla e irrestrita adesão. Alterando o curso da comunicação e a maneira de registrar processos, com a formalização de etapas antes não compartilhadas tais como os dados brutos resultantes das investigações e os projetos de pesquisa. O novo caminho proposto “não modifica a essência da pesquisa; sua principal diferença em relação ao processo anterior é a transparência, a reutilização, a colaboração e a inclusão social na produção científica.” (SILVA; SILVEIRA, 2019, p. 3).

Neste sentido, tanto o Movimento de Acesso Aberto tal como o da Ciência Aberta constituem-se como ações políticas contrárias aos mecanismos de apropriação do conhecimento e ao reivindicarem a liberdade e uso dos produtos oriundos da mente humana, muitas vezes financiados por recursos públicos, buscam fomentar uma atmosfera de ajuda mútua, altamente colaborativa.

O quarto capítulo, denominado *Repositórios Institucionais* versa sobre os repositórios propriamente ditos, ressaltando algumas particularidades tecnológicas, conceitos, funções, suas potencialidades e o seu papel no interior da discussão de acesso aberto. Em seguida são abordadas as vivências desta ferramenta no contexto da UFRRJ, tendo como foco de verificação a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e o Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar.

Em *Do Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar ao Repositório de Múltiplos Acervos: relato da pesquisa* encontra-se o lócus da pesquisa. Em outras palavras, no quinto capítulo são apresentados os relatos que tiveram como objeto o processo integração dos dois repositórios num só – resultando no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos – fruto de conversas originadas na comissão criada, por meio da Portaria 004 de 29 de abril de 2019, para formulação da Política Integrada de Gestão de Acervos da universidade. Para tanto, são analisadas as respostas do questionário submetido aos membros do GT assim como apontamentos de algumas reuniões do grupo, em que é possível constatar algumas das dificuldades enfrentadas, as soluções encontradas e algumas decisões tomadas com o intuito de garantir não apenas a criação do novo repositório, mas igualmente a sua manutenção e uso ao longo dos anos pela comunidade acadêmica.

Por fim, o último capítulo destinado as considerações finais, identifica alguns direcionamentos para a viabilização do repositório institucional, recomenda a continuação de novos estudos sobre o assunto tendo em vista os avanços a serem alcançados e a rápida

obsolescência tecnológica, reforça a importância do envolvimento da administração central e de ações de sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica.

2 UMA BREVE EXPOSIÇÃO ACERCA DAS HUMANIDADES DIGITAIS

O termo Humanidade Digitais (HD) ou *Digital Humanities (DH)* vem sendo empregado recentemente para descrever e refletir a maneira como o âmbito tecnológico influencia e potencializa os estudos e os projetos desenvolvidos na academia, na área das humanidades. Indo um pouco além, espelha uma necessidade de maior compreensão e olhar crítico do comportamento da sociedade diante do universo digital, cada vez mais presente ao seu redor, ampliando os horizontes das pesquisas e do próprio ensino nas ciências humanas e sociais, não podendo ser reduzida a mera aplicação de ferramentas e recursos digitais.

Dessa forma, com o objetivo de se dedicar sobre a temática, serão abordados ao longo deste capítulo alguns pontos relacionados às Humanidades Digitais. Identificando-a como um espaço de reflexão que apresenta novas possibilidades tanto para a pesquisa como para o ensino, acarretando mudanças de metodologias, práticas e de organização do campo das humanidades, composta no Brasil pelas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

2.1 Humanidades Digitais? Primeiros apontamentos...

A sociedade tal como se apresenta hoje é resultado de diferentes contextos históricos vivenciados pela humanidade no decorrer dos séculos. A relação entre o homem, a natureza e o meio social passou por constantes mudanças que impuseram novas maneiras de relacionar, influenciadas por diversos fatores dentre eles o tecnológico.

Decerto que a tecnologia molda o comportamento dos indivíduos e configura-se como importante motor nas transformações ocorridas em vários setores da sociedade. A revolução digital presente nos dias atuais as aprofunda, tendo em vista o seu escopo, escala e complexidade. A quantidade talvez ilimitada de pessoas conectadas por dispositivos móveis gera um poder de processamento, armazenamento e acesso ao conhecimento jamais antes visto. Os ganhos possíveis com o uso do *big data* e com os avanços da inteligência artificial, robótica, internet das coisas, biotecnologia, entre outras também é algo sem precedentes (SCHWAB, 2016).

Segundo Schwab, tal revolução

[...] não diz respeito apenas a sistemas e máquinas inteligentes e conectadas. Seu escopo é muito mais amplo. Ondas de novas descobertas ocorrem

simultaneamente em áreas que vão desde o seqüenciamento genético até a nanotecnologia, das energias renováveis à computação quântica. O que a torna fundamentalmente diferente das anteriores é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos. (SCHWAB, 2016, p. 19).

Inúmeros grupos de ramos distintos são afetados em suas práticas cotidianas pelo viés digital, inclusive o da pesquisa científica em humanidades. Ao reformar etapas de circulação de conhecimento e modificar sua velocidade de criação e divulgação, a automatização de determinados procedimentos da conjuntura científica pautada no suporte digital, impacta consideravelmente a produção, o armazenamento, o acesso e a recuperação do conhecimento. Além de propiciar novos usos, reusos e apropriações do que fora elaborado. “A ciência grosso modo se tornou cada vez mais alicerçada nos recursos tecnológicos que garantem não apenas sua divulgação, circularidade e dinâmica produtiva como também sua inovação” (PIMENTA, 2016, p. 21). O entrelaçamento entre o digital e as humanidades consiste-se numa realidade. Nas palavras de Svensson (2009),

As humanidades estão passando por um conjunto de mudanças que se relacionam com as práticas de pesquisa, estruturas de financiamento, o papel da expressão criativa, as bases infraestruturais, os sistemas de recompensa, o sentimento interdisciplinar e o surgimento de humanidades profundamente conectadas em relação aos processos e produtos de produção de conhecimento. Um aspecto importante desta transformação contínua das humanidades é o uso e a exploração cada vez maior da tecnologia da informação pelos estudiosos das ciências humanas como uma ferramenta escolar e um objeto cultural que precisa de análise. Atualmente, existe um conjunto cumulativo de experiências, práticas e modelos florescendo no que pode ser chamado de humanidades digitais. (SVENSSON, 2009, p. 1, tradução nossa).

O uso de dados que afeta nossa vida individual e coletiva, influenciando e por vezes ditando como nos colocamos no mundo social, se impõe como uma questão para as Humanidades tradicionais. Porém, o campo não domina, conhece, detém habilidades ou se apropria de ferramentas essenciais para lidar com a quantidade massiva de dados para análise. Dessa forma, há uma necessidade de se repensar as práticas a fim que se possa trabalhar a sociedade datificada, operando recursos computacionais.

Contudo, ao vislumbrar essa proximidade torna-se necessário destacar a existência de um movimento de ordem tecnológica presente nas atividades de pesquisa nas ciências humanas que precipitara o desenvolvimento prático-teórico presente nas Humanidades Digitais, conhecido como humanidades computacionais. McCarty (2003), ao propor o mapa

conceitual deste movimento, indica a existência de um conjunto de “comuns metodológicos”, isto é, técnicas computacionais compartilhadas entre as disciplinas de ciências humanas e sociais, como análise de texto, banco de dados, recuperação da informação, entre outros, interligado a grupos disciplinares – Estudos históricos, Direito, Estudos filosóficos, Estudos literários e linguísticos. Gerando uma troca entre as técnicas relevantes de cada campo (McCarty, 2003). De acordo com McCarty,

A área que observa esta troca de importação/ exportação é a *humanities computing* em seu duplo papel como serviço colegial para as disciplinas e como empresa de pesquisa direcionada a investigar suas metodologias em evolução, desenvolver novas abordagens computacionais, estudar os efeitos e descobrir as implicações. Abaixo dos “comuns metodológicos” estão amplas áreas de aprendizagem que esse trabalho interdisciplinar exige. (McCarty, 2003, p. 1224, tradução nossa).

Dessa forma, alguns autores indicam a *humanities computing* como predecessora as HD por englobar conceitos e características marcantes das HD. Aspectos como sua característica interdisciplinar, sendo crucial a troca entre as áreas de conhecimento e a aplicação da tecnologia nos procedimentos metodológicos de estudo dessas áreas. O que se observa, portanto, é que antes de ser formalmente denominada como HD, a mesma já existia do ponto de vista prático. Em outras palavras, “a prática do que hoje teorizamos como sendo ‘Humanidades Digitais’ precedeu a designação da moda em quase 50 anos.” (ALVES, 2017, p. 92).

Cabe salientar, no entanto, que Svensson (2009) ao analisar a mudança discursiva de *humanities computing* para *digital humanities*, destaca que o emprego do novo termo vai além de uma simples alteração terminológica uma vez que abarca consigo compromissos mais abrangentes do que os anteriormente assumidos, expandindo seus limites e possibilidades. Pontua questões relacionadas, por exemplo, à abordagem demasiadamente instrumental da tecnologia nas Humanidades, em que os aparatos tecnológicos não são identificados como um objeto de estudo, um laboratório de exploração passível de indagações e reflexões e mirando sua lente majoritariamente sobre as aplicações da computação e seu papel ferramental para o ensino e pesquisa; e ao intenso enfoque sobre textos e automação de análises linguísticas provenientes dos mesmos, com destaque para as tecnologias de digitalização acompanhadas de estudos quantitativos. “Em sua análise de *humanities computing*, parcialmente baseada em corpus, Terras afirma que ‘pesquisas de *Humanities Computing* são predominantemente sobre textos’.” (SVENSSON, 2009, p. 10, tradução nossa).

Alves (2016), ao debruçar-se sobre a história, salienta que a *humanities computing* iniciara concomitantemente ao aparecimento dos computadores. Desde o trabalho pioneiro de análise da obra de São Tomás de Aquino desenvolvido pelo padre jesuíta Roberto Busa – *Index Thomisticus* – com o uso de equipamentos de processamento de informática em 1949, passando pelas décadas de 60 e 80 com o aumento de capacidade da rapidez nas operações, armazenamento e surgimento dos computadores pessoais.

A década de 1980 assistiu ao aparecimento e divulgação dos computadores pessoais, máquinas que finalmente puderam começar a ser adquiridas individualmente e usadas fora do ambiente universitário ou empresarial onde tinham estado quase exclusivamente até então. Nesta altura, contudo, a maioria dos projetos, fossem da área dos Estudos Literários, da Arqueologia ou da Demografia, entre outras, só eram desenvolvidos com a ajuda dos departamentos de Informática, afastando os investigadores das Humanidades do processo de planificação, desenvolvimento e, em alguns casos, mesmo da utilização prática das ferramentas digitais criadas para dar resposta aos seus projetos. (ALVES, 2016, p. 93).

Com a internet e maior disseminação de equipamentos e softwares informáticos o quadro começa a se alterar. Profissionais oriundos das áreas de humanas, de uma maneira geral, se tornam paulatinamente menos leigos diante dos meios digitais a partir do crescimento de sua interação com o novo ambiente, seja por meio de fontes disponibilizadas online, projetos de digitalização, processadores de texto, entre outros. Como explicitado por Alvim e Fortes (2020),

Em geral, a incorporação da tecnologia digital ao trabalho dos pesquisadores ocorre de maneira mais ou menos casual, à medida que os equipamentos eletrônicos se tornam mais acessíveis, os softwares se tornam mais conhecidos e amigáveis e as plataformas se tornam componente obrigatório das mais diversas atividades inerentes à vida académica. (FORTES; ALVIM, 2020, p. 209).

Apesar de romper o costume de ocupar posição retardatária quando se trata de inovação tecnológica na produção científica e metodologias aplicadas no cotidiano da pesquisa, a resistência e até mesmo descrédito perante trabalhos amparados por engenharias digitais e o impacto delas ao campo das humanidades seguem sendo comportamentos ainda notados no respectivo nicho académico. São comuns os casos em que o otimismo a respeito do impacto do carácter digital nas Humanidades são refutados por argumentos temerosos a apropriação tecnológica, colocando em cheque a confiabilidade científica e apresentando recusas e profecias de destruição (ALVES, 2016). Como observa Pereira,

Não é difícil, regra geral, encontrar a linha divisória entre os que propõem uma tecnofilia triunfante, sempre dispostos a exaltar o efeito renovador (quando não, revolucionário) das últimas novidades, ainda quando os seus benefícios não foram bem avaliados, dos que procuram travar, a todo o custo, o avanço da tecnologia computacional no seio da Academia com receio de um irreversível efeito de descaracterização do que tem sido, nos últimos séculos, a matriz dominante da cultura humanística (PEREIRA, 2015, p. 112).

As transformações nos fundamentos do ofício alusivos aos pesquisadores em Humanidades, para que possam ser revistos e até mesmo atualizados, requer mais tempo e ocorre de forma desigual. É claro que as pesquisas em Humanidades sofreram alterações ao longo dos anos, incluindo, por exemplo, métodos quantitativos já utilizados nas ciências naturais.

Todavia, tais mudanças são mais de ordem cultural do que tecnológicas propriamente ditas. Fato que pode ser modificado com o advento da web 2.0, das redes sociais, das diversas formas de representação institucional à medida que contribui e força mudanças na maneira de se atuar em meio ao novo contexto (PEREIRA, 2015).

No que tange a elaboração de um conceito que contemple a interseção existente entre o digital e as humanidades, são observadas na literatura múltiplas perspectivas, nem sempre unissonantes, a fim de contemplar as HD. Espelhando uma característica usual de campos em formação e que ainda buscam afirmação. Como posto por Alan Liu (2013),

Os debates recentes a respeito se as humanidades digitais são uma ‘grande tenda’ (Jockers e Worthey), sobre ‘quem está dentro e quem está fora’ (Ramsay), se ‘tem que saber codificar [ou ser um construtor/ programador]’ (Ramsay, ‘OnBuilding’), o debate sobre a necessidade de ‘mais hacking e menos complicações’ (Cecire, ‘When Digital Humanities’; Koh) e ‘quem você está chamando de não teórico?’ (Bauer) atestam uma dialética de inclusão e exclusão semelhante à de outros campos emergentes no passado. (LIU, 2013, p. 409, tradução nossa).

O referido autor compreende HD partindo da tese de que só é possível explicá-la e entendê-la tendo em vista que o problema implícito é a identidade não apenas das HD, mas das Humanidades de uma maneira geral. Para o autor, as HD englobam e incrementam as Humanidades tradicionais com um pensamento ligado entre elas, excedem o seu papel funcional como instrumento ou serviço, o seu dever como fonte de inovação.

Possuem um papel simbólico seja no que vislumbram e prometem, seja na ameaça que representam. Retratam uma nova forma de trabalhar e estudar as Humanidades integrando

alguns valores da sociedade atual ao digital, sem perder sua essência, seu viés crítico em prol de outros campos de saber que se tornaram digitais para se adequarem a sociedade contemporânea. O significado das HD “[...] reflete tanto um problema específico das humanidades digitais quanto à crise ainda maior da importância e significado das humanidades nos dias atuais.” (LIU, 2013, p. 411, tradução nossa).

Liu (2013) ao ressaltar a importância da função crítica nas HD, eixo fundamental presente nas cadeiras de formação das áreas humanas, difere-se de autores como Stephen Ramsay que privilegia como característica principal a construção de artefatos e ferramentas digitais. Para o autor, “Humanidades Digitais trata de construir coisas” (2011b), o não domínio de determinadas competências técnicas, como a utilização de um código de programação por exemplo, determina a sua identificação ou não como humanista digital.

Na visão de Pereira (2015), o objetivo das HD não pode ser limitado à simples aplicação de recursos digitais uma vez que os profissionais imersos neste campo “estão empenhados em debater e testar novos modelos de compreensão da cultura e do mundo” (p. 135). O viés pautado no conhecimento computacional não deve se configurar num impeditivo para a tradição de pensamento crítico de base humanística e vice-versa. Na disputa *bulding* x *knowing*, termos utilizados para nomear as respectivas vertentes, o autor evidencia sua compreensão não binária sobre o tema. Incentivar e defender a prática do pensamento crítico não menospreza seu traço utilitário por meio do uso de recursos digitais.

Que essa dimensão especulativa e que as possibilidades de experimentação criativa tenham origem no terreno do digital e com forte apoio no conhecimento computacional não significa que se pretenda agora fazer o mesmo que antes já se fazia apenas recorrendo a uma série de novos e mais sofisticados aparatos tecnológicos. (PEREIRA, 2015, p. 135).

Ao descrever o campo, analisar as implicações de suas práticas e discutir o potencial transformador das HD, Hayles (2012) assinala a interposição existente entre o ambiente tecnológico e o contexto das humanidades assim como a preocupação acerca do estudo e investigação tradicional das Humanidades. Segundo a autora, as HD devem ser entendidas como uma mudança de paradigma, capaz de catalisar transformações significativas e de se repensar práticas. Em conjunto com as tradicionais, é possível ampliar abordagens e premissas que melhor se adequem aos desafios impostos pelo mundo digital. Em contrapartida, Pereira (2015) aponta que o surgimento de um novo paradigma não significa necessariamente uma interrupção radical com costumes anteriores. Sendo mais adequado identificar um efeito de sincretismo.

Encarar de maneira eficaz ambientes saturados e complexos de informações disponíveis demanda outros conhecimentos que vão além da formação tradicional dos humanistas. Ao modificarem as formas de fazer e visualizar nas áreas das humanidades, os aparatos digitais atribuem um novo significado e potencializam o que já fora aprendido e disseminado. As HD podem ser identificadas como um campo auto-reflexivo, em que o uso das tecnologias digitais orientadas as humanidades se configuram como objeto de investigação do pesquisador. (PIMENTA, 2020).

[...] sistemas, plataformas e objetos mediadores da informação digital não apenas re-configuram conceitos e métodos no campo das humanidades, como nos convidam a exercitar um pensamento reflexivo sobre o papel dessas tecnologias de informação e comunicação (TIC) no próprio contexto da produção do conhecimento em campos então historicamente não familiarizados com tais mediações. (PIMENTA, 2020, p. 24).

Alves (2016) ao entrar na discussão no que se refere à constituição/ institucionalização das HD enquanto área científica ou disciplina, reforça o conceito de comunidade como elemento definidor do campo. Analisando diferentes autores que versam sobre o tema (HOCKEY, 2004; SIEMENS, SCHREIBMAN, UNSWORTH, 2004), sinaliza que o termo encontrava-se geralmente associado ao conjunto de pesquisadores que realizavam a conexão entre Computação e Humanidades e fora a alternativa encontrada para ausência de reconhecimento institucional e entre os pares para fins de agregação e impacto externo.

Neste sentido, observa uma distinção entre a comunidade de utilizadores e a comunidade de praticantes ou práticas. Sendo a primeira originada pelo desenvolvimento da internet e a segunda pelo uso comum de uma metodologia digital, “[...] muitos investigadores das Humanidades Digitais começaram a ver-se a si próprios, e a atuar como, uma comunidade de práticas abertas.”. Nas palavras de Alves,

O recurso ao conceito de ‘comunidade’ funcionou e funciona ainda como uma forma de dar coerência ou consistência, de criar uma identidade entre investigadores que vêm de áreas disciplinares muito díspares ou de disciplinas que, aparentemente, pouco comunicam entre si. Representando os humanistas ‘uma ampla variedade de disciplinas e interesses’, o uso das metodologias digitais acabou por funcionar como um ponto de contacto, elemento agregador ou definidor. (ALVES, 2016, p. 95).

Tal conceito é partilhado por pesquisadores de localização e idiomas diversos, atuando tanto como elemento de autoidentificação como na resolução de problemas que não podem ser circunscritos por um único domínio de saber ou instituição. Reflete sua essência

interdisciplinar e transdisciplinar, mesclando referenciais teóricos e métodos oriundos de diferentes áreas. “Nesse sentido, as Humanidades Digitais não teriam por objetivo substituir as tradicionais Humanidades, mas sim complementá-las e facilitar a colaboração entre elas.” (ALVES, 2016, p. 97).

Em outras palavras, a transdisciplinaridade presente no seio das HD espelha a capacidade de interação entre disciplinas, propondo diálogos entre diferentes campos de saber. Acrescenta saberes tradicionais às tecnologias computacionais, fazendo com que pesquisadores desenvolvam seus trabalhos numa área que não a sua de origem. Ocasionalmente intenso intercâmbio de idéias e preceitos teóricos entre pesquisadores, tornando-os sujeito da tecnologia. Não se limitando, portanto, a mera ação do humanista de solicitar um banco de dados ou um software a um especialista em computação, mas concebendo e construindo em conjunto novas visualizações e indicadores com estes profissionais. Nas palavras de Palleta (2018),

As Humanidades Digitais são uma área de atividade acadêmica na interseção da computação ou tecnologias digitais e as disciplinas das humanidades. Inclui o uso sistemático de recursos digitais nas humanidades, bem como a reflexão sobre sua aplicação. Humanidades Digitais pode ser definida como novas formas computacionais de estudos acadêmicos transdisciplinar, que envolvem pesquisa, ensino e publicação colaborativa. Apresenta ferramentas e métodos digitais para o estudo das humanidades com o reconhecimento de que a palavra impressa não é mais o principal meio de produção e distribuição de conhecimento. Ao produzir e usar novas aplicações e técnicas, a Humanidades Digitais possibilita novos tipos de ensino e pesquisa, ao mesmo tempo que estuda e crítica como elas afetam o patrimônio cultural e a cultura digital. Assim, uma característica distintiva das Humanidades Digitais é o cultivo de uma relação bidirecional entre as humanidades e o digital: o campo emprega tecnologia na pesquisa e no questionamento de temas humanísticos. (PALLETA, 2018, p. 148).

A noção de comunidade, o caráter transdisciplinar e a não negação do passado estão presentes, inclusive, no documento intitulado *Manifesto das Humanidades Digitais*, norteador para o entendimento sobre o papel, objetivos e diretrizes a serem seguidas pelo campo emergente. Publicado em 2011 e atualizado em 2012, a idéia de elaboração coletiva do manifesto surgiu durante a realização do evento *The Humanities and Technology Camp* (THATCamp) – direcionado ao emprego de tecnologias nas Humanidades. Composto por 14 itens tem a intenção de expor a comunidade científica definições e reflexões a respeito das HD.

Figura 1: Manifesto for the Digital Humanities



Fonte: THATCamp (2012), disponível em https://humanidadesdigitais.files.wordpress.com/2011/10/dh_manifesto.pdf

O reconhecimento da organização dos humanistas digitais em uma “comunidade prática solidária, aberta, acolhedora e de livre acesso”, sua designação como uma “transdisciplina, portadora de métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências humanas e sociais” e a não refutação das humanidades tradicionais, apoiando-se “pelo contrário, no conjunto de conhecimentos próprios dessas disciplinas, mobilizando simultaneamente os instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital” (THATCAMP, 2012), exemplificam o parágrafo anterior.

Em suma, o manifesto indica a existência de um núcleo comum, composto por princípios básicos compartilhados pelos integrantes da comunidade, tais como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, acesso aberto, readequação de normas pertinentes a propriedade intelectual em benefício da adesão de licenças alternativas pautadas na livre circulação de resultados de pesquisa, trabalho colaborativo e interoperabilidade de dados de pesquisa.

2.2 Digital Humanities x Humanidades Digitais/ Humanidades Digitales: a procura de uma construção sob a perspectiva Sul Global

Cunhada em âmbito internacional em 2002, a expressão *Digital Humanities* passa a ser utilizada em larga escala a partir da publicação do livro *Companion to Digital Humanities* em 2004, englobando algumas outras nomenclaturas, tais como *Humanities Computing*,

Computing and the Humanities, Cultural Heritage Informatics, Humanities Advanced Technology (Alves, 2016). Cabendo a John Unsworth, um dos editores do livro, o “batismo” sobre a nomenclatura conforme explicitado na passagem de Kirschenbaum:

A verdadeira origem do termo [*digital humanities*] surgiu em uma conversa com Andrew McNeillie, o editor da aquisição original do *Companion to Digital Humanities* de Blackwell. Começamos a conversar com ele a respeito do projeto de livro em 2001, em abril, e no fim de novembro havíamos reunidos colaboradores e discutíamos o título, para o contrato. Ray [Siemens] queria ‘*A Companion to Humanities Computing*’ pois esse era o termo comumente usado naquele momento; as pessoas do editorial e do marketing de Blackwell queria ‘*Companion to Digitized Humanities*’. Eu [John Unsworth] sugeri ‘*Companion to Digital Humanities*’ para nos afastarmos da simples digitalização. (KIRSCHENBAUM, 2010, p. 56-57, tradução nossa).

A expressão em inglês reflete as raízes históricas do forte predomínio de países desenvolvidos, principalmente anglo-americanos, no desenvolvimento do campo. Instituições de ensino robustas européias e norte-americanas modelaram o campo disciplinar, influenciando o modo pela qual suas bases acadêmicas evoluíram a partir de uma ótica dirigida a suas próprias realidades. Tendo o inglês como língua franca de comunicação, acaba por deixar de fora experiências de aplicação de tecnologias provenientes de outros lugares do mundo que não se enquadram e tampouco respondem aos critérios definidos.

O modo como cada um desses locais abordam esse tipo de investigação são distintos. As condições econômicas, políticas e sociais norteiam as diretrizes da gestão do conhecimento de um determinado país além de organizar as disputas de poder no âmbito acadêmico. Como destacado por Rio Riande (2015), o desenvolvimento das HD em programas universitários na América Latina evidencia a adversidade de transposição do campo tal como foi construído nos Departamentos de Inglês. Seguindo a mesma linha, Galina (2003) afirma que

Métodos que funcionaram efetivamente em um ambiente cultural podem falhar espetacularmente em outro (e vice-versa) e certos raciocínios de como as coisas deveriam funcionar não se aplicam de forma semelhante a outros sistemas. Modelos, pesquisas, truísmos devem ser colocados no contexto. (GALINA, 2003, tradução nossa).

Dessa forma, a concentração excessiva envolta de um núcleo limitado de agentes demanda por uma nova configuração que reúna maior número de trabalhos produzidos por humanistas digitais com bagagens múltiplas.

A surpreendente expansão global das DH levou a uma série de discussões sobre temáticas previamente negligenciadas: as diferentes nuances do problema lingüístico-cultural, a representação intercultural dentro das organizações internacionais de DH, as consequências do domínio da língua inglesa nos processos de discussão e avaliação dos fatos, a estrutura hierárquica da gestão e propriedade dos principais arquivos e repositórios, a relação de DH com os estudos coloniais e similares e a necessidade de uma abordagem crítica em relação às Ciências Sociais. (FIORMONTE, 2014, p. 2, tradução nossa).

Ao abordar a hegemonia anglo-americana no meio acadêmico, o desequilíbrio da composição geopolítica, lingüística e cultural do campo das HD no artigo intitulado *Toward a Cultural Critique of Digital Humanities*, Fiormonte (2012) salienta que o seu objetivo não é questionar o prestígio dos pares anglo-americanos muito menos o que já foi construído, mas sim reconhecer a existência da situação, avaliá-la e demonstrar, talvez, que um novo modelo é possível de modo a envolver as culturas periféricas. Analisa o problema sob duas ordens: a primeira pautada na composição dos órgãos e instituições governamentais que geram os processos, estratégias e as metodologias de pesquisa; e a outra associada às características lingüístico-culturais das próprias ferramentas utilizadas, em que softwares são desenvolvidos quase que unicamente por anglo-americanos.

Durante apresentação no Congresso Internacional Digital (DH2013) e lançando um olhar latino-americano sobre a questão, Galina (2013) também reflete sobre representação lingüística na comunidade das HD. Baseando-se em sua experiência e no trabalho desenvolvido no projeto *Red de Humanidades Digitales (RedHD)*, México, que buscara examinar como os insumos de HD estavam sendo produzidos, por quem e para que, constata a existência de inúmeros trabalhos. Contudo, focados em recursos e projetos desenvolvidos em inglês e por estudiosos derivados de dois ou três países. Conduzindo-a levantar questões relacionadas à presença da HD em outras partes do globo e como identificar estes pesquisadores excluídos, os humanistas digitais sem voz provindos dessas regiões.

‘Há HD fora do ambiente anglo-americano e, em caso afirmativo, quais são suas características?’ Fiormonte, falando em particular sobre a Itália, argumenta que *Comunidad Informática Umanística* já existe há algum tempo, mas que isso foi amplamente obscurecido e desconhecido pela escrita oficial da história do HD. E quanto a outras partes do mundo? [...] Como vamos encontrar esses praticantes de HD que foram excluídos? ‘Tem alguém lá fora?’ (GALINA, 2013, tradução nossa).

Dessa forma, indo ao encontro do ponto notabilizado por Fiorimonte (2012), a autora defende o direcionamento de esforços em busca de maior representatividade lingüística, geográfica e cultural no campo das HD, com o intuito de torná-la mais inclusiva e global.

Embora seja realista e tenha a compreensão de que as HD também estão inseridas nas dinâmicas institucionais e acadêmicas tal como outros saberes tradicionais, cuja língua inglesa é igualmente predominante e universal, lhe parece existir uma inquietação/ propensão maior a mudança nas HD do que em outras áreas. Explicado, parcialmente, pela sua característica colaborativa e cooperativa, tornando-a mais aberta e acolhedora. Apenas com abertura ampla será possível se falar numa verdadeira comunidade internacional de HD. (GALINA, 2013).

Todos podem aprender e tirar proveito uns dos outros, desde que a colaboração funcione de forma mútua, em ambas as direções. Iniciativas como a disponibilização de mais informações em outros idiomas assim como tornar o inglês mais compreensível para leitores e falantes não nativos estão dentre as sugestões apresentadas por Galina (2013).

Como se pode notar, a língua configura-se como um forte componente aglutinador no processo de afirmação enquanto área de conhecimento, disciplina ou de uma comunidade de práticas (ALVES, 2016). Países situados a margem do centro de poder econômico, político e científico podem contribuir enormemente para discussão, enriquecendo estudos e fortalecendo o atributo de comunidade multilíngüe, declarado no próprio Manifesto das Humanidades Digitais.

Neste sentido, o emprego do termo Humanidades Digitais e/ou *Humanidades Digitales* em detrimento de *Digital Humanities* mais do que uma ingênua tradução, reflete um posicionamento de afirmação, procura e reivindicação por espaço em meio a um discurso hegemônico instaurado. Sobretudo se considerarmos a realidade da América Latina e demais países em desenvolvimento, em que o obstáculo do idioma é extrapolado e são acrescidas outras dificuldades, relativas, principalmente, ao aspecto de infra-estrutura tecnológica disponível e reduzido investimento em ciência, pesquisa, tecnologia e educação.

Rio Riande (2019) ao se debruçar sobre o florescimento das HD no território latino-americano e Caribe, aponta para um conjunto heterogêneo de objetos com heranças acadêmicas distintas. Observando, desde 2011, a maneira pela qual associações distintas vão atribuindo forma ao campo, apresentando como idiomas na comunicação científica tanto o português como o espanhol. O papel de destaque das associações, de uma forma mais global, é igualmente percebido por Alves (2016),

Se durante muitos anos, estas associações profissionais foram relativamente poucas e pouco influentes, para além do campo disciplinar específico que lhes tinha dado origem, o certo é que hoje em dia representam uma muito maior variedade disciplinar, geográfica e até lingüística e movimentam já alguns milhares de ‘praticantes’. (ALVES, 2016, p. 99).

Atendo-se ao caso da América Latina, Rio Riande (2019) destaca forte influência da cultura do associacionismo presente no território. Marcado pelo envolvimento de pessoas num modo de expressão coletiva em que os pensamentos e idéias se unem em favor de um objetivo comum e compreendendo-o como toda organização formal, de livre entrada e saída, fruto de um acordo firmado a princípio por um grupo de indivíduos que prevê a execução conjunta de determinadas atividades, regidos por regramento próprio aderido em comum combinação. Potencializando a criatividade bem como o desenvolvimento pessoal.

[...] é interessante insistir no fato de que esse comportamento (associacionista) sempre responde a uma necessidade de transformação, a uma demanda que até agora não foi canalizada pela sociedade civil.

Na América Latina e no Caribe, o associacionismo foi e continua sendo uma dinâmica fecunda que visa responder, muitas vezes, a imposições externas, na busca do equilíbrio e da justiça social, ou agregar iniciativas relacionadas à cultura, política, memória, etc. (RIO RIANDE, 2019, p. 5, tradução nossa).

A autora considera que o percurso de construção das HD como campo científico parte de ponto distante quando comparado com o das DH. Não exclusivamente pela questão da linguagem aplicada durante a comunicação entre pares, mas particularmente pelas condições dispostas no tocante a progressão de linhas de investigação, aporte financeiro institucional e infraestrutura. Cabe ressaltar que mesmo que próximos linguisticamente de países ibéricos, é plausível constatar dissonâncias entre as nações situadas em hemisférios díspares, desde as disciplinas que formam o campo até a maneira como os projetos e recursos são executados.

[...] a solidez dos Departamentos pelos quais circulam *Digital Humanities*, o apoio das agências financiadoras, o desenvolvimento de ferramentas e recursos, contrasta com as condições das instituições muito mais debilitadas, que enfrentam séculos de crises econômicas, escassez de ajuda financeira e a obsolescência das infra-estruturas tecnológicas. Tudo isso somado às lacunas (não apenas digitais) que separam e impedem o crescimento da região. (RIO RIANDE, 2019, p. 6, tradução nossa).

Dá a posição fundamental das associações para a concepção, idealização, evolução e aplicação das HD orientadas com base na conjuntura e realidade periférica. Sem a pretensão

de se estabelecer e esgotar uma extensa lista contemplando todas as organizações e iniciativas existentes emergidas neste contexto, elencaremos algumas delas tomando como referência apontamentos feitos anteriormente por autores como Priani Saisó et al (2014), Alves (2016), Paletta (2018), Rio Riande (2019), entre outros.

Fora do ambiente anglófono, observou-se entre os anos de 2011 e 2013 o aparecimento da maior parte das associações. Neste período surgem a *Red de Humanidades Digitales* (RedHD) no México, um dos resultados do projeto de investigação da *Universidad Nacional Autónoma* que tinha como objetivo determinar os usos, a disseminação e a criação de recursos digitais para as Humanidades; a *Sociedad Humanidades Digitales Hispánicas* (HDH) na Espanha; a Associação das Humanidades Digitais (AHDig) no Brasil, composta por investigadores brasileiros e portugueses, que tem por objetivo principal fortalecer as iniciativas existentes em HD entre os falantes de português e estimular outras mais; e a *Asociación Argentina de Humanidades Digitales* (AAHD) na Argentina, fruto dos esforços iniciados após a realização do ThatCamp no ano de 2013 em Buenos Aires, que atua como uma comunidade de práticas, um local de encontro para pesquisadores que partilham do mesmo interesse (PRIANI SAISÓ *et al.*, 2014; PEREIRA, 2015; ALVES, 2016; RIO RIANDE, 2019).

Dentro deste período, em 2013, ocorreu o Día das Humanidades Digitales/ Dia das Humanidades Digitais (DíaHD/ DiaHD), resultado de um esforço coletivo internacional que procurou documentar atividades pertinentes as HD na língua espanhola e portuguesa. Promovido por grupos da Espanha – HDH, México – RedHD, Portugal – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas vinculada a Universidade Nova de Lisboa e Brasil – AHDig.

Ao longo do DíaHD / DiaHD, pesquisadores que atuam na área de HD nessas línguas criaram blogs individuais em uma plataforma comum, e nela mantinham um registro de suas atividades acadêmicas relacionadas à DH durante um dia. O exercício serviu não só para reunir e dar visibilidade a investigadores e projetos inscritos numa suposta comunidade de HD, mas também para recolher uma quantidade significativa de dados sobre a atividade dos humanistas digitais. (PRIANI SAISÓ *et al.*, 2014, p. 8).

Entre os anos de 2015 e 2019, ascendem no Uruguai, Colômbia e República Dominicana respectivamente a *Asociación Uruguaya de Humanidades Digitales* (HDU); a *Red Colombiana de Humanidades Digitales* (RCHD); e o *Observatorio de las Humanidades Digitales*. (RIO RIANDE, 2019).

Figura 2: Reunião de logotipos de algumas associações



Fonte: Elaborado pelo autor

Congressos e eventos também merecem destaque para estabelecer o diálogo entre pesquisadores, profissionais e especialistas imersos no campo transdisciplinar emergente. Dentre eles, pode-se citar o I Seminário Internacional em Humanidades Digitais no Brasil, realizado em 2013 na Universidade de São Paulo (USP); Congresso de Humanidades Digitais realizado em 2015 em Portugal; I Congresso Internacional em Humanidades Digitais (HDRio) em 2018, realizado na cidade do Rio de Janeiro pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV); I Seminário Internacional Remoto do Laboratório em Rede de Humanidades Digitais (LARHUD), ocorrido em 2020 e que apresenta como proposta a discussão e exposição de iniciativas produzidas a partir do Sul Global, ou seja, do cenário latino-americano, africano, sul-asiático e australiano; e a I Jornada Nacional de Humanidades Digitais, evento virtual realizado em 2020 e organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por meio do LARHUD. Importante destacar que em meio a nova realidade ocasionada pelo período de pandemia da COVID-19, o II HDRio previsto para ser realizado presencialmente em 2020 teve que ser adiado, acontecendo de maneira remota em abril de 2021 e apresentando em sua programação mais um eixo temático voltado para a encruzilhada contemporânea: “Humanidades Digitais, Ciência e Pandemia”. (PRIANI SAISÓ ET AL, 2014; ALVES, 2016; RIO RIANDE, 2019; HDRio20/21).

A criação do curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais (PPGIHD) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) compreende-se em outro importante marco para o desenvolvimento das HD fora das áreas centrais. Estando em sua segunda turma, o mestrado aprovado pela CAPES no fim de 2018 tem um grande potencial para contribuir com as discussões ocasionadas pelas diferentes abordagens e convergências de práticas (FORTES; CAMPOS, [2020]).

Nascido no Instituto Multidisciplinar localizado em Nova Iguaçu, o programa é composto por uma equipe de discentes provindos de áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Computação. Conforme indicado em seu regimento interno, tem por objetivo acadêmico promover a integração de disciplinas diversas em ações orientadas para pesquisa científica.

Trata-se do primeiro programa de pós-graduação integralmente dedicado às humanidades digitais no país, tendo como área de concentração Análise Qualitativa e Quantitativa de Dinâmicas Sociais e como linhas de pesquisa Métodos Computacionais em Políticas Públicas e Mineração de Dados Digitais. O PPGIHD se propõe a desenvolver um ambiente inovador, marcado pelo diálogo entre pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas com a ciência da computação, oferecendo uma formação focada na aplicação crítica da tecnologia ao enfrentamento dos mais variados desafios colocados para a sociedade contemporânea. (FORTES; CAMPOS, [2020]).

Um reflexo do ambiente inovador multidisciplinar pontuado anteriormente por Fortes e Campos [2020], é a criação do endereço eletrônico OpenLab¹. Ferramenta a ser usada com a finalidade de contribuir com os esforços da comunidade científica na sistematização e análise de dados gerados no período de disseminação da COVID-19 no Brasil.

Apresentando projetos de experiências variadas, conta com a participação de professores vinculados ao PPGIHD bem como de colaboradores externos, construindo conhecimento acerca do momento peculiar vivenciado, principalmente no tocante a Baixada Fluminense. “A comunidade científica tem um papel fundamental não apenas no desenvolvimento de métodos de prevenção e tratamento da pandemia, mas também no tratamento dos dados que subsidiam as políticas públicas e o comportamento social”. (FORTES, 2020).

Em suma, apesar das suas especificidades, as associações e ações listadas evidenciam a busca por espaço e por novos objetos sob uma perspectiva não presente nos estudos mais tradicionais hegemônicos das DH. Contudo, apesar das origens territoriais diferentes dos pesquisadores, é possível identificar valores que servem de elo para o sentimento de comunidade global. Em especial o caráter transdisciplinar, o trabalho cooperativo, o interesse pelo digital, novas tendências educativas por meio de conjuntura de ensino e aprendizagem em rede e a democratização do conhecimento, englobando questões como ciência aberta, acesso aberto, dados interligados.

¹<https://www.ppgihd-open-lab.com/>

Logo, uma vez inserido nesta temática, o próximo capítulo desta dissertação irá se debruçar sobre pontos pertinentes a democratização do conhecimento. Aspecto crucial para o desenvolvimento de nações, principalmente aquelas que se encontram a margem dos grandes pólos em pesquisa e de onde provém este estudo e pequena contribuição para as Humanidades Digitais.

3 MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO E DADOS ABERTOS: IMPACTOS DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO FAZER CIENTÍFICO

3.1 A comunicação científica e as novas possibilidades decorrentes das tecnologias de informação e comunicação

No decorrer da história, o advento de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) provocou estranheza nas pessoas, mas também causou curiosidade e abriu novos horizontes para a interação e compreensão do mundo. Seja com a imprensa de Gutenberg ou com o advento da Internet, as inovações tecnológicas figuram-se nas sociedades afetando-as sob diferentes aspectos.

Neste sentido, o progresso e a disseminação da informação científica obtêm maior celeridade a partir do emprego das TICs na coleta, tratamento, análise e/ou compartilhamento de dados e de resultados das pesquisas. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, marcado por profundas alterações sociais e produção de novas tecnologias, em que a comunicação científica realiza grandes avanços.

A criação da Internet, em especial, teve um forte impacto sobre a forma como pesquisadores produzem, disseminam e usam os resultados da investigação científica. Por meio do desenvolvimento da Web é que há quinze anos tornou-se possível à comunidade científica estabelecer novos padrões de comunicação de modo que o acesso sobrepujasse as barreiras financeiras, técnicas e legais que até então eram impostas aos pesquisadores. (SILVA *et al.*, 2017, p. 3).

Em outras palavras, a ascensão da internet em conjunto com demais TICs transforma o processo de comunicação, migrando-a para o ambiente digital. Acarreta uma revolução nas ciências, em virtude da rapidez e intensa permuta de informações, ligando cientistas de diferentes regiões em tempo real, onde seus avanços podem ser acompanhados e partilhados quase que instantaneamente.

A comunicação compreende-se como uma característica inerente ao homem e a própria ciência. Isso porque o seu processo de construção e continuação necessita do registro de conhecimentos gerados anteriormente, em que pesquisadores recorrem ao material produzido acerca do objeto de sua investigação, não mais se limitando aos resultados finais alcançados.

Dados gerados e/ou obtidos, anotações de pesquisa, registros de projetos, descrições de procedimentos metodológicos e outros recursos também compõem o grupo de artefatos informacionais que trazem consigo potencial para alimentar novos ciclos de produção do conhecimento e, portanto, são de interesse da comunidade científica. Toda essa miríade de práticas informacionais ocorre por meio de processos de comunicação. (SILVA *et al.*, 2017, p. 2).

Assim, o intercâmbio efetuado ao longo do processo de pesquisa é fundamental para o pleno desenvolvimento científico. Logo, a capacidade de troca da informação é essencial para o saber científico ou, como afirma Meadows (1999, p. vii) “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência”. Podendo ser entendida como parte fundamental da ciência e sendo, simultaneamente, fruto de uma prática de pesquisa e matéria-prima para os novos processos de geração de conhecimento (COSTA; LEITE, 2017).

Embora seja difícil precisar o momento de surgimento da comunicação científica, Meadows (1999) ao abordar seus primórdios, destaca a importância da fala e da escrita para o compartilhamento do conhecimento. Seja por meio das discussões e simpósios promovidos por grupos para o debate de questões filosóficas, seja na troca de cartas entre pesquisadores, produções de atas e publicações de livros, panfletos, periódicos.

Tais periódicos significam um marco na difusão dos trabalhos elaborados e fortalecem ainda mais a compreensão de que o avanço da ciência depende de um conjunto de saberes acumulados a fim de se alcançar um próximo estágio. (MEADOWS, 1999). O aparecimento dos periódicos aliado a invenção da imprensa, permitiu que uma maior quantidade de cientistas pudesse acompanhar outras pesquisas, propiciando maior dinamismo e velocidade.

Contudo, a partir do desenvolvimento intensivo das TICs, em decorrência do grande volume de informações produzido durante a Segunda Guerra Mundial, e posterior advento da Web, a interlocução entre os cientistas passa mais uma vez por consideráveis mudanças. Alterando não somente a dinâmica, mas igualmente a maneira de se produzir ciência. Em que o processo de produção deixa de ser linear e passa a contar com a participação de outros atores interessados, desde sua fase inicial.

Conforme destacado por Castro (2006), a linearidade e sequencialidade, presentes no modelo tradicional, foram trocadas por um fluxo de comunicação ágil, rápido e interativo, desenvolvido no espaço virtual proporcionado pela internet. Tal fluxo possibilita a convergência entre autores, revisores e editores, bibliotecas e centros de informação e usuários. Estimula o compartilhamento de idéias e experiências. E a comunicação ocorre através de mensagens e arquivos digitais transferidos no decorrer das etapas, podendo estar

acessíveis e visíveis a diversos elementos de maneira simultânea, independentemente da distância.

O Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) também reconhece esse mudança, ao ressaltar que

Com o surgimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, diversos paradigmas no âmbito da comunicação científica foram revistos. A facilidade de acesso e disseminação da informação científica passa a acontecer em meio digital através da rede mundial de computadores, popularmente conhecida como Internet, iniciando o aparecimento de novas alternativas para a comunicação científica. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2005).

Destaque para a formação de espaços alternativos para troca, firmando novos padrões de comunicação, como fóruns de discussão e comunidades virtuais voltadas para a área da ciência, que viabiliza e incentiva membros a interagirem e colaborarem com outros companheiros de trabalho. Os comentários permutados e agregados ao fim cooperam para a ciência de um jeito não antes vislumbrado.

Garvey (1979 *apud* GOMES, 2006) define a comunicação científica como “todo espectro de atividades associadas com a produção, disseminação e uso de informação, desde a busca de uma idéia para pesquisa, até a aceitação da informação sobre os resultados dessa pesquisa como componente do conhecimento científico”. A alusão a palavra “espectro” deve-se ao fato de tais atividades acompanharem o pesquisador desde o momento da concepção da idéia até a validação de seus pares através da publicação científica.

Posição reforçada por Costa e Leite ao apontar

A comunicação científica é o conjunto de processos de troca de informações entre pesquisadores sobre os resultados de suas pesquisas. Tais processos estão presentes em todas as etapas de investigação científica, indo desde a identificação do problema a ser estudado, até a fase em que o conhecimento produzido é disseminado [...]. (COSTA; LEITE, 2017, p. 13).

Utilizando mecanismos de comunicação, pesquisadores apresentam suas pesquisas aos semelhantes, que por sua vez avaliam, reconhecem e legitimam o trabalho. Divulgando-o posteriormente em veículo adequado a sua área de saber, reiniciando o ciclo. O ciclo de produção do conhecimento científico, que engloba o caminho percorrido pela pesquisa envolvendo as etapas de produção, publicação e utilização, está ligado ao fluxo de informação

que “permite expor o trabalho dos pesquisadores ao julgamento constante de seus pares, em busca de consenso que confere a confiabilidade.” (MUELLER, 2000a, p.22).

Para Targino (2000), viabilizar o seguimento do saber científico através de sua propagação a outros cientistas, possibilitando-lhes a formulação de novas investigações, reconhecer ou negar resultados obtidos por predecessores e instituir novas perspectivas para referida área de interesse, se colocam como objetivos básicos da comunicação científica. A ciência comunicada para e entre cientistas, estabelece o conhecimento e transpõe suas barreiras.

No que se refere aos canais nos quais a comunicação científica costuma ser categorizado, formais e informais, importante salientar que as vias informais são caracterizadas pelo uso de comunicações de caráter mais pessoal ou se referem à pesquisa ainda não concluída, em que a transferência de informações ocorre por meio de contatos interpessoais e que dispensam de formalismo. Já a formal está associada à escrita presente nas publicações, tais como periódicos, relatórios técnicos, livros, etc., submetidas a avaliações para conferir credibilidade (MUELLER, 2000). Tendo como função “[...] persuadir e convencer a comunidade científica e sociedade como um todo de que os resultados então divulgados devem ser aceitos como conhecimento válido e consolidado” (TARGINO, 2000, p. 19).

Neste sentido, a literatura demonstra a existência de diferentes modelos que reflitam os canais intrínsecos à comunicação científica, cujos estudos pioneiros são atribuídos a Garvey-Griffith. Com base no modelo proposto pelos autores, relacionado à “[...] a periódicos impressos, descreve os passos fundamentais da comunicação entre os produtores e usuários da informação, a geração, a publicação e o acesso e o uso do novo conhecimento” (SILVA; ALVES; BARREIRAS, 2019, p. 76), outros foram desenvolvidos com o acréscimo dos meios eletrônicos conforme o aprimoramento das TICs.

Vários autores complementaram o modelo tradicional (Garvey-Griffith), estudando aspectos novos. Meadows (1999) faz referência à publicação de relatórios e de resultados preliminares em periódicos científicos, antes de a pesquisa estar finalizada. Tenopir e King (2000) analisam a inovação tecnológica em todos os seus aspectos, e Petroianu (2002) observa o papel das comunicações científicas em eventos. No Brasil, o modelo foi analisado e melhorado por Mueller e Passos (2000), Campello, Cendón e Kremer (2000) e, posteriormente, por Moreno e Arellano (2005). (SILVA; ALVES; BARREIRAS, 2019, p. 77).

Sob esta perspectiva, Silva, Alves e Barreiras (2019) citam ainda os trabalhos de Hurd (2004), que analisa as alterações oriundas do ambiente eletrônico, como listas de discussões e correio eletrônico, e o papel da internet; e dos dinamarqueses Fjordback, Andersen e Hjørland (2003), que refletem sobre as mudanças e impactos ocasionados pela rede na comunicação científica.

Após os apontamentos realizados, é possível inferir que a disseminação do conhecimento produzido com e nas pesquisas constitui-se como alvo de preocupação para especialistas, ocorrendo numa variada gama de suportes e meios de comunicação. Levando em conta o seu papel social, o de busca por melhorias para a sociedade, é imprescindível que seus produtos e meios sejam acessíveis tanto para a comunidade quanto para o grande público.

Ademais, a comunidade científica tem se deparado nos momentos atuais com uma nova nuance de reflexão presente nas formas de promoção científica. À medida que o uso de dados torna-se mais intenso e há uma compreensão gradual de que os resultados das pesquisas compreendem-se somente numa parcela na cadeia de produção do conhecimento, assegurar o acesso apenas a este tipo de publicação não é mais suficiente (SILVA *et al.*, 2017).

As novas tecnologias, portanto, modificam os modos como os pesquisadores produzem e divulgam informações acerca de seus trabalhos. Trata-se de um processo em constante evolução que vai além da publicação do documento em ambiente eletrônico. Essencial para o aprimoramento científico e tecnológico da sociedade, identificada como bem público vital para o desenvolvimento social e econômico.

Seguindo esta linha, abordaremos no próximo tópico o movimento mundial em benefício do acesso aberto à informação científica e seu papel de destaque ao apresentar e refletir sobre novos meios de comunicar as pesquisas, viabilizadas pelo avanço das TICs.

3.2 Movimento de acesso aberto: contextualização e perspectivas

Conforme delineado anteriormente, o desenvolvimento da ciência encontra-se atrelado à disseminação das investigações em andamento ou já concluídas por pesquisadores. Sendo assim, o movimento de acesso aberto configura-se como um importante ator neste processo, propondo redefinições no modelo de negócio e nas formas de acesso.

Antes de abordar o movimento propriamente dito, torna-se necessário, para fins de melhor entendimento, uma contextualização sobre sua origem em que o controle sobre os periódicos científicos assume certa notoriedade.

Desde o seu surgimento, o periódico desempenha uma função significativa na comunicação entre os cientistas. Sendo um dos canais mais utilizados para expor idéias, assegurar a propriedade intelectual e submeter à avaliação dos pares. Todavia, principalmente no século XX, o dever básico destas publicações começa a competir com interesses comerciais, distorcendo parcialmente sua finalidade e se afastando do real motivo para o qual fora criado. Marcondes e Sayão (2009) apontam que a ascensão do mercado editorial de publicações científicas provém do paulatino contorno estratégico da informação em ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Os expressivos investimentos em pesquisa e desenvolvimento propiciaram a produção de documentos em escala vertiginosa. Dentre eles, novos periódicos científicos emergiam ao longo dos dias, forçando bibliotecas em todo o mundo a assinar uma quantidade cada vez maior de títulos a fim de atender as demandas de seus usuários. O anseio de pesquisadores para acessarem novos trabalhos, para enriquecerem e produzirem os seus, fomentou o aparecimento desse mercado e contribuiu para o desequilíbrio dos preços praticados. A fusão de editoras em reduzidos e gigantescos grupos, a partir da década de 1970, controlavam quase que exclusivamente as transações envolvendo publicações científicas, formando verdadeiros monopólios. Em consequência disso, os custos das subscrições foram elevados consideravelmente, com valores variando de 200% a 300% acima da inflação. (MARCONDES; SAYÃO, 2009; MUELLER, 2006).

Ao analisar a consolidação desse modelo, Kuramoto (2008) destaca a atuação de Eugene Garfield ao criar uma base de referência baseada no fator de impacto (FI) de determinados periódicos científicos. Nomeada de Science Citation Index (SCI), nela foram definidos os critérios de medição classificatórios das revistas de acordo com seu impacto.

Nos anos 60, outro ator interveio no cenário da publicação científica: o Institute for Scientific Information [ISI], criado pelo americano Eugene Garfield, que teve a idéia de analisar as citações bibliográficas presentes nos artigos de revistas convenientemente escolhidas e de definir uma base de referência: o Science Citation Index [SCI], referência mundial que define as métricas para classificação das revistas segundo o seu fator de impacto. Esse indicador exprime a visibilidade e a notoriedade de uma revista. (KURAMOTO, 2008, p. 864).

A partir desse momento houve uma distinção entre as revistas indexadas e não indexadas pelo SCI, com maior valorização das primeiras em virtude de seu maior FI. Isso porque os artigos presentes em tais revistas apresentam uma média de citação maior, atraindo um número mais elevado de pesquisadores interessados em publicar e difundir os seus

trabalhos por meio delas. Consequentemente, revistas indexadas pelo SCI passaram a figurar entre as mais buscadas para aquisição, levando publicadores científicos comerciais a praticarem preços abusivos para essas assinaturas mediante acréscimos contínuos e acelerados aos montantes cobrados.

Importante ressaltar que Marcondes e Sayão (2009) definem o publicador científico como ator responsável por reunir, editar e publicar periódicos científicos. Encarrega-se também por organizar sua distribuição e comercializar as assinaturas.

O panorama traçado ocasiona a chamada “crise dos periódicos” e afeta todo o sistema de comunicação estabelecido até então. O constante aumento dos preços das assinaturas acarretou impactos financeiros e científicos. Em desalinho com o orçamento dos centros de informação, foram obrigados, por sua vez, a reduzir a quantidade de periódicos subscritos, impossibilitando a atualização de todas as suas coleções. Logo, pesquisadores, professores e estudantes são amplamente prejudicados.

A aparente estabilidade de que gozava o sistema de comunicação científica mundial foi abalada quando estourou a chamada crise dos periódicos, em meados da década de 1980, que já vinha se anunciando desde a década de 70. O gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários, impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia. Isso já vinha acontecendo nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, cujas bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas (MUELLER, 2006, p. 31).

Além disso, grande parte das pesquisas realizadas conta com apoio estatal, principalmente nos países de economia emergente. Através de suas agências de fomento à pesquisa, como a CAPES e CNPq, discentes e docentes conseguem o suporte necessário para o desenvolvimento e conclusão de seus trabalhos. E mais, muitos deles possuem vínculo profissional com o Estado, tais como professores universitários ou pesquisadores ligados a institutos de pesquisas públicos.

Paralelamente, pesquisadores são obrigados a publicar suas pesquisas em periódicos conceituados a fim de cumprir critérios de avaliação previstos pelas respectivas áreas de conhecimento, que abrange os programas de pós-graduação e a captação a órgãos de financiamento com base na produção científica do quadro pessoal que compõe o programa. Gerando uma situação paradoxal: pesquisas financiadas por instituições públicas poderiam

não estar disponíveis, na forma de artigo, para a própria universidade em virtude da falta de recursos monetários.

Todavia, a partir da década de 90 o quadro de domínio dos publicadores científicos sobre as publicações começa a mudar. Com a inserção de novas TICs e, em especial, com o surgimento da web, a possibilidade de compartilhamento coletivo sem intermediários assume contornos viáveis. Até então,

[...] os publicadores desempenhavam um papel essencial e único no fluxo internacional de ICT: o de disseminarem de forma ampla, através da venda de assinaturas e distribuição, em fascículos, o conhecimento científico, acumulado sob a forma das coleções de periódicos distribuídas nas bibliotecas especializadas e acadêmicas. (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 14).

Com isso, são observados movimentos em prol de que pesquisas custeadas por recursos governamentais sejam públicas, não tendo mais o seu potencial de uso e impacto reduzido. De proporções internacionais, prevêm acesso livre e perpétuo a produção científica e, junto deles, emergem novas maneiras de comunicação, cruciais para maximização do progresso da ciência e da tecnologia e, por conseguinte, do desenvolvimento econômico e social.

As ações visavam fazer frente à hegemonia dos editores comerciais que detinham os direitos autorais e colocavam barreiras sobre as publicações dos resultados, seja através dos preços exagerados ou nas permissões de uso concedidas. Mais limitando do que expandindo a pesquisa científica uma vez que não atendiam aos interesses da comunidade acadêmica, obrigados a conviver com entraves para citações e elaboração de novas investigações. (LEITE, 2009).

Corroborando com essa posição, Stevan Harnad destaca a difusão e o impacto do trabalho como pilares fundamentais para o pesquisador, sendo poucos os que recebem fundos significativos das editoras.

Ao contrário dos autores de livros e artigos de revista, que escrevem para explorarem direitos ou por honorários, os autores de artigos de periódicos revisados por pares escrevem apenas pelo “impacto da pesquisa”. Para ser citados e tomar parte na construção da pesquisa de outros pesquisadores, seus resultados têm de ser acessíveis aos seus usuários potenciais. Do ponto de vista dos autores, o acesso pago aos seus resultados é tão contraproducente como o acesso pago a anúncios comerciais [...]

Os pesquisadores nunca se beneficiaram do fato de que as pessoas tinham que pagar para ter acesso aos seus documentos (na forma de assinaturas ou

por acesso à versão online, na forma de licenças de acesso a portais ou via *pay-per-view*). Pelo contrário, estes obstáculos ao livre acesso representam barreiras impactantes para a trajetória dos pesquisadores, cujas carreiras dependem em grande parte da visibilidade e da aceitação de suas pesquisas. (HARNAD, 2001 *apud* MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 14-15)

Dessa forma, em sincronia com o advento e popularização da internet, uma das iniciativas que alteraram os paradigmas vigentes em direção ao acesso livre à informação científica foi a *Open Archives Initiative* (OAI). A partir da qual foram estabelecidos padrões tecnológicos para tornar interoperáveis os repositórios que funcionassem sob esta filosofia, buscando facilitar a comunicação da informação científica de forma concreta.

Criada em 1999 na Convenção de Santa Fé, reunião de cientistas e profissionais da informação que buscava “discutir oportunidades para o uso da web por sistemas de informação científica para proporcionar maior dinamicidade e velocidade nas comunicações” (COSTA; LEITE, 2017, p. 47), apresentara como objetivo contribuir de forma concreta para transformação da comunicação, definindo aspectos técnicos e organizacionais para construção de uma estrutura de publicação científica aberta.

A OAI apresenta como uma das suas principais contribuições a construção do protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), um meio de se compartilhar metadados entre servidores distribuídos, com o intuito de viabilizar o acesso integrado às informações existentes em diferentes repositórios, permitindo a coleta automática e o reuso de metadados de repositórios abertos.

Esse protocolo de comunicação permite aos sistemas compartilhar metadados (dados que descrevem os recursos de informação) sem processos intermediários. Para tanto os sistemas são caracterizados como provedores de dados (sistemas que dispõem os metadados) e provedores de serviço (sistemas que coletam os metadados). A iniciativa foi essencial para o desenvolvimento de sistemas de acesso aberto porque definiu os padrões e o protocolo que garantem a interoperabilidade entre sistemas. (COSTA; LEITE, 2017, p. 48).

Desde a divulgação da OAI, o *Open Access Movement* (OA) obtém grande amplitude, apresentando em seu cerne a problemática relacionada à necessidade de ampliação da visibilidade e da disseminação da informação científica, comprometida pela “crise dos periódicos” e buscando promover o acesso livre e irrestrito à literatura científica. É formado por princípios e preceitos anunciados em seus manifestos e declarações, podendo se configurar enquanto uma política pública, com dimensões institucionais, nacionais e internacionais.

O acesso aberto significa a disponibilização livre pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de links para os textos completos dos artigos, bem como capturá-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal. O pressuposto de apoio ao acesso aberto requer que não haja barreiras financeiras, legais ou técnicas, além daquelas próprias do acesso à Internet. (LEITE, 2009, p. 15).

A expressão *open access* foi usada pela primeira vez sob o contexto apresentado acima no ano de 2002, na *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), considerada uma das três declarações principais que marcam, regem e exercem maior influência sobre o MAA. Os documentos reúnem as iniciativas de sistemas de informação e procedimentos existentes que promoviam o amplo acesso as publicações. Indicando orientações para o desenvolvimento de novos sistemas. (SARMENTO, *et al.*, 2005; COSTA; LEITE, 2017).

Entretanto, antes de suas formulações, a literatura específica aponta algumas outras ações predecessoras à concepção do MAA. Dentre elas, podem-se destacar: Declaração de Santo Domingo, Declaração sobre a Ciência e o Uso do Conhecimento Científico e a Agenda para Ciência. O primeiro documento é oriundo da reunião ocorrida em Santo Domingo, na Conferência Mundial sobre Ciência para o século XXI: uma visão nova e uma base de ação. Já os demais são frutos de encontros relacionados à Conferência Mundial sobre Ciência para o século XXI: um novo compromisso, em Budapeste. Ambas as conferências foram realizadas em 1999, nos meses de março e julho respectivamente. (SARMENTO, *et al.*, 2005).

A Declaração de Santo Domingo enfatiza a abordagem da ciência disponível para todos, alertando para a urgência em se aumentar a capacidade de infraestrutura das TICs aplicadas à ciência para cumprir este propósito no tópico intitulado “ciência para todos”. As outras duas declarações, resumidamente, acentuam a necessidade de compartilhar tanto a informação quanto o conhecimento científico gerado, em especial aquele natural de proventos públicos, admitindo a informação como imprescindível para avanço da ciência. (SARMENTO *et al.*, 2005).

Nas palavras de Sarmiento *et al.* (2005, p. 3), os registros decorrentes dos encontros “deram especial ênfase à geração de um novo contrato social para a ciência, destacando os componentes de ciência e sociedade, e de inovação, de forma a garantir o desenvolvimento de iniciativas concretas para a cooperação científica internacional.”.

Civallero (2006) ao versar sobre o assunto posiciona a criação do ArXiv como primeiro feito relevante a favor do MAA. Lançado em 1991, de autoria de Paul Ginsparg,

trata-se do primeiro repositório eletrônico pertencente ao laboratório de física nuclear de Los Alamos, Estados Unidos. Voltado para a distribuição gratuita de artigos acadêmicos nas áreas de física, matemática, ciência da computação, biologia quantitativa, finanças quantitativas, estatística, engenharia elétrica e ciência de sistemas e economia, é sustentado e gerenciado atualmente pela *Cornell University*.

O sucesso da experiência de vanguarda e de outros repositórios congêneres, ao passo que angariava novos adeptos, demandou uma análise e desenvolvimento mais profundo e complexo. A ponto de que no ano seguinte, também nos Estados Unidos, a *Association of Research Libraries* (ARL) por intermédio da iniciativa *Scholarly Publishing e Academic Resources Coalition* (SPARC), convocou uma reunião para discutir o tema. “A necessidade de sua análise demonstrava que o Acesso Aberto gozava de um excelente prestígio e multiplicava o número de seus usuários em forma exponencial.” (CIVALLERO, 2006, p. 2, tradução nossa).

Diante deste cenário, Stevan Harnad publica em 1994 uma mensagem sob o título “*A subversive proposal*” em que sinalizava que os pesquisadores deveriam disponibilizar seus artigos gratuitamente, gerando grande repercussão (OKERSON; O’DONNELL, 1995). Nela fora apresentada de maneira visionária a idéia de autoarquivamento, recuperada mais tarde pelo MAA com o nome de estratégia via verde, a qual será mais bem detalhada mais a frente nesta dissertação.

A Declaración de San José havia La Biblioteca Virtual em Salud e a Declaration of Havana Towards Equitable Access to Health Information são exemplos de outros documentos produzidos que refletiam as preocupações referentes à restrição ao acesso à informação científica e os possíveis benefícios usufruídos com a internet para disseminar livremente suas descobertas (COSTA; LEITE, 2017).

Em linhas gerais, a primeira, datada de 1998, previa a criação de uma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) pelo Sistema Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Sendo estabelecida no mesmo ano, a BVS se define como um “sistema de informação técnica e científica para a promoção da produção e uso de fontes de informação em formato eletrônico por meio da Internet, de forma a promover o acesso direto e universal.” (COSTA; LEITE, 2017, p. 50). Com relação à *Declaration of Havana Towards Equitable Access to Health Information*, em 2001, reafirma a participação do Estado e sua responsabilidade perante o acesso à informação, identifica a informação no tocante a saúde como um bem público global e reforça o compromisso com o desenvolvimento da BVS (COSTA; LEITE, 2017).

Tal como a BVS, outro sistema de informação científica é a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O indexador de periódicos científicos possibilita o acesso a textos completos, alinhados com os preceitos do MAA, organizados em coleções nacionais e temáticas. O conteúdo disponível abrange artigos de pesquisa, artigos de revisão, estudos de caso, comunicações, entre outros. (CIVALLERO, 2006).

Em suma, essas foram algumas das ações e documentos que antecederam a BOAI e deram os primeiros passos rumo ao MAA. Além da declaração oriunda das reuniões de Budapeste, duas outras merecem atenção conforme observado por diferentes autores, as publicadas em Bethesda (2003 - EUA) e Berlim (2003). Como apontado por Sarmiento *et al.* (2005, p. 3), “[...] as três declarações consideradas centrais e de maior influência sobre o movimento do acesso livre ao conhecimento, ou seja, Budapeste, Bethesda e Berlim, também designadas por Suber como BBB declarations.”.

A BOAI é fruto de uma reunião organizada pelo *Open Society Institute (OSI)*, ocorrida de 1 a 2 de dezembro de 2001 na Hungria, e contou com a participação de defensores do acesso aberto a literatura acadêmica e científica, provindos de múltiplas áreas de saber e localidades. Expressara como intento avaliar o quanto as iniciativas existentes poderiam contribuir umas com as outras assim como acelerar os avanços em sentido de tornar os artigos escritos disponíveis na internet sem custos. (COSTA, 2006; PORTO JUNIOR; OLIVEIRA, 2020).

Lançada em fevereiro de 2002 e assinada por 17 pesquisadores vinculados a universidades, centros de pesquisa e editores provenientes da América do Norte e Europa (SARMENTO *et al.*, 2005), levanta a discussão acerca da comunicação científica no contexto contemporâneo vivenciado assim como aponta o acesso aberto como um caminho possível de ser adotado tendo em vista algumas experiências já existentes. Argumentando que

[...] o acesso aberto é economicamente viável, que fornece aos leitores um poder extraordinário para encontrar e fazer uso da literatura relevante e que brindam os autores e os seus trabalhos com uma nova, vasta e mensurável visibilidade, leitores, e impacto. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002).

Para isso, além de clamar pela participação de indivíduos e organizações nesse movimento através de esforços e recursos, propõe duas estratégias para viabilizar o acesso livre a informação científica: o autoarquivamento e a publicação de periódicos em acesso aberto.

O autoarquivamento, igualmente conhecido como Via Verde, compreende nos autores efetuarem o depósito de uma cópia de suas publicações revisadas em locais de acesso aberto, atentando-se aos padrões estabelecidos pela OAI. Esta prática possui íntima ligação com os repositórios de acesso aberto por serem os locais indicados para o armazenamento e depósito desse material.

[...] o auto-arquivamento, é definido por Harnad *et al.* (2001) como a Via Verde (*Green Road*). Compreende o arquivamento, por parte dos autores, de artigos científicos já publicados ou aceitos para publicação em um periódico referendado. Para isso, obtêm permissão (sinal verde) dos editores que aceitaram seus artigos para publicação, para os depositarem em um servidor de arquivos abertos (repositório) com acesso igualmente aberto. (COSTA, 2006, p. 41).

A segunda estratégia, ou Via Dourada, está associada à garantia de acesso ao conteúdo dos periódicos em formato eletrônico pelos próprios editores. Demanda uma alteração no modelo de negócio dos periódicos praticado e a criação de periódicos de acesso aberto, isto é, sustentados por fontes de financiamento que não envolvam a cobrança pelo acesso aos seus conteúdos. Para esse fim, procedências alternativas são sugeridas, como lucros obtidos das vendas de complementos aos textos básicos, fundos liberados graças ao cancelamento ou extinção de periódicos tradicionais que cobram taxas de acesso, entre outros.

[...] os periódicos eletrônicos de acesso aberto, constituem a Via Dourada (*Golden Road*) nos dizeres de Harnad *et al.* (2001). Compreendem os periódicos científicos eletrônicos cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores. Nesse caso, a publicação em ambiente de acesso aberto dá-se, primariamente, no próprio periódico. (COSTA, 2006, p. 41).

A ampla citação em documentos que a sucederam, o respeito as suas orientações no desenvolvimento de sistemas de acesso aberto e o fato de apresentar princípios e estabelecer estratégias para alcançar suas metas, justificam a importância da BOAI nas discussões que rodeiam o MAA. (SARMENTO *et al.*, 2005; COSTA; LEITE, 2017).

A Declaração de Bethesda, formulada em 2003 numa reunião em Maryland, Estados Unidos, tinha como finalidade “atingir, o mais rapidamente possível, a meta de prover acesso aberto à literatura científica primária” (COSTA, 2006, p. 41). Para isso estimulou o debate sobre o acesso aberto na área de biomedicina, chegando a uma definição quanto às publicações de acesso aberto. Apontando a necessidade de cumprimento de duas condições necessárias: que os autores e detentores de direitos autorais assegurem a todo usuário odireito

de livre acesso aos seus trabalhos; e que uma versão completa do trabalho publicado seja depositada em um repositório online.

[...] a declaração traz uma definição que aponta duas condições para que uma publicação seja entendida como de acesso aberto. A primeira delas é a concessão do autor aos usuários de licença de cópia, uso, distribuição, transmissão, exibição e a produção de obras derivadas. A segunda é o arquivamento imediato de cópia da publicação em repositório digital online de um instituto de pesquisa ou organização, para que esteja em conformidade com os padrões de interoperabilidade com outros sistemas de informação e preservação em longo prazo. (COSTA; LEITE, 2017, p. 56).

Interessante ressaltar que, conforme observado por Costa (2006), as questões definidas nesta reunião reforçam o que havia sido proposto um ano antes em Budapeste e busca envolver todos os atores do processo de comunicação, propondo a organização de três grupos de trabalho: agências de fomento; bibliotecários e editores; e cientistas e sociedades científicas.

No mesmo ano, a Declaração de Berlim voltada para o acesso aberto ao conhecimento em Ciências e Humanidades é elaborada e firmada por pesquisadores e organizações de pesquisas a fim de

[...] promover a Internet como um instrumento funcional para uma base de conhecimento científico global e reflexão humana e especificar medidas que os formuladores de políticas de pesquisa, instituições de pesquisa, agências de financiamento, bibliotecas, arquivos e museus precisam considerar. (BERLIN DECLARATION, 2003, tradução nossa).

Segue a mesma linha das suas antecessoras, estendendo a questão do acesso aberto para os campos de conhecimento ligados às ciências sociais e humanidades e destaca a atuação da internet como mecanismo fomentador de mudanças na distribuição e intercâmbio de conhecimento. Visa estimular os pesquisadores a “publicar em acesso aberto, apoiar a transição para um novo paradigma na comunicação científica, encorajar publicações de acesso aberto e advogar para que elas sejam reconhecidas para efeito de avaliação acadêmica”. (COSTA; LEITE, 2017, p. 57).

Em seu aniversário de dez anos, a BOAI publica um novo documento onde são reafirmadas ambas as estratégias previstas na primeira versão e são realizadas novas recomendações a serem seguidas pelos próximos dez anos. Nelas são abordados assuntos pertinentes ao licenciamento de conteúdo em acesso aberto, infraestrutura e sustentabilidade,

políticas de acesso aberto aplicadas a instituições produtoras de conhecimento científico e a promoção de sistemas de acesso aberto.

Neste novo documento, orienta-se que os repositórios institucionais gerenciados por instituições de ensino superior, recebam não apenas os artigos acadêmicos, mas também outros materiais como apresentações de conferências, livros ou capítulos e conjunto de dados. Evidenciando a preocupação e expansão do MAA para o armazenamento dos dados produzidos pela instituição.

Por fim, estes são alguns dos marcos instituidores e formadores do acesso livre que moldaram e influenciaram o entendimento acerca do processo das publicações científicas em todas as suas etapas. Dessa forma, na próxima seção será abordada uma ampliação desse conceito, aplicada aos dados vinculados as buscas realizadas por estudiosos.

3.3 Dados de pesquisa abertos

Assim como o acesso livre à literatura científica é primordial para o avanço em direção a novas descobertas, os dados de pesquisa igualmente passam a fazer parte do âmbito desse movimento. A abordagem de disponibilização aberta não se restringe mais exclusivamente as publicações acadêmicas tradicionais, sendo replicada ao universo dos dados responsáveis por sua fundamentação.

Neste sentido, a Declaração de Berlim (2003) amplia o escopo do MAA, indicando que, além dos resultados de pesquisas científicas originais, as contribuições de acesso livre incluem “dados não processados e metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos e gráficos e materiais acadêmicos multimídias”.

O aumento ininterrupto dos números de dados gerados por diferentes parcelas da sociedade, como instituições governamentais, de pesquisa, entre outras, atribui a tais recursos papel de destaque para a investigação científica contemporânea. Onde obtém outro significado e ultrapassa seu posto de subproduto e até mesmo de coadjuvante no processo científico.

As expectativas em torno de um mundo rico em dados são imensas e incluem desde descobertas de novas drogas, passando por um entendimento melhor sobre as mudanças climáticas e sobre a origem do universo, até metodologias mais apuradas para examinar a história e a cultura. No contexto da pesquisa científica atual, há uma compreensão de que uma nova ordem se sobrepõe ao que se convencionou considerar como output dos processos de investigação científica. ‘Os editores [científicos] reconhecem

que em muitas disciplinas os dados, em várias formas, são agora o principal produto de pesquisa' [...]. (SAYÃO; SALES, 2014, p. 77).

Logo, dados de investigação podem ser identificados como objetos essenciais para a pesquisa e o seu acesso configura-se num desafio para a comunidade científica. Os repositórios assumem, também neste cenário, a função de oferecer os mecanismos necessários de busca, preservação e serviços de valor agregado para a produção do conhecimento, sendo necessária sua disponibilização em plataforma aberta.

Os dados de investigação ou os dados de pesquisa possui múltiplas definições. O *National Research Council* dos EUA, por exemplo, os definem como “fatos, números, letras, símbolos que descrevem um objeto, uma condição, uma situação ou outro fator.” (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, *apud* SALES; SAYÃO, 2019, p. 34), podendo apresentar um extenso grau de variação dependendo da área que serão empregados. Para a Secretaria de Gestão e Orçamento do referido país, os compreendem como “coletados, observados ou criados para fins de análise para produzir resultados originais da pesquisa.” (SALES; SAYÃO, 2019, p. 35).

O relatório da OECD, sigla em inglês para Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, os explica como “registros factuais usados como fonte primária para a pesquisa científica e que são comumente aceitos pelos pesquisadores como necessários para validar os resultados do trabalho científico.” (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2007, p. 13, tradução nossa). Contudo, como observado por Sales, Costa e Shintaku (2020), tal conceituação não explicita os dados em toda sua amplitude e possibilidades.

A existência de inúmeras definições e falta de consenso podem ser explicados pela particularidade que o termo “dado” carrega, uma vez que pode ter significados diversos conforme indivíduo, circunstância e área de conhecimento. Dados podem ser gerados com diferentes intuítos, por atores diversos e originados de diferentes processos. Depende da interpretação do pesquisador ou como elucidado por Sales e Sayão,

[...] uma sequência de bits proveniente de um sensor sísmico é dado de pesquisa para os sismólogos; amostras de rochas são dados de pesquisa para um geomorfologista; conversas gravadas são dados de pesquisa para sociólogos; e inscrições em cuneiformes são dados de pesquisa para quem estuda linguagens do Oriente. Porém, os cuneiformes podem ser também dados para o arqueólogo ou para o ambientalista que buscam padrões climáticos históricos; de forma similar, os dados sísmicos podem ser úteis para biólogos que estudam comportamento animal. (SALES; SAYÃO, 2019, p. 35).

Os autores apresentam uma definição ampla para dados científicos, os definindo como “todo e qualquer tipo de registro coletado, observado, gerado ou usado pela pesquisa científica, tratado e aceito como necessário para validar os resultados da pesquisa pela comunidade científica.” (SALES; SAYÃO, 2019, p.36) com o propósito de abarcar todas as possibilidades relativas aos dados. Ressaltam ainda a necessidade de tratamento e aceitação pela comunidade científica e, conseqüentemente, de uma gestão mínima a fim de torná-los compreensíveis, compartilhados e reutilizados.

Agências de financiamento e instituições de ensino superior têm reconhecido cada vez mais a importância sobre a gestão dos dados de pesquisa. Sob o prisma dos pesquisadores, esta gestão representa um conjunto de atividades intrínsecas a geração, manuseio, descrição e armazenamento dos dados. Do ponto de vista das agências, significa um processo de acompanhamento da pesquisa realizada com investimentos públicos. Importante para o desenvolvimento de novos estudos em que a exigência de um plano de gestão de dados já se configura numa realidade. Assim, diversas universidades estabeleceram ou pretendem inserir em seu planejamento a oferta de serviços de curadoria de dados de pesquisa como parte de seus repositórios institucionais (SALES; COSTA; SHINTAKU, 2020).

[...] a prática dos Dados Abertos de Pesquisa visa dar maior transparência à pesquisa com a finalidade de compartilhamento e reuso dos dados em novas investigações. Nesse sentido, a gestão desses dados assumiu novas configurações, elevando-se a um grau de importância tal, que se tornou tarefa indispensável da atividade científica. (HENNING; MOREIRA, 2020, p. 145).

Cabe ressaltar que o conceito de dados abertos foi pensado a princípio para auxiliar a transparência de informações governamentais. Todavia, com o passar dos anos, começou a ser aplicado na realidade da ciência. São definidos em função do atendimento a um conjunto de princípios balizadores a fim de serem utilizados por qualquer indivíduo, para qualquer propósito, em que sua execução significa a superação de empecilhos legais, técnicos e culturais (MACHADO, 2015).

A fim de garantir uma eficiente gestão no decorrer de todo o ciclo da pesquisa científica, uma série de outros princípios, conhecidos como Princípios FAIR, atua como guia em meio a esse processo (WILKINSON *et al.*, 2016). Indo além do mero objetivo focado somente para o armazenamento e a disponibilização, tais elementos têm sido amplamente difundidos na comunidade científica internacional com o propósito de promover a máxima

reutilização dos dados através da “adoção de padrões, metadados, vocabulários controlados e identificadores persistentes que proporcionam significado preciso aos dados e aos demais objetos a eles vinculados.” (HENNING *et al.*, 2019, p. 177).

FAIR, acrônimo para *Findable, Accesible, Interoperable e Reusable*, é fruto de um encontro internacional denominado *Jointly designing a data FAIRPORT*. Ocorrido em janeiro de 2014 nos Países Baixos, reuniu pesquisadores de diferentes campos de saber envolvidos com o tratamento, uso e reuso dos dados científicos, que lidavam com a ausência de boas práticas para publicação dos mesmos.

Esses princípios são considerados o instrumento norteador para descoberta, acesso, compartilhamento e reutilização dos dados de pesquisa, assim como promove a interoperabilidade global. Os princípios propõem estabelecer orientações para a publicação de recursos digitais, conjunto de dados, códigos e objetos de pesquisa de maneira FAIR (HENNING; MOREIRA, 2020, p. 151).

Contudo, como observado por Henning e Moreira (2020), são aceitos pelo corpo científico mundial somente em 2016, quando fora publicado no periódico *Nature – Scientific Data* (WILKINSON *et al.*, 2016) e quando a apresentação de um plano de gestão de dados alinhado ao FAIR tornou-se uma exigência para financiamento de projetos de pesquisa no âmbito da União Européia. Oferecendo, inclusive, o Open Research Data Pilot in Horizon 2020 (OPENAIRE, 2015) que buscava respaldar e auxiliar na formulação dos planos de dados de pesquisa.

O quadro 1 sintetiza os princípios propostos assim como suas aplicações. Cada letra remete a um grupo de componentes necessários, um caminho possível a ser seguido para que se possa alcançar o objetivo previsto em cada uma delas. Cabe salientar que, tais princípios não buscam especificar formatos ou tecnologias, mas sim direcionar a preparação dos dados em benefício do seu reuso. (HENNING *et al.*, 2019)

Quadro 1: Princípios Fair

Princípios	Como aplicar
<i>F – Findable</i>	Para serem encontrados
F1. Os (meta)dados devem ter identificadores globais, persistentes e identificáveis	Adotar identificador único persistente para cada conjunto de dados Ex: DOI, ARK, RRID, PID
F2. Os dados devem ser descritos com metadados enriquecidos (impacta diretamente R1)	Conjuntos de dados devem possuir metadados ricos o suficiente para que, uma vez indexados para um mecanismo de busca, esses metadados possam ajudar o usuário dos dados a encontrá-los mesmo que não possua o seu identificador.
F3. Os metadados devem incluir claramente e explicitamente os identificadores dos dados que	Como não podemos prever que os dados e seus metadados estejam sempre juntos (por exemplo

descrevem	quando os metadados são indexados por um mecanismo de busca e, portanto, está em uma plataforma diferente dos dados), a associação entre eles deve ser feita pela inclusão do identificador dos dados pelos metadados.
F4. Os (meta)dados devem ser registrados ou indexados em recursos que ofereçam capacidades de busca	Para que os dados sejam encontrados, seus metadados devem ser indexados por mecanismos de busca que, por sua vez, permitem aos usuários encontrá-los por meio de elementos desses metadados.
A – Accessible	Para serem acessíveis
A1. (Meta) dados devem ser recuperáveis pelos seus identificadores usando protocolo de comunicação padronizado	Com o identificador do conjunto de dados ou de seus metadados, o usuário deve poder recuperá-los por meio de um protocolo de comunicação padronizado.
A1.1 O protocolo deve ser aberto, gratuito e universalmente implementável	Independente de licenciamento dos dados e dos metadados, o protocolo de comunicação usado para dar acesso a eles deve ser aberto, gratuito e passível de ser implementado por qualquer interessado.
A1.2 O protocolo deve permitir procedimentos de autenticação e autorização, quando necessário	Quando necessário, dependendo das restrições ao acesso aos dados e/ou metadados, um mecanismo para autenticação e autorização para o acesso deve ser permitido pelo protocolo de comunicação.
A2. Metadados devem ser acessíveis, mesmo quando os dados não estão mais disponíveis	É preciso existir um conjunto de estratégias de preservação para os dados e metadados. Minimamente, os metadados devem ser sempre acessíveis, possibilitando a criação de índices para conjuntos de dados atuais e passados.
I – Interoperable	Para serem interoperáveis
I1. (Meta) dados devem ser representados por meio de uma linguagem formal, acessível, compartilhada e amplamente aplicável para a representação do conhecimento	Para que possamos representar dados e metadados devemos utilizar linguagens de representação do conhecimento que sejam formais, acessíveis e amplamente aplicáveis. Por exemplo, RDF, XML, DICOM, etc.
I2. (Meta) dados devem usar vocabulários que seguem os princípios FAIR	Como os dados e metadados devem possuir referências aos vocabulários que contenham os conceitos utilizados, devemos garantir que sejam utilizados vocabulários que também sigam os princípios FAIR.
I3. (Meta) dados devem incluir referências qualificadas para outros (Meta) dados	Referenciar os conjuntos de dados devidamente, possibilitando que conjuntos de dados gerados, a partir de outros conjuntos de dados, sejam ligados. Possibilitar a ligação semântica entre eles por meio dos padrões adotados.
R – Reusable	Para serem reutilizáveis
R1. (Meta) dados são descritos com uma pluralidade de atributos precisos e relevantes.	Prover metadados que permitam aos potenciais usuários avaliarem se é possível reusar os dados ou metadados também, se eles se adequam às suas necessidades.
R1.1. (Meta) dados devem ser disponibilizados com licenças de uso claras e acessíveis	É fundamental que o responsável pelos dados e metadados defina explicitamente quem pode ter acesso a eles, para que e sob quais condições. Essas informações são definidas por meio de suas licenças de uso.
R1.2. (Meta) dados devem estar associados à sua proveniência	Especificar a proveniência (linhagem) dos dados é importante não só para que o usuário possa avaliar a utilidade dos dados ou metadados, mas também para que possamos atribuir o devido crédito a quem produziu, manteve ou editou esses dados.

	Dentre as informações relevantes à proveniência destaca-se: (a) A linhagem dos dados, ou seja, o processo de obtenção do dado (gerado ou coletado). (b) Particularidades ou limitações sobre os dados que outros usuários devem conhecer. (c) Data da geração do conjunto de dados, condições de laboratório, quem preparou os dados, configurações de parâmetros, nome e versão do <i>software</i> utilizado. (d) Explicitar se são dados brutos ou processados. (e) A versão dos dados arquivados e/ou reutilizados deve ser claramente especificada e documentada.
R1.3. (Meta) dados devem estar alinhados com padrões relevantes ao seu domínio	Atender os padrões específicos da comunidade da área. Atender às boas práticas de arquivamento e ao compartilhamento do campo de pesquisa específico.

Fonte: HENNING *et al.*, 2019, p. 178-179

Embora o termo FAIR não se configure numa novidade no meio científico, sua implantação prática continua sendo um desafio em virtude de sua complexidade bem como escassez de experiências em sua utilização. Descrevem atributos desejados para uma boa gestão, porém carecem de esclarecimentos sobre sua efetivação. Tal constatação pode ser notada em estudo realizado na Holanda pela *University of Delft* que, ao analisar um determinado universo de repositórios com o intento de verificar a conformidade com elementos FAIR, expõe como resultado um baixo grau de compatibilidade (HENNING *et al.*, 2019b).

Diante deste panorama, algumas iniciativas são observadas a fim de facilitar sua adoção, como por exemplo, a GO FAIR. Iniciativa apoiada por governos da Holanda, Alemanha e França, sua metodologia se baseia em três pilares: GO CHAIN, voltado para mudanças culturais a fim de tornar os princípios FAIR um padrão de trabalho na ciência e reformar a forma de recompensa; GO TRAIN, direcionado para treinamentos dentro e fora do território europeu; e GO BUILD, canalizado para criação de infraestruturas em favor de dados interoperáveis (HENNING *et al.*, 2019b).

O IBICT, por sinal, após tratativas com objetivo de firmar parcerias com a GO FAIR dando assim “os primeiros passos para a inserção brasileira no processo de compartilhamento e reuso dos dados de pesquisa alinhados aos princípios FAIR” (HENNING *et al.*, 2019, p. 190), assina em 2018 a Declaração GO FAIR Brasil, criando um dos primeiros escritórios nacionais da GO FAIR (GO FAIR, 2018). Esta ação reflete o interesse da comunidade científica brasileira em aderir e implantar os princípios FAIR em sua rotina de gerenciamento de dados, que por sua vez fora ramificada em outras iniciativas como o GO FAIR Brasil Saúde e o AGRO. (MARINHO, 2020).

Além disso, havia manifestado anos antes posição favorável à abertura dos dados por meio do Manifesto de Acesso Aberto a dados de pesquisa brasileira. Nele, apresenta como objetivo reconhecer seu valor estratégico assim como fomentar movimentos para Ciência Aberta no país, fornecendo acesso a fontes primárias de pesquisa utilizadas por pesquisadores de forma irrestrita (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2016).

Em decorrência dessa visão sobre o assunto, o instituto disponibiliza ainda um repositório de dados usando a plataforma de software livre Dataverse. Resultado de uma aliança com a Universidade de Harvard, responsável por desenvolver o projeto, o repositório consiste-se num recurso gratuito para depósito e consulta de conjuntos de dados arquivados por colaboradores das instituições que compõem a rede Cariniana. Orientado para publicação, citação, análise, preservação e reutilização de dados usados e/ou gerados por diferentes projetos, nele é possível compartilhar, arquivar e promover a referência de dados de pesquisa científica (ARAÚJO; MARDERO ARELLANO; FERRER, 2018).

Na Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), um dos principais órgãos de fomento de apoio a pesquisa no Brasil ficando atrás apenas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a necessidade de anexar um plano de gestão de dados as propostas submetidas é uma realidade para algumas modalidades e chamadas, sendo assinalada como uma das primeiras ações de dados abertos nacionais. Ademais, instaurou um Grupo de Trabalho formado por representantes das universidades estaduais e federais de São Paulo, Embrapa e Instituto Tecnológico de Informática (ITA) para criar uma rede de repositórios abertos a dados de pesquisa acadêmica (SHINTAKU; LANNE, 2020).

Por fim, o aumento exponencial no volume de dados produzidos pode criar oportunidades não antes vistas para o avanço científico. Desde que estejam bem estruturados, descritos, armazenados e disponibilizados para uso de toda comunidade. Uma gestão de dados apropriados associada ao acesso sem restrições e a compromissos sustentáveis e duradouros poderão colaborar para a expansão do conhecimento.

A abertura de dados de pesquisa pode trazer enormes benefícios para a população. Somada a outras iniciativas da Ciência Aberta, tal concepção ocasiona o surgimento de novos modelos de produção, compartilhamento e distribuição do saber. Diante disto, o próximo capítulo terá como tema central movimento *Open Science*, que tem íntima ligação com os assuntos abordados até o momento e vêm se mostrando fundamental para pensar ciência sob novos olhares.

4 CIÊNCIA ABERTA: UMA NOVA PERSPECTIVA

Ao passo que a pandemia de COVID-19 avança com rapidez e agressividade em diferentes lugares do globo, o momento de pandemia enfrentado destaca a interdependência existente na sociedade mundial sob diferentes aspectos. Dentre eles, a necessidade por informações científicas de forma rápida assim como seu compartilhamento, para obtenção de avanços mais céleres no combate a doença.

Líderes nacionais, formuladores de política e autoridades de uma maneira geral, dependem cada vez mais de subsídios informacionais para embasarem suas decisões com intuito de controlar a curva de contágio atual e futuro. Sendo possível agir com maior responsabilidade e assertividade perante o cenário de incertezas que se apresenta e passando maior segurança aos demais cidadãos.

Neste sentido, a UNESCO, agência especializada da Organização das Nações Unidas voltada para a Educação, Ciência e Cultura, organizou remotamente uma reunião em março de 2020, envolvendo representantes de mais de cem países com o intuito de reforçar a importância da cooperação internacional em ciência e aumento dos investimentos nesse momento de crise. Tendo como ponto principal de discussão o incentivo à Ciência Aberta (UNESCO, 2020).

A iniciativa tomada pela instituição assim como a postura adotada pela comunidade científica de uma forma geral perante o surto reafirma o quanto se torna imprescindível a discussão e adoção ao modelo proposto. Em prol do usufruto amplo e irrestrito, a toda população, aos benefícios da ciência, desde o enfrentamento de notícias falsas até a redução de lacunas presentes entre e no interior de países, relacionados à ciência, tecnologia e inovações.

Além disso, a UNESCO desenvolve desde 2019 uma Recomendação sobre Ciência Aberta (Recommendation on Open Science) de modo colaborativo. Conta com a participação de interessados por meio de uma consulta online global e promove reuniões temáticas e regionais que fomentam o debate sobre o entendimento, conscientização e desenvolvimento de políticas de Ciência Aberta (UNESCO, [s.d.]

Dessa forma, pretende-se neste capítulo contextualizar o movimento conhecido como Ciência Aberta (CA), apresentando suas abordagens e alguns de seus desdobramentos e implicações diante da comunidade científica.

4.1 As múltiplas abordagens da Ciência Aberta

A ciência caracteriza-se por momentos de tensão e ruptura, ora mais profundos com maior ou menor ciclo de duração. Acesso Aberto, Dados Abertos e Ciência Aberta constituem-se movimentos essenciais para compreensão da produção e disseminação do saber.

À vista disso, o desenvolvimento das TICs propiciou uma série de transformações no campo científico. Como visto no capítulo anterior, possibilitou comunicações que transpõem limites geográficos, extensa divulgação de pesquisas, tanto finalizadas quanto em andamento, e considerável aumento do público na discussão dos tópicos abordados.

Modificou também o comportamento de parte dos cientistas e alterou a lógica até então estabelecida do sistema formal de comunicação científica. Uma vez que para ser possível acompanhar os rápidos progressos científicos, novas concepções de sua formalização foram necessárias com o objetivo de atender aos anseios dos pesquisadores. A própria figura do periódico passa a ganhar novos contornos diante das inúmeras possibilidades que a Internet e instrumentos tecnológicos proporcionam nos tempos atuais. Como destacado por Silva e Silveira,

[...] somente com os recursos provenientes da Internet é que os envolvidos na produção científica construíram um novo modelo para publicação de suas pesquisas, passando a assumir novamente a responsabilidade de publicação de pesquisas. Apesar de haver conservadorismo, os pesquisadores agora têm mais alternativas do que nunca para evitar esses problemas. A ciência é feita para ser aberta e, de fato, beneficia-se quando não ocorrem restrições. Ela está descobrindo novas alternativas para que todos os envolvidos – comunidade científica e sociedade –, possam aproveitar, sem ter de pagar por isso novamente. (SILVA; SILVEIRA, 2019, p.2)

Cabe ressaltar que embora a idéia de que a humanidade se beneficia com a busca do conhecimento se apresente como uma característica fundamental e definidora da ciência moderna, parecendo algo natural quase primitivo, David (2004) aponta em seu estudo sobre as origens da Ciência Aberta, que essa noção emerge apenas a partir do século XVI, com a Revolução Científica. Momento em que toma forma um novo conjunto de convenções sociais, estruturas de incentivo e mecanismos institucionais que acabam por reforçar os compromissos dos estudiosos com a divulgação rápida e a disseminação ampla de suas invenções e descobertas.

O movimento de Ciência Aberta busca romper com o *modus operandi* instaurado, seja no fomento, na projeção, na realização e/ ou na comunicação da pesquisa. Ou nas palavras de Anglada e Abadal (2018, p. 293), a CA corresponde a “[...] uma mudança de paradigma na maneira de fazer ciência. A mudança não está no que se faz, e sim como se faz.”

Reflete novas formas de pensar e desempenhar a cientificidade, ecoando diretamente nas estruturas e normas institucionais que afetam não apenas a prática científica, mas também sua relação com a sociedade (ALBAGLI, 2015).

É comum observar o emprego de CA como sinônimo de MAA. No entanto, importante destacar que os dois termos são distintos. Embora o MAA tenha propiciado uma conjuntura mais favorável para se pensar a abertura na ciência, graças à consolidação de iniciativas a favor de publicações de acesso gratuito, possui uma história própria, ligada a ações direcionadas para a economia das publicações científicas.

Neste sentido, o *open access* à literatura pode ser assimilado como uma parte de um processo maior e mais complexo que abrange a abertura da ciência. Envolve diferentes aspectos presentes no trabalho de investigação e de seus resultados, tais como artigos científicos; conjunto de dados; softwares e seus códigos-fonte; revisões; relatórios; apresentações; a abertura dos processos de pesquisa e fluxos de trabalho; a aplicação de licenças jurídicas flexíveis que autorizem o acesso e reutilização ampla dos resultados; a interoperabilidade da infraestrutura científica; metodologias abertas e compartilhadas de pesquisa, entre outros. (SANTOS *et al.*, 2017).

À proporção que evolui, a CA se modifica com a incorporação de novos elementos. O termo assume um perímetro mais abrangente com a adoção de um conjunto de práticas que englobam disponibilização de dados científicos em acesso aberto, ferramentas de publicação científica aberta, softwares de código aberto, maior transparência na avaliação de trabalhos por pares, entre outros. Não se limitando ao livre acesso as publicações científicas, do resultado final das pesquisas, mas busca e incentiva também métodos e mecanismos que facilitem a colaboração, compartilhamento e reutilização. Em outras palavras,

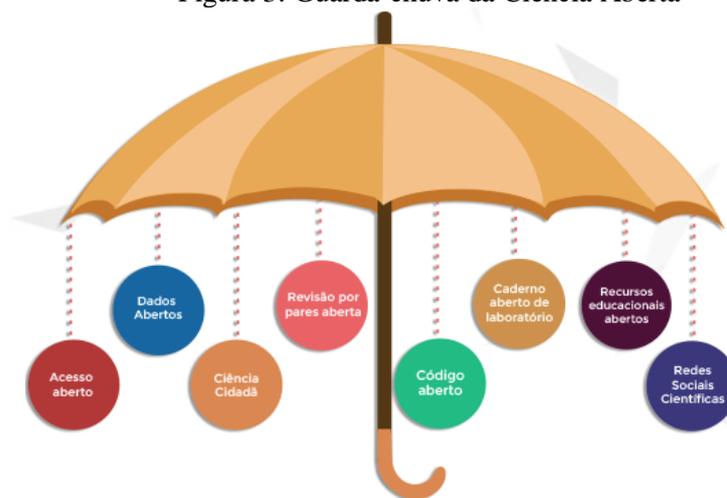
O movimento da Ciência Aberta vai além do compartilhamento e acesso a publicações e dados oriundos de pesquisas com financiamento público, na medida em que promove a abertura de todo o processo científico e a translação do conhecimento, amplia os impactos sociais e econômicos da ciência, reforçando o conceito de responsabilidade social científica (SANTOS; ALMEIDA; HENNING, 2017, p. 12).

Albagli ainda complementa que

Esfumaça-se a fronteira entre produzir e comunicar ciência, entre produtores e usuários de conhecimento, valorizando o processo (o fluxo, a dinâmica) antes que o produto (o estoque) [...] Produção e comunicação científicas passam a constituir processos indissociáveis, sendo a comunicação diretamente produtiva. No caso da publicação científica, a figura do peerreview, a quem cabe operacionalizar o filtro de qualidade e de certificação da produção científica, pode vir a ceder terreno para a figura da curadoria, que remete ao estar junto, à atenção e ao cuidado, à coprodução. (ALBAGLI, 2015, p. 16).

Neste sentido, a utilização de um guarda-chuva (Figura 3) para representar o conceito de CA e assim retratar os diferentes atores que contribuem para o seu desenvolvimento pleno, caracteriza-se como uma famosa imagem ao tratar o tema. Nela, incluem-se desde a disponibilização gratuita dos objetos finais das pesquisas até a participação de não cientistas.

Figura 3: Guarda-chuva da Ciência Aberta



Fonte: FIOCRUZ, 2020, *O que é ciência aberta?*, disponível em <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/ciencia-berta/serie1/curso1/aula1.html>

No entanto, Albagli (2019) a enxerga mais do que o estrito uso da palavra guarda-chuva pode inferir, limitada a função de somente abranger diferentes eixos. Para autora, à medida que prossegue em direção a integração das frentes, a

Ciência aberta pode ser então entendida como um ‘movimento de movimentos’, ou seja, um processo em construção, que abriga várias vertentes, tais como publicações científicas abertas, dados abertos de pesquisa, ferramentas científicas abertas (software e hardware), cadernos de pesquisa abertos e ciência cidadã [...]. Logo, mais do que um termo ‘guarda-chuva’, a ciência aberta avança no sentido de integrar essas várias frentes, ampliando a questão do acesso para as novas formas colaborativas de

produção e circulação da informação e do conhecimento em ciência, bem como sua apropriação social. (ALBAGLI, 2019, p. 16).

Já a Open Knowledge International apresentara uma definição bem abrangente, em que “a Ciência Aberta significa muitas coisas, mas principalmente que o conhecimento científico deve ser livre para as pessoas usarem, reutilizarem e distribuírem sem restrições legais, tecnológicas ou sociais” (ALBAGLI; CLINIO; RAYCHTOCK, 2014, p. 435).

Fecher e Friesike (2014) a entendem como um modelo de pesquisa científica amparado na comunicação aberta dos processos de produção da informação científica. Apontando-a como uma alternativa ao paradigma tradicional, ancorada em demasia na propriedade intelectual, com o objetivo de desviar dos efeitos prejudiciais da propriedade intelectual sobre a pesquisa.

Diante do exposto, nota-se que o entendimento acerca da concepção da CA é diverso. Sendo possível encontrar diferentes definições na literatura específica, podendo apresentar múltiplos sentidos e gerar diferentes interpretações a depender de como o novo paradigma afeta os agentes envolvidos no universo científico são identificadas diferentes abordagens.

Os autores Fecher e Friesike (2014), a partir do levantamento e análise de declarações, manifestos, artigos e políticas que abordam a temática, reconhecem cinco escolas de pensamento que simbolizam perspectivas diferentes sobre a CA. A escola pública (*public school*), a escola democrática (*democratic school*), a escola pragmática (*pragmatic school*), a escola da infraestrutura (*infrastructure school*) e por fim a escola das métricas (*measurement school*).

A primeira delas gira em torno da pesquisa acessível a todos, não apenas a especialistas mas também ao público geral. Partindo dessa linha de raciocínio, é possível analisá-la sob dois vieses: um tocante ao processo de pesquisa e outro ao produto da pesquisa. Envolvendo, respectivamente, a participação popular, leiga e os pesquisadores enquanto facilitadores da exposição dos resultados obtidos (FECHER; FRIESIKE, 2014).

O acesso de não especialistas ao processo de pesquisa pode ocorrer de forma direta, mediante uso de programas e plataformas web que possibilitem a colaboração para resolução de questões levantadas por especialistas, ou indireta, via computação distribuída, em que pessoas comuns, isto é, fora do ambiente da pesquisa científica, usam programas em seus computadores para auxiliar processos de análise de dados e informações. O conceito de ciência cidadã é muito difundido para descrever essa relação.

Mesmo que o desenvolvimento das TICs tenha contribuído consideravelmente para que um público anteriormente excluído possa adotar uma postura mais ativa nesse processo, convém lembrar que o tanto o termo quanto a idéia já existem há certo tempo.

[...] Em 1978, bem antes da era digital, o bioquímico Erwin Chargaff já usava esse termo [ciência cidadã] para adotar uma forma de ciência dominada por amadores dedicados. O significado do termo não mudou; apenas experimenta uma nova magnitude à luz da moderna tecnologia de comunicação. (FECHER; FRIESIKE, 2014, p. 23, tradução nossa).

Alguns exemplos neste sentido podem ser observados. Hand (2010), em artigo intitulado “*Citizen science: People power*”, realiza um levantamento de alguns projetos que empregam a computação distribuída, como *Rosetta@home*, *Foldit* e o *Galaxy Zoo*. No Brasil, o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) dispõe de uma seção em sua página da internet dedicada a projetos de ciência cidadã no território nacional com a mesma temática.

No que se refere à compreensão dos resultados de pesquisa, conquanto a produção do conhecimento tenha crescido exponencialmente e o acesso tenha ampliado para uma parcela significativa da população, o entendimento acerca da ciência e de suas problemáticas ainda se coloca de modo nebuloso.

À vista disso, Cribb e Sari destacam a importância de uma mudança na escrita científica à medida que o público se expande, objetivando uma adequação da disseminação do conhecimento gerado no interior das academias. “A ciência é por natureza complicada, fazendo com que o mais importante para uma boa escrita científica devesse ser torná-la simples, limpa e clara.” (CRIBB; SARI, 2010, p 15, tradução nossa).

Seguindo esta mesma lógica, Puschmann ao avaliar a função dos cientistas atuais, identifica igualmente a lacuna de comunicação existente para “fora da caixa”, fora da zona de conforto. A participação mais ativa na educação da população contribuiria para o exercício pleno de seu papel social, aproximando ainda mais ciência e sociedade.

[...] Os cientistas devem ser capazes de explicar o que eles fazem para um público mais amplo para angariar apoio político e financiamento para empreendimentos cujos resultados não são claros na melhor das hipóteses e perigosos na pior, uma dificuldade que é ampliada pela complexidade das questões científicas. (PUSCHMANN, 2013, p. 91, tradução nossa).

Em suma, a escola pública busca assegurar a acessibilidade do processo de pesquisa e a compreensibilidade de seus resultados, fomentando comunicação e clareza do conhecimento produzido.

A escola democrática tem como ponto central a garantia de acesso ao conhecimento. Reconhecido como um direito humano, principalmente quando há participação de financiamento público, que só é possível se todos tiverem os mesmos direitos de acesso aos insumos científicos, sejam dados, artigos, entre outros. Para isso, apresenta como estratégias o acesso aberto às publicações acadêmicas e a disponibilização de dados usados ao longo da pesquisa científica. (FECHER; FRIESIKE, 2014).

Como ambas as estratégias já foram tratadas anteriormente neste trabalho, oportuno apontar somente que nos dois casos a crítica se concentra na política editorial que busca coibir o acesso à literatura por intermédio de cobrança de assinaturas a altos preços, adoção de padrões que dificultam e por vezes impedem a reutilização de dados de pesquisa e falha na coleta dos dados no decorrer da pesquisa que poderiam servir de apoio para novos trabalhos uma vez tornados públicos (ALBAGLI; CLINIO; RAYCHTOCK, 2014; FECHER; FRIESIKE, 2014).

A terceira corrente de pensamento – escola pragmática – assume uma orientação mais próxima da inovação, inclinada a compreender a CA como um método para aumentar a eficiência da pesquisa e conseqüentemente da produção do conhecimento. Ciência concebida como um processo passível de otimização através da inclusão de conhecimento externo e colaboração via ferramentas on-line (FECHER; FRIESIKE, 2014).

Ciente de que “uma pessoa nunca pode possuir conhecimento suficiente para julgar situações complexas apropriadamente, e que é mais apropriado usar a sabedoria coletiva das multidões” (TACKE, 2010, p. 1, tradução nossa), Tacke aproxima os conceitos de inovação aberta e CA uma vez que ambos reconhecem que resultados e soluções melhores podem surgir a partir do envolvimento de outros, seja no desenvolvimento de produtos e/ou serviços, seja na ciência.

Iniciativas como Polymath Project, em que um problema matemático postado no blog de Tim Gower foi resolvido por alguns especialistas, se configura num exemplo de como a pesquisa construída coletivamente pode modificar antigas práticas. Tendências de colaboração, na concepção de Tacke (2010), refletem a crescente complexidade dos problemas de pesquisa apresentados ao longo do tempo, aparentemente impossíveis de serem resolvidos por um único indivíduo. Sendo necessário, portanto, repensar a metodologia de gratificação e reconhecimento da ciência.

Já a escola da infraestrutura foca na arquitetura tecnológica para acesso à informação, nos requisitos de infraestrutura postos uma vez que alterações nos padrões impactam o labor científico. Em outras palavras, “[...] a escola da infraestrutura considera a Ciência Aberta como um desafio tecnológico” (FECHER; FRIESIKE, 2014, p. 36). Com destaque para tendências ligadas a computação distribuída e para a constituição de redes sociais de colaboração entre cientistas.

Em linhas gerais, a computação distribuída caracteriza-se por ser uma computação descentralizada, que conecta dois ou mais computadores em rede e que utilizam softwares que permitem o compartilhamento de seus recursos. Ou seja, são diferentes computadores comportando-se como um só com o intuito de formar e elevar o desempenho para realização de tarefas comuns bem como o processamento dos estudos com uso intensivo de dados. O *Open Science Grid* é uma amostra disso dado que

[...] permite projetos de pesquisa em larga escala e com muitos dados, conectando vários computadores a uma rede de computadores de alto desempenho. Computadores autônomos são interconectados para atingir objetivos de pesquisa de alto desempenho. O Open Science Grid fornece um ambiente de pesquisa colaborativa para comunidades de cientistas e pesquisadores trabalharem juntos em problemas de computação distribuída. (FECHER; FRIESIKE, 2014, p. 38, tradução nossa).

Logo, infere-se que a computação detém certo poder libertador aos cientistas no sentido que não mais ficam dependentes de seus recursos individuais de computação. Ou nas palavras de Fecher e Friesike (2014, p. 39, tradução nossa) “[...] é uma oportunidade de desatar um pesquisador dos recursos disponíveis localmente, fornecendo uma rede de computadores altamente eficiente.”.

Com relação à segunda tendência, o foco está em gerar ambientes/ plataformas abertos que não se detenham exclusivamente a estocar as informações, mas que também ajude a pesquisa. Oferecendo soluções que facilitem a interação entre os pesquisadores que se encontram geograficamente dispersos, por meio de ferramentas web, a fim de criar um ambiente social de pesquisa.

Segundo De Roure *et al.* (2008) esses ambientes devem atender a quatro recursos essenciais, são eles:

1. Deve facilitar o gerenciamento e o compartilhamento de objetos de pesquisa - esses são os produtos digitais que são usados e reutilizados pelos pesquisadores, variando de dados e métodos a publicações acadêmicas.

2. Deve apoiar o modelo social: os produtores de objetos de pesquisa devem ter incentivos para disponibilizá-los; os consumidores precisam ser capazes de descobri-los e reutilizá-los; todos se beneficiarão da curadoria pessoal e comunitária.
3. Deve fornecer um ambiente aberto e extensível para facilitar a integração com outros softwares, ferramentas e serviços e se beneficiar da contribuição participativa do software.
4. Deve fornecer uma plataforma para pesquisa-ação, por exemplo, para entregar objetos de pesquisa a serviços e software remotos. Deve ser simples criar ferramentas e ambientes personalizados e específicos para tarefas. (ROURE *et al.*, 2008, p. 182, tradução nossa).

Sob a perspectiva da infraestrutura, a criação de tais redes é analisada com enfoque na implantação de sistemas. A potencialidade de utilização compete à escola abordada anteriormente.

Por último a escola das métricas que abrange a busca por novas formas de avaliação do impacto diante da migração para universo virtual e conseqüente adoção a novas formas de publicação científica que não são contempladas no modelo tradicional de avaliação. Não ficando mais restrita aos periódicos, mas aparecendo igualmente em blogs, wikis, marcadores sociais. Além disso, a demora na revisão pelos pares é outro ponto levantado pelos defensores desta vertente (FECHER; FRIESIKE, 2014).

As métricas alternativas ou altmetrias, definidas por Priem e Costello (2010) como uma visão mais ampla dos resultados e impactos, correspondem à criação e estudo de novas medições fundamentadas no ambiente online para análise das produções acadêmicas. Pretendem não apenas mensurar o produto final da atividade de pesquisa, mas também avaliar o impacto científico empregando fontes alternativas de dados que possibilitem a medição do processo, como número de downloads e de visualizações de publicações, comentários online, compartilhamento em redes sociais, entre outros. Mídias sociais como o *Twitter* e gerenciadores de referência como *Zotero*, *CiteULike*, *Mendeley* são alguns dos dispositivos que podem ser utilizados de base para altmetria. (ALBAGLI; CLINIO; RAYCHTOCK, 2014; FECHER; FRIESIKE, 2014).

Por fim, importante destacar que as diferentes correntes de pensamento estão longe de serem excludentes e modelos prontos na qual determinado teórico deve se enquadrar. Tratam-se de linhas de pensamento interligadas que, na maior parte das vezes, podem se complementar.

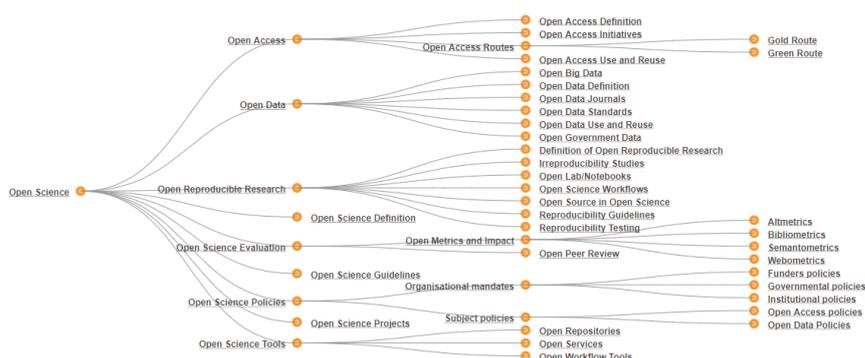
4.2 Algumas iniciativas em benefício da Ciência

Nesta subseção serão abordadas algumas iniciativas a favor da CA tanto no contexto nacional quanto internacional. O tema de interesse global é manifestado sob variadas formas com diferentes níveis de maturidade, expresso na realização de eventos, treinamentos oferecidos, implantações de política e ações de incentivo.

A UE por exemplo conta com um robusto programa em Pesquisa e Inovação – Horizon 2020 – que busca garantir a competitividade global da Europa. Em matéria de investigação e inovação, sua política apresenta como principais objetivos a inovação aberta, abertura ao mundo e ciência aberta. Dessa forma, com o intuito de aproximar os pesquisadores aos conteúdos pertinentes a CA, o bloco, por meio do grupo *Facilitate Open Science Training for European Research* (Foster), desenvolveu o projeto Foster +.

Focado na divulgação prática da CA, oferece atividades direcionadas a membros da academia, jovens estudiosos e formuladores de política bem como workshops que transmitam habilidades tangíveis aos interessados. Abarcando, por exemplo, a escolha de repositórios relevantes e o funcionamento do licenciamento de dados de pesquisa. Para isso foram criadas guias de recursos por assunto/ disciplina que fornece acesso a materiais disponíveis através de uma taxonomia (Figura 4) onde são representadas as dimensões da CA (ANGLADA; ABADAL, 2018).

Figura 4: Representações das dimensões da Ciência Aberta



Fonte: FOSTER (2018), disponível em <https://www.fosteropenscience.eu/taxonomy/term/7>

Nela é possível inferir a existência de seis grandes grupos que juntos compõem o ecossistema da CA (SILVA; SILVEIRA, 2019): acesso aberto, dados abertos, pesquisa reproduzível aberta, avaliação aberta, políticas de CA e ferramentas de CA. Dentre eles, o presente trabalho perpassa por tópicos pertencentes aos dois primeiros e ao último.

Outro interessante projeto também oriundo da UE é o *cOALITION S* ou plano S, lançado pela *Science Europe*², a fim de impulsionar maior celeridade ao processo de transição ao acesso aberto, em especial europeu. Sendo a França um dos núcleos dessa mudança, Alves salienta que antes do anúncio do plano S, “o Ministério de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação, apresentou um plano nacional que prevê obrigação de difusão de pesquisas em acesso aberto [...]” (ALVES, 2019, p. 20). E mais, aponta ainda que em 2016, o país publicara uma lei cujo “artigo 30 garante que pesquisadores possam ‘auto arquivar’ seus artigos, a despeito de cláusulas de exclusividade junto às editoras” (ALVES, 2019, p. 21).

Aprovado em 2018 por um grupo de fundações públicas européias de financiamento à pesquisa, a iniciativa estipula que

Com efeitos a partir de 2021, todas as publicações acadêmicas sobre os resultados de pesquisas financiadas por doações públicas ou privadas fornecidas por conselhos e organismos de financiamento nacionais, regionais e internacionais, devem ser publicadas em periódicos de acesso aberto, em plataformas de acesso aberto ou feitas imediatamente disponível através de repositórios de acesso aberto sem embargo. (EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION, [s.d.], tradução nossa).

Paralelamente, outra iniciativa é desenvolvida na América Latina em resposta a situação regional e internacional das publicações acadêmicas: AmeliCA. Lançada também em 2018, na Conferência de CLACSO no Fórum Especial UNESCO: Democratização do Conhecimento Acadêmico para o Acesso Aberto ao Conhecimento, procura uma “solução colaborativa, sustentável, protegida e não comercial para o Conhecimento Aberto na América Latina e no Sul Global” (BECERRIL-GARCÍA, 2019).

Sem embargo, apesar do objetivo comum de tornar o acesso aberto uma realidade, as duas apresentam estratégias diferentes para alcançá-lo. Becerril-Garcia (2019), ao comparar os dez princípios que norteiam cada uma das propostas, observa que “é evidente que a estratégia do Plano S é regulatória e indicativa, enquanto que AmeliCA propõe ações e projetos em resposta aos problemas que enfrentam a publicação e difusão da ciência”. Enquanto a iniciativa européia mirou na regulamentação de acordos comerciais, a do Sul reforça a construção de uma infraestrutura local.

² Science Europe é uma associação que representa as principais organizações públicas de pesquisa que financiam ou realizam pesquisas científicas na Europa. Fundada desde 2011, reúne 36 organizações de 27 países europeus. Ver <https://www.scienceurope.org/about-us/>.

[...] AmeliCA é uma iniciativa ‘criada no Sul e para o Sul’ com objetivo de promover o acesso aberto à literatura científica a partir do fortalecimento do modelo local de publicação sem fins lucrativos. Seu diferencial é a opção por fortalecer estruturas cooperativas informais, financiadas por instituições públicas, que formam um sistema em que ‘todos se beneficiam dos investimentos de todos’ e preserva a natureza acadêmica e aberta da comunicação científica. (CLINIO, 2019, p. 10)

Seguindo esta mesma linha de pensamento, pautada na construção de uma visão local, gerada e voltada para uma realidade distinta da vivenciada por países com maior grau de desenvolvimento, a Declaração do Panamá sobre CA pode ser considerada outro importante marco no cenário latino-americano. Tendo sua primeira versão redigida em 2018 por um grupo de 40 pesquisadores, entusiastas e representantes de organizações da sociedade civil provenientes de quinze países diferentes, foi fruto do encontro promovido pela Fundação Karisma e apresentada no Fórum de Ciência para América Latina e Caribe no mesmo ano (CLINIO, 2019).

Tem por objetivo formular uma opinião regional acerca da CA enquanto o debate vem sendo liderado de forma majoritária por países desenvolvidos detentores de panoramas não semelhantes à América Latina e Caribe, elencando caminhos para sua consolidação. Nas palavras de Clinio,

Assim como nos países desenvolvidos, a Declaração do Panamá também elenca como estratégias de implantação da Ciência Aberta no continente a formulação de políticas públicas, o estabelecimento de novos indicadores em pesquisa e os investimentos em capacitação e infraestrutura em nível regional. No entanto, o seu diferencial está na ênfase dada ao papel da ciência como ‘catalisadora de democracia, liberdade e justiça social’. (CLINIO, 2019, p. 9).

No Brasil, Bertin *et al.* (2019) pondera que as ações iniciais provenientes do setor público estão associadas a projetos com origem no MAA a informação. Tais como a promulgação da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) que regula o acesso as informações em favor da transparência do poder público, além de atribuir publicidade enquanto regra, sendo o sigilo a exceção; e a publicação do “Manifesto da Ciência Cidadã” em 2012, pautado no argumento de que a pesquisa é um bem público, logo cabe ao próprio público a escolha de seus benefícios.

Santos, Almeida e Henning (2017) pontuam ainda que apesar da inexistência de uma política de CA, há inúmeras ações isoladas formalizadas em organizações da administração

pública, como universidades, centros de pesquisa e fundações na promoção do Governo Aberto e do Acesso Aberto.

Instituições como o caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) se enquadra nessa situação, participando de diferentes iniciativas no tratamento e identificação da informação e do conhecimento gerado como bem público. Atividades como lançamento do Repositório Institucional Arca (2011), aprovação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento (2014) implantada em caráter mandatório e inclusão da Editora Fiocruz na Rede SciELO Livros são alguns marcos neste sentido (SANTOS; ALMEIDA; HENNING, 2017).

O Portal Brasileiro de Dados divulgado em 2012 e mantido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), constitui-se numa referência para acesso, pesquisa e uso de dados públicos abertos no território nacional. “Cada órgão ou entidade da administração pública é responsável pela catalogação dos seus dados abertos nesse portal, que permite a organização e a padronização do acesso aos dados, possibilitando seu reuso.” (SANTOS; ALMEIDA; HENNING, 2017, p.33).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é outro órgão a se envolver e apoiar a CA no Brasil. Lança em 2016 o “Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã”, posicionando-se favorável ao MAA à informação e dados. Além de desenvolver o portal brasileiro OASISbr, voltado para “fornecer acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros.” (SANTOS; ALMEIDA; HENNING, 2017, p. 31).

Em 2018, a CA se torna um dos compromissos presentes no 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto. Cabe notar que embora sejam movimentos distintos, ambos estimulam a administração pública a seguirem o caminho da participação da social, transparência e acesso à informação. Dessa forma, Bertin *et al.* (2019) assinala uma zona de convergência entre CA e Governo aberto (GA) até então pouco explorada uma vez que um e outro trabalham com a idéia de divulgação das informações de maneira aberta, compreensível e acessível.

Neste sentido, é relevante acentuar a importância do lançamento em 2011 da Open GovernmentPartnership (OGP) com o propósito de “difundir e incentivar, globalmente, práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social [...]”. (BERTIN *et al.*, 2019, p. 3). A iniciativa tem o Brasil como um dos oito cofundadores e conta com a participação de mais de 70 países no mundo (SILVA; SILVEIRA, 2019).

Em linhas gerais, para ingressar na OGP a nação deve atender a quatro critérios. São eles: acesso à informação, participação cidadã, divulgação de declarações patrimoniais das autoridades e transparência fiscal. Cumprindo os requisitos, o país encontra-se apto a endossar a “Declaração de Governo Aberto” e, após assinatura, é iniciada a elaboração do Plano de Ação Nacional, com aplicação de metodologia específica a partir da seleção e priorização de temas propostos pelo governo e pela sociedade civil. O plano tem duração de dois anos e, no fim desse período, um novo é preparado. (BERTIN *et al.*, 2019).

Dessa forma, a aprovação da proposta do tema “Inovação e Governo Aberto na Ciência” durante a formulação do plano vigente, vai ao encontro da afirmação de Bertin et al (2019), já que houve o

[...] entendimento de que as lógicas do Governo Aberto e da Ciência Aberta são convergentes, uma vez que esta última visa conduzir a pesquisa para o caminho da transparência em busca de maior rastreabilidade, acessibilidade, verificabilidade e reprodutibilidade. Assim, há conseqüente aumento da produtividade científica, da velocidade na produção da inovação e das taxas de retorno social. Além do evidente alinhamento com os princípios do Governo Aberto, o tema foi selecionado pela atualidade e importância estratégica para o Governo Federal [...] (BERTIN *et al.*, 2019, p. 5).

Desde a implantação do 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto brasileiro, o desenvolvimento da wiki “Ciência aberta na OGP Brasil”, desenvolvimento de curso online em Open Science pela Fiocruz e presença em eventos científicos para sensibilizar e divulgar os compromissos assumidos foram algumas das ações desempenhadas.

Por fim, observa-se que a presença da CA não é uma prática estabelecida e sua incorporação com as comunidades científicas segue sendo uma dificuldade. “Nesse sentido, o cenário no Brasil é muito desfavorável, pois, sem dúvida, os obstáculos serão maiores em todas as dimensões, técnicas, legais e culturais.” (SANTOS; ALMEIDA; HENNING, 2017, p. 103).

Ainda mais se comparado a realidade internacional que se encontra situada num outro degrau de desenvolvimento e pautada numa estratégia em longo prazo sustentada por um conjunto de ações recentes. Quadro retratado por Santos, Almeida e Henning (2017) ao apontarem a dificuldade em acompanhar as discussões devido ao volume e celeridade das ações, “que levam a considerar a Ciência Aberta não apenas como perspectiva, mas como uma nova realidade”. Contudo, diante dos exemplos citados, observa-se que o país conduz gradualmente algumas das dimensões da CA.

5 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Conforme abordado em capítulos anteriores, ao desenvolver uma pesquisa o pesquisador se pauta em outras pesquisas que as antecede, imergindo num processo de construção coletiva de conhecimento. Em benefício do progresso científico, o pesquisador anseia que sua contribuição também faça parte deste processo a fim de que também seja empregada como fonte para outros estudos próximos a temática tratada, servindo de base para trabalhos posteriores.

O percurso traçado pelo pesquisador envolve uma série de etapas que vão desde o aparecimento da idéia até a publicação de seus resultados finais, passando por formulação de hipóteses, discussão e aprovação pelos pares, entre outros. Motivados principalmente pelo reconhecimento e notoriedade de suas pesquisas, atendendo aspirações pessoais e profissionais, a publicação, a divulgação e o acesso amplo e gratuito ao seu trabalho representam pontos cruciais para o alcance do objetivo.

À vista disso, será abordado neste capítulo o conceito de repositório institucional, assim como seu uso, potencialidades e sua inserção no contexto de MAA. Ademais, serão apresentadas as experiências existentes na UFRRJ com a utilização dessa ferramenta tecnológica.

5.1 Repositórios institucionais e a via verde do Movimento de Acesso Aberto

Como visto anteriormente, o MAA vai ao encontro dos desejos dos autores que buscam acesso livre e irrestrito ao conhecimento científico produzido por eles e/ ou seus pares. Aumentando a capacidade do uso das informações, ampliando o alcance ao seu público e se colocando avesso aos canais tradicionais de publicação existentes. À proporção que se expande a disponibilidade dos estudos, maior o seu uso e, conseqüentemente, maior o seu impacto.

Neste cenário emergem novas ferramentas voltadas para disseminação das pesquisas em ambiente digital. Dentre elas os repositórios, pensado sob a ótica da “filosofia aberta” que propõe a adoção de novas estratégias e metodologias em busca de um novo modelo de comunicação científica. Compreende elementos do acesso aberto, software aberto e arquivos abertos, concretizando a via verde para submissão de artigos em acesso aberto. Objeto de entusiasmo de instituições de ensino e pesquisa espalhadas ao redor do mundo, com o interesse de maximizar o impacto da literatura produzida por meio de implantação de

estratégias que direcionem as formas de contribuição, o funcionamento e sua gestão, estabelecendo-a no cenário de comunicação em acesso aberto (COSTA, 2006).

O autoarquivamento, também conhecida como via verde, uma das estratégias propostas pela BOAI (2002), prevê que uma cópia dos arquivos publicados deve ser depositada pelos próprios autores, em arquivos eletrônicos abertos, de acordo com os padrões OAI. Tal proposição auxilia a assegurar a preservação dos trabalhos assim como disseminá-los gratuitamente usando a internet.

Um fator que vale a pena ressaltar quando se trata de via verde é que inicialmente os documentos analisados a consideravam como o arquivamento pelos próprios autores em bases de dados online em conformidade com os padrões OAI, hoje chamadas de repositórios institucionais. No entanto, atualmente muitos autores têm se referido à via verde como a criação de *Ris* e a sua alimentação via depósito de uma cópia de trabalhos revisados por pares, sem necessariamente a determinação de quem desempenhará a atividade. A mudança no foco da apresentação da estratégia pode ser em parte devida ao fato de que, para se realizar o autoarquivamento, são necessários dois elementos que ainda não estão completamente consolidados. Um deles é a existência de um sistema no qual se possa realizar o autoarquivamento, que são os RIs. O outro é a consolidação de políticas que estimulem e/ou determinem a prática do depósito em acesso aberto. (COSTA; LEITE, 2017, p. 84-85).

Independente da mudança de abordagem, a passagem anterior evidencia que o autoarquivamento é uma iniciativa que depende exclusivamente da comunidade de pesquisa. Fator determinante para ser considerado, quando comparada à via dourada, como o caminho mais simples, viável e eficaz para disponibilização de pesquisas uma vez que trataria da liberação de artigo por artigo e não da revista por completo, abrangendo operações menos elaboradas (HARNAD, *et al.*, 2008).

O Acesso Livre Universal será alcançado quando todas ou quase todas as universidades construírem e mantiverem seus repositórios institucionais, assim como todas ou quase todas as agências de fomento construírem os seus repositórios centrais e [tiverem] estabelecido os seus mandatos/políticas de Acesso Livre. Em tese isto depende apenas da comunidade científica, mais especificamente das universidades, agências de fomento e pesquisadores. (HARNAD, 2011 *apud* KURAMOTO, 2012).

Contudo, Kuramoto (2012) aponta que apesar de concordar com a viabilidade do projeto e partilhe do mesmo entusiasmo, o caminho indicado pode ser um tanto longínquo. Isso porque nem todas as universidades apresentam o mesmo empenho para seguir nesse rumo, vivenciando situações distintas no que se refere ao acesso a descobertas científicas.

Há uma quantidade considerável de instituições de ensino que sofrem os efeitos dos elevados custos das assinaturas, mas também há uma parcela que não enfrenta os mesmos entraves. Aquelas que possuem condições de arcar com os valores ou lucram com esse modelo, não exercem tampouco sofrem pressões de seus pesquisadores por tal acesso. Restringindo a batalha em benefício da via verde ao grupo que de fato possui dificuldades em manter suas coleções, cruciais ao desenvolvimento de pesquisas. Conclui que o grupo abastado será o elo fraco para se alcançar o livre acesso (KURAMOTO, 2012).

No Brasil, o IBICT é identificado como principal articulador deste empreendimento. Incentivando diferentes iniciativas para “apoiar e promover o acesso aberto em larga escala e de forma integrada em conformidade com os modelos existentes e amplamente adotados no mundo todo”. (WEITZEL, 2018, p. 108).

Interessante notar que nem a BOAI nem Harnad (2001) utiliza a palavra repositório institucional ao abordarem a idéia de autoarquivamento. Apesar disso, no texto do autor é possível identificar traços que foram aplicados na definição da estratégia e, conseqüentemente, configuram-se em propriedades contempladas pelos repositórios construídos com o objetivo do acesso aberto.

Na declaração BOAI (2002), não foi utilizado o termo RIs, pois para apresentar a estratégia de autoarquivamento, a declaração fala apenas que o depósito das publicações deve ser feito em arquivos conforme padrões OAI. [...] O texto de Harnad também não usava o termo RIs. Para explicitação do tema, o autor define autoarquivamento como o depósito de arquivos eprints na própria instituição e explica que estes arquivos devem ser interoperáveis e passíveis de serem coletados por outros sistemas. (COSTA; LEITE, 2017, p. 85).

Dessa forma, Crow (2002) e Lynch (2003) são apontados como uns dos primeiros autores a apresentar as primeiras definições para repositórios numa conjuntura pós BOAI. Crow (2002) os apresenta como coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual proveniente de um ou de mais universidades. Para Lynch (2003) trata-se de um conjunto de serviços que uma instituição oferece aos seus membros, voltado para divulgação e gestão de materiais digitais elaborados por ela própria ou por sua comunidade. É o compromisso organizacional mais essencial com a manutenção desses materiais, com sua organização, acesso e distribuição.

Os repositórios institucionais podem fornecer um complemento imediato e valioso para o modelo de publicação acadêmica existente, enquanto estimulam a inovação em uma nova estrutura de publicação desagregada que

irá evoluir e melhorar com o tempo. Além disso, eles se baseiam em uma prática crescente do corpo docente de autopublicação de pesquisas on-line. (CROW, 2002, p. 4, tradução nossa)

Já Mark Ware (2004) compreende repositório como um banco de dados baseado na web com conteúdo produzido pela academia, institucionalmente definido, perpétuo, aberto e interoperável que coleta, armazena e dissemina os materiais digitais depositados. Costa e Leite (2017) ressaltam que apesar dos autores indicarem pontos diferentes em suas abordagens, em que “Lynch refere-se ao RI como um serviço, Crow como uma coleção digital e Ware como uma base de dados” (p. 86), os mesmos não são divergentes em suas funcionalidades. Em busca de uma perspectiva conceitual mais robusta, os autores analisam de forma minuciosa alguns dos documentos mais citados da literatura científica que versam sobre o tema. Além dos já mencionados, destaque para os trabalhos de Johnson (2002), Chan (2004), Foster e Gibbon (2005), Lynch e Lippincott (2005), Lynch e Westrienen (2005) e Rieh *et al.* (2007). Inferem que

Apesar da existência de algumas diferenças nas definições do termo, as funções a que eles se destinam parece ser consenso entre os pesquisadores. [...] De modo geral, os autores destacam as seguintes funções para os RIs:

- aumentar a visibilidade e o impacto das publicações dos pesquisadores de uma instituição;
- promover o acesso à produção científica e intelectual de uma instituição;
- preservar a produção científica e intelectual de uma instituição;
- ser um instrumento de coleta e organização da produção científica e intelectual de uma instituição;
- melhorar os processos de comunicação científica;
- oferecer insumo para monitoramento da produção científica de uma instituição. (COSTA; LEITE, 2017, p. 88).

Marcondes e Sayão (2009) sinalizam que os repositórios se assemelham a uma biblioteca digital dedicada a “guardar, preservar e garantir o livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição.” (p. 9). Contudo, cabe destacar que embora ambos mantenham coleções de documentos digitais, algumas características os diferem conforme destacado por Leite,

[...] o autoarquivamento (o depósito de conteúdos pelos próprios autores ou mediadores) e a interoperabilidade constituem-se como atributos que devem existir em um repositório institucional, mas não necessariamente em uma biblioteca digital. Outro aspecto que os diferencia é a maneira como softwares de repositórios institucionais são desenhados, pois pauta-se nas peculiaridades que envolvem os processos de gestão da informação científica

e, sobretudo, nas características dos processos de comunicação científica. Bibliotecas digitais, por sua vez, não necessariamente devem estar ligadas a esse contexto. (LEITE, 2009, p. 21).

Em outras palavras, as características supracitadas devem estar presentes num repositório para ser considerado como tal, mas não necessariamente numa biblioteca digital. Além disso, a gama de tipologias de documentos possíveis de serem armazenados num RI constitui-se num outro ponto de destaque. Como ressaltado por Leite e Costa,

[...] a diversidade da tipologia de conteúdos e formatos que podem ser armazenados nos RI, tais como: artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros, preprints, postprints, relatórios técnicos, textos para discussão, teses, dissertações, trabalhos apresentados em conferências, palestras, material de ensino (slides, transparências, texto resumo, resenhas, trabalhos apresentados, entre outros), arquivos multimídia etc. (LEITE; COSTA, 2007, p. 214).

Leite *et al.* (2012) entendem o repositório institucional como um serviço de informação promovido em ambiente digital e interoperável. Dedicado à gestão da produção científica de uma instituição. “Contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição” (p. 7). Além disso, apresentam uma série de benefícios inerentes à sua implantação, percebidos por diferentes atores dos públicos aos quais é destinado.

Como detalhado por Leite (2009), do ponto de vista do pesquisador, além de expandir a visibilidade, facilita o gerenciamento da produção espalhada em diferentes sítios; disponibiliza um ambiente seguro para o armazenamento dos trabalhos; facilita o acesso a materiais anteriormente disponíveis exclusivamente em meio impresso, como teses e dissertações; dissemina a literatura cinzenta; acelera a disseminação e compartilhamento de descobertas; e supre demanda de agências de fomento no quesito à disseminação da produção.

Para as universidades e institutos de pesquisa, propicia o uso e reuso dos resultados e dados gerados; aumenta visibilidade e prestígio da instituição; contribui para a avaliação das atividades de pesquisa; oferece a flexibilidade e possibilidade de integração com outros sistemas de gestão e compartilhamento da produção científica institucional. E com relação à comunidade científica, beneficia a colaboração na pesquisa por meio da troca livre de informações; e contribui com a cooperação em escala global à proporção que demonstra os resultados de pesquisa (LEITE, 2009).

Assim, apesar do acesso aberto avançar no meio científico ainda existe um caminho a ser percorrido, principalmente, no que se refere às decisões governamentais, institucionais e

de agências de fomento. No momento, a adoção da estratégia verde por meio do desenvolvimento e manutenção de repositórios institucionais se mostra num dos canais fundamentais para a disponibilização e divulgação das pesquisas derivadas de instituições de ensino e pesquisa, para se alcançar os objetivos do acesso aberto.

5.2 *DSpace*: o software mais utilizado em repositórios institucionais

Conforme apontado por Sayão e Marcondes (2009), a implantação de repositórios institucionais demanda uma série de ações no que tange aspectos políticos, legais, culturais e técnicos. A harmonia e direcionamento correto destes aspectos definem o perfil do repositório, o alcance aos objetivos estabelecidos e o êxito da empreitada.

No que se relaciona aos os aspectos técnicos, o software para o desenvolvimento de repositórios merece atenção. Felizmente, “há uma extraordinária oferta de software para implementação de repositórios digitais e, surpreendentemente, os mais sofisticados, técnica e funcionalmente, são livres e de código aberto.” (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 25). A partir da metade dos anos 90 e início dos anos 2000, surgem diferentes programas como *Greenstone*, *Eprints*, *Open Journal System*, *DSpace* e *Fedora*.

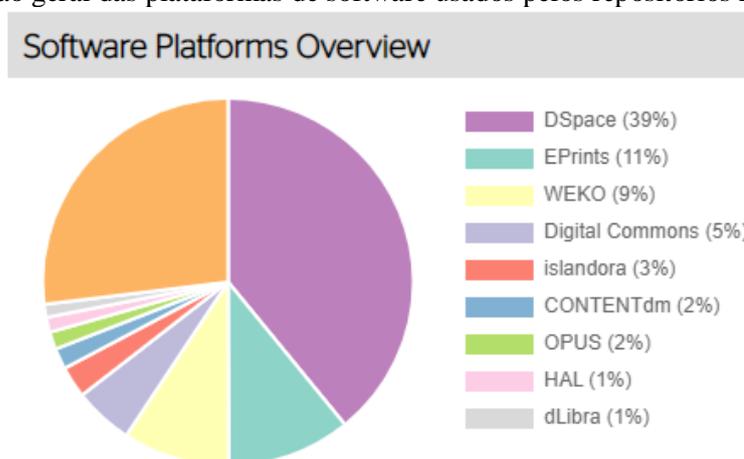
[...] o *Greenstone*, desenvolvido desde 1995 na Universidade de Waikato, Nova Zelândia, e distribuído em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); o *E-prints*, da Universidade de Southampton, Reino Unido, lançado em 2000; o *Open Journal Systems (OJS)*, desenvolvido pelo *PublicKnowledge Project (PKP)* da Universidade de British Columbia, Canadá, e o *DSpace*, do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)* nos Estados Unidos - ambos lançados em 2002; além do *FEDORA (Flexible Extensible Digital Object and Repository Architecture)*, lançado em 2003 pelas universidades Cornell e Virgínia, também nos Estados Unidos; entre outros. (MURAKAMI; FAUSTO, 2013, p. 186).

O *DSpace* se apresenta nos dias atuais com o título de ferramenta mais utilizada, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, para construção de repositórios. Desenvolvido a princípio pela *Hewlett-Packard (HP)* exclusivamente para uso na biblioteca do MIT, anos mais tarde se torna um software livre com suporte de uma ampla comunidade e mantido pela *DuraSpace*. Mais de mil instituições o utilizam, dos mais variados ramos como educacionais, governamentais, privadas e comerciais, evidenciando a robustez de sua comunidade de usuários e desenvolvedores. No Brasil o IBICT oferece treinamentos, traduz e elabora de documentos técnicos com o intuito de fornecer apoio e incentivo ao uso do *DSpace*, além de

ter fornecido kits tecnológicos (servidores com o programa devidamente instalado e configurado). (SHINTAKU, 2017).

Liderança que ainda permanece conforme observado após consulta realizada a ferramenta OpenDOAR³ que lista os repositórios acadêmicos de acesso aberto e gratuito. Lançado em 2005 a partir de um projeto colaborativo entre a *University of Nottingham* e a *Lund University*, o diretório conta com uma equipe editorial responsável por revisar e processar cada registro existente no repositório, assegurando o alto grau de qualidade e consistência das informações expostas.

Figura 5: Visão geral das plataformas de software usados pelos repositórios no OpenDOAR



Fonte: OpenDOAR (2021), disponível em:

https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html. Acesso em 09 de jul. 2021.

Cabe salientar que as instituições interessadas em fazer parte da lista, devem preencher e enviar um formulário solicitando sua inclusão. O pedido será avaliado tendo como parâmetro os critérios estabelecidos para inclusão, podendo ser aceito ou não. Nos casos de resposta negativa, a equipe apresenta a devida justificativa para a recusa, recomendando adequação para possível submissão futura. Tanto o formulário quanto os critérios constam na própria página eletrônica do OpenDOAR.

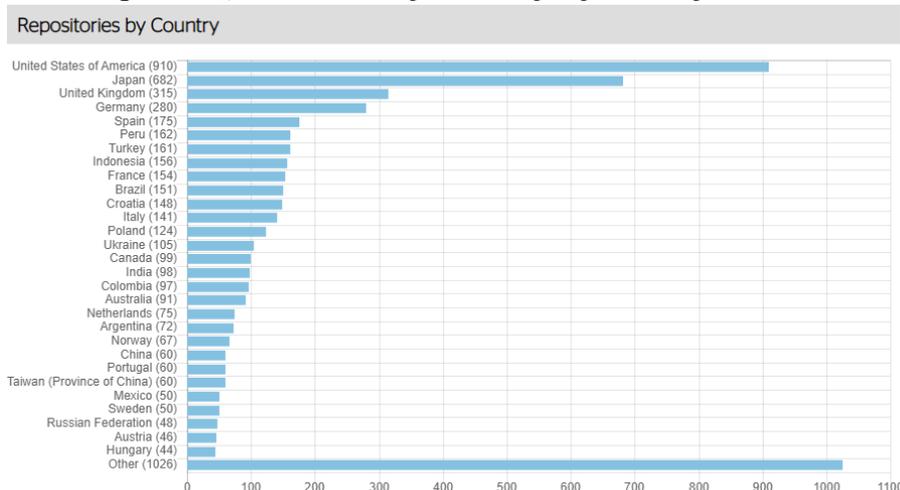
A porcentagem apresentada na figura 5⁴ levou em consideração os números informados na base do diretório, contendo ainda um quantitativo total informado por país de origem do repositório registrado (figura 6). Com o Brasil figurando na 10ª colocação e tendo o Peru como país do continente mais bem classificado, em 6º. Contudo, como a inclusão na

³ <https://v2.sherpa.ac.uk/opendoar/>

⁴ Cabe ressaltar que a parte laranja sem indicação na legenda equivale à categoria “Outros” conforme indicado pelo próprio OpenDoar, totalizando 27%. A faixa corresponde à junção de outros softwares que não tenham atingido a marca de 1%, conforme informado pela equipe de suporte da página.

lista depende da candidatura das instituições, é difícil mensurar a defasagem desses números bem como seu motivo. Podendo ser tanto por desconhecimento da existência diretório ou por não estar em conformidade com as especificações definidas.

Figura 6: Quantidade de repositórios por país no OpenDOAR



Fonte: OpenDOAR (2021), disponível em:

https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html. Acesso em 09 de jul. 2021.

Retomando, o *DSpace* é destinado para a elaboração e manutenção de repositórios, com funções de captura e distribuição que permitem a gestão da produção científica em inúmeros formatos, também conta com um tipo de registro em que é possível registrar qualquer formato não reconhecido para que possa ser aceito futuramente. Além disso, segundo Lynch (2003), o modelo é adequado por cumprir a característica fundamental de ser livre, sem barreiras, de código livre e por permitir a interoperabilidade com outros sistemas de publicação e armazenamento de documentos eletrônicos.

Tansley *et al.* (2003) ao abordar suas funcionalidades, acrescenta que o interesse da comunidade por repositórios, “fomenta a confiança no desenvolvimento de funcionalidades voltadas à preservação e gestão de conteúdos digitais.” (TANSLEY *et al.*, 2003 *apud* SHINTAKU, 2017, p. 77). Garantindo assim a sustentabilidade do próprio programa para que se mantenha livre e contribuindo para sua evolução a partir do envio de críticas, sugestões, relatos de erros e atuando de maneira direta no seu desenvolvimento.

O programa é flexível e adaptável as exigências da instituição em benefício da disseminação do conteúdo depositado. Ou seja, não necessariamente uma mesma versão do *DSpace* utilizada por organizações distintas exibirão as mesmas configurações, podendo ser moldado a fim de refletir o conjunto de unidades administrativas, funções específicas ou a proposta de modelo organizacional adotada por cada uma. Nas palavras de Shintaku (2017),

Possivelmente aliado à oferta de funcionalidades, a aceitação do *DSpace*, deve-se, muito, a sua flexibilidade, à medida que pode ser implementado em vários tipos de instituições, com finalidades diferentes. Com isso, pode ser utilizado em vários tipos de instituições. Murakami e Fausto (2013) verificaram o uso em universidades e institutos de pesquisa; já Macedo, Shintaku e Brito (2015), no âmbito governamental, corroborando essa afirmação. (SHINTAKU, 2017, p. 78).

A organização dos trabalhos e arquivos submetidos e armazenados no programa é disposta de maneira hierárquica e repetitiva nos itens *comunidade*, *subcomunidade*, *coleção* e *item*. Em outras palavras, um repositório que utiliza o *DSpace* pode apresentar várias comunidades que podem ter tantas outras subcomunidades, e que por sua vez, podem exibir inúmeras coleções e assim por diante. Sendo seu conteúdo possível de ser compartilhado, por meio de padrões internacionais de metadados e do protocolo *OAI-PMH*.

[...] As comunidades são estruturas de mais alto nível e podem conter vários níveis de subcomunidades. Assim, representam apenas a estrutura, não contendo os objetos digitais diretamente. Os documentos são agrupados nas coleções, e as comunidades, por sua vez, agrupam subcomunidades e coleções. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 22).

Cabe ressaltar que dentre os padrões de metadados existentes, como *Metadata Object Description Schema (MODS)*, *Encoded Archival Description (EAD)*, *American National Standards Institute/ National Information Standards Organization (ANSI/NISO)*, o mais utilizado em repositórios é o padrão *Dublin Core*. Consiste-se num conjunto de quinze elementos básicos voltado para a descrição de conteúdo eletrônico, facilitando sua recuperação. Tem por característica a simplicidade semântica de seus elementos, podendo ser empregado pelo próprio autor do documento; extensibilidade, permite que novos elementos possam ser acrescentados; o reconhecimento internacional, com a adesão de uma quantidade considerável de países e a possibilidade de agregar outras ferramentas. (VIDOTTI; BASTOS; ARAKAKI, 2017).

Por fim, o *DSpace* configura-se como um instrumento confiável para disseminação de conteúdo gerado pelas mais diversas instituições. Contudo, é importante esclarecer que apenas a instalação do software não garante a existência de um repositório. Embora seja um sucesso mundial, o programa por si só não determina sua existência, “mas sim os atributos que serão impressos no serviço e a função que este exercerá na instituição em relação ao sistema de comunicação científica”. (COSTA; LEITE, 2009, p. 172).

5.3 Experiências com repositório e com o uso do *DSpace* na UFRRJ: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar (RIMA)

A UFRRJ é uma universidade centenária sediada no Rio de Janeiro, integrante do sistema de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e vinculada à Secretaria do Ministério da Educação (SESU-MEC). De acordo com dados disponibilizados em seu Catálogo Institucional (2021), conta com 56 cursos de graduação presencial, 2 cursos de graduação a distância, 29 cursos de mestrado acadêmico, 8 cursos de mestrado profissional e 17 cursos de doutorado. Além do campus principal situado em Seropédica, possui mais outros três – em Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar/IM), Três Rios (Instituto de Três Rios/ ITR) e Campos dos Goytacazes (CCG).

Integra o sistema de universidades públicas, responsável por parte considerável da produção científica do país. Por meio delas a geração e disseminação do conhecimento acontece, registrados em diferentes documentos, em especial as dissertações e teses produzidas.

Neste sentido, em virtude da contínua produção destes trabalhos, as bases de teses e dissertações, comumente mantidas pelas bibliotecas universitárias, constituem-se como fontes primordiais a respeito da produção científica uma vez que materializam a reflexão e formação do conhecimento. Acervo constante e permanentemente atualizado provendo visibilidade institucional no cenário de pesquisa científica, sua recuperação ocorre por meio da elaboração de bases de dados bibliográficas, responsáveis por sinalizar a existência de determinado documento e facilitar sua identificação e posterior acesso.

[...] deve-se destacar que, de maneira geral, as bases de dados bibliográficas de Dissertações e Teses produzidas e mantidas pelas bibliotecas das instituições de pesquisa e ensino acadêmico recebem tratamento específico, por várias razões, dentre as quais podem ser destacados os seguintes aspectos: disponibilizar informação sobre a produção científica da universidade, manter atualizada a memória da instituição sobre a produção dos programas de pós-graduação, prestar contas aos órgãos de fomento brasileiros (CAPES, CNPq, FAPESP, FINEP) e apresentar dados de produtividade científica em projetos apresentados aos respectivos órgãos. (BLATTMANN; SANTOS, 2009, p. 4).

A busca pelo acesso a dissertações e teses em ambientes acadêmicos significa saber quais estão disponíveis, sua localização e como agir para obtê-los. No Brasil, diante dos avanços das TICs e com a intenção de facilitar tal missão, foi lançada oficialmente em 2002 a

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Implantada sob a coordenação do IBICT, com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), é considerada a primeira iniciativa nacional relacionada a repositórios institucionais. (KURAMOTO, 2010)

Com a incumbência de “promover a competência e o desenvolvimento de recursos de infra-estrutura de ICT para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico” (MAFFIA, 2006 *apud* BLATTMANN; SANTOS, 2009, p. 8), a BDTD adere padrões estabelecidos pela OAI, utilizando-se de tecnologia aberta, podendo ser acessado por diferentes servidores em âmbito nacional e internacional e assim, alcançar sua meta principal de registrar e disseminar os textos completos das teses e dissertações elaboradas nas instituições de ensino superior brasileiras.

A iniciativa de criação de uma base nacional de teses e dissertações, inicialmente denominada Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e, atualmente, denominada Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), teve, então, as seguintes linhas principais de atuação:

- Estudar experiências existentes no Brasil e no exterior de desenvolvimento de bibliotecas digitais de teses e dissertações;
- Desenvolver, em cooperação com membros da comunidade, um modelo para o sistema;
- Definir padrões de metadados e tecnologias a serem utilizadas pelo sistema;
- Absorver e adaptar as tecnologias a serem utilizadas na implementação do modelo;
- Difundir os padrões e tecnologias adotadas e dar assistência técnica aos potenciais parceiros na implantação das mesmas. (CONHEÇA A BIBLIOTECA, 2002).

O acesso ao conteúdo da BDTD é livre de custos para o usuário, contribui para o crescimento de trabalhos brasileiros disponibilizados na internet, amplia a visibilidade da produção científica nacional e a transparência do investimento realizado nos programas de pós-graduação. Funciona por meio de dois elementos essenciais, provedor de dados e provedor de serviços, em que o primeiro administra o depósito e publicação, exibindo os metadados que serão coletados e o segundo fornece os serviços de informação. Em outras palavras, as instituições de ensino e pesquisa agem como “provedoras de dados e o IBICT opera como agregador: coleta os metadados das teses e dissertações dos provedores (instituições) e os expõem para coleta para outros provedores de serviços.” (KURAMOTO, 2010, p. 63). A qualidade dos metadados assim como o acesso ao documento integral é de responsabilidade da instituição onde o trabalho foi defendido.

A estratégia de implantação do sistema a nível nacional conta com duas ações. Uma voltada para instituições que dispõem de repositórios de teses e dissertações com tecnologia própria e outra direcionada para aquelas que pretendem desenvolver e se integrar a BDTD. Para isso, foi desenvolvido o Sistema TEDE⁵ para fornecer suporte no desenvolvimento de suas bibliotecas digitais, sendo a última opção a adotada pela UFRRJ.

O processo de implantação da biblioteca digital de teses e dissertações no âmbito ruralino teve seu início por meio do edital Funcate/ Ibict nº 001/2005, de dezembro de 2005. A partir da realização de um workshop oferecido nos dias 10 a 12 de abril nas instalações do instituto, foram distribuídos kits tecnológicos para implantação da biblioteca digital e ministrado curso de capacitação para uso do TEDE. (BIBLIOTECA DIGITAL, 2006).

A BDTD/ UFRRJ conta com mais de 4.550 itens, isto é, de produtos finais elaborados por programas *stricto sensu*, possíveis de serem localizados de acordo com o autor, orientador, membro da banca, áreas do CNPq, tipo de documento, ano de defesa, próprio título do trabalho, entre outros parâmetros. Em sua tela inicial, ainda apresenta uma nuvem de palavras gerada segundo os assuntos mais abordados, isto é, com maior número de registros.

Figura 7: Página inicial Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/ UFRRJ



Fonte: <https://tede.ufrj.br/jspui/>

⁵ O Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) é um software desenvolvido pelo IBICT e distribuído gratuitamente para as instituições que desejam utilizar a solução para o gerenciamento de suas teses e dissertações. Além do software o pacote ainda contém a metodologia de implantação, os manuais operacionais e de usuário, a documentação e treinamento. A nova versão lançada em 2014, conhecida como TEDE 2, é uma customização do software DSpace, comumente utilizado para criação de repositórios institucionais de publicações científicas em acesso aberto. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Content/tede>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.

Estruturada em comunidades e coleções, apresenta uma grande comunidade denominada *Campus Seropédica*, dividida em subcomunidades correspondentes aos programas de pós-graduação existentes e suas respectivas coleções, fragmentadas por sua vez nos cursos de mestrado, seja ele acadêmico ou profissional, e doutorado. A BDTD/ UFRRJ é gerenciada pela Biblioteca Central (BC), mais especificamente pelo Setor de Periódicos.

Após essa primeira experiência com *DSpace*, observa-se, no ano de 2015, outra iniciativa de desenvolvimento de um repositório, intitulado de Repositório Institucional do Instituto Multidisciplinar (RIMA). Viabilizado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por meio do projeto Centro de Referência em História do Trabalho, estava ligado ao departamento de História do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (IM/UFRRJ) sob a coordenação do docente Alexandre Fortes.

Tal projeto fora inicialmente pensado com o intuito de auxiliar o desenvolvimento de pesquisas voltadas para história do trabalho no Brasil por meio do lançamento de uma plataforma digital online, voltada para difusão de acervos reunidos sobre a temática e compostos pelos mais variados registros. Sejam eles textuais, sonoros, bibliografia comentada. Contudo, a idéia se expande e a plataforma passa, aos poucos, a hospedar toda a documentação do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) – unidade surgida em 2013 que tem por objetivo reunir, sistematizar, preservar e disponibilizar documentação histórica digitalizada sobre a Baixada Fluminense, além de trabalhos acadêmicos provenientes do IM/UFRRJ. (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Segundo Fortes e Campos [2020], ainda durante a etapa de planejamento do RIMA foi criado um grupo de trabalho envolvendo professores e servidores técnicos, associados, respectivamente, ao CEDIM e ao Departamento de Ciência da Computação bem como a Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação e a Biblioteca setorial localizada no mesmo instituto. O software escolhido também foi o *DSpace*, aproveitando-se da vivência prévia do responsável pela implantação da ferramenta no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que também integrava a equipe deste projeto. No que se refere a aspectos e decisões técnicas, o processo sucedeu de forma análoga ao ocorrido no PNCSA.

Entretanto, a finalidade prioritária para a qual o RIMA foi concebido já apontava diferenças importantes em relação a outras experiências. Como a maior comunidade criada, que passou a abrigar um volume crescente de documentação digital, foi a da documentação histórica processada pelo CEDIM, este assumiu a administração de todo o conteúdo do repositório, que logo passou a integrar também uma comunidade dedicada a trabalhos de

conclusão de cursos de graduação, inicialmente abrangendo apenas o curso de História do Instituto Multidisciplinar. (FORTES; CAMPOS, [2020]).

Conforme destacado, diferentemente do TEDE, que abriga exclusivamente teses e dissertações, o RIMA não se limita a tipos documentais pré-definidos nem tampouco a documentos produzidos apenas pela própria universidade. Na maioria dos casos, o conteúdo digitalizado é fruto de parcerias com outras instituições, tais como cartórios, órgãos de imprensa, prefeituras, Cúria Diocesana e movimentos sociais locais.

Por estar numa mesma base tecnológica, tanto a apresentação bem como a dinâmica organizacional do RIMA assemelha-se ao TEDE. Seu conteúdo também é distribuído em comunidades e coleções além de permitir a realização de buscas conforme a autoria, o assunto, data de publicação, título. Em sua tela inicial (Figura 9) é possível visualizar as comunidades existentes, os metadados de busca e algumas fotos do campus de Nova Iguaçu.

O RIMA possui atualmente três comunidades: *CEDIM, Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso e Publicações*. Dentre elas, o CEDIM é a que indica um maior número itens armazenados, contemplando acervos digitalizados de exemplares da revista Cadernos do Terceiro Mundo, de periódicos como Correio da Lavoura e Jornal da Baixada, de documentos oriundos da Diocese de Nova Iguaçu e da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, entre outros. “A coleção digital (Cadernos do Terceiro Mundo) tornou-se a responsável pela maior parte dos acessos recebidos pelo RIMA, incluindo um número expressivo de internautas de outros países.” (FORTES; CAMPOS, [2020])

Em *Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso*, constam subcomunidades contendo trabalhos provindos dos cursos de Biologia, Ciências Econômicas, Engenharia Florestal e História. Cabe ressaltar que o depósito de trabalhos ocorre de maneira voluntária, cabendo as coordenações dos cursos a decisão por utilizarem ou não o recurso oferecido. Já em *Publicações*, consta um único item contendo uma entrevista com um professor. Esta comunidade ainda carece de desenvolvimento à medida que mais materiais forem depositados ou, caso contrário, entendimento a respeito de sua exclusão.

A experiência com o estabelecimento e manuseio do RIMA evidencia o êxito do *DSpace* para a disponibilização de diferentes fontes de interesse para a pesquisa histórica. Sob a gestão do CEDIM houve uma expansão do uso da ferramenta à medida que projetos não previstos em seu objetivo inicial eram desenvolvidos e demandavam cada vez mais do repositório. Minimizando assim, a deficiência sentida por estudiosos da região da Baixada Fluminense no que se refere à escassez de fontes digitais ofertadas.

Figura 8 – Página inicial RIMA



RIMA Repositório Institucional de Múltiplos Acervos - UFRRJ

Saiba mais sobre a UFRRJ

Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ



Acesse as Comunidades do Repositório para conferir as novidades no acervo do RIMA

Comunidades do repositório

Clique em uma comunidade para ver suas coleções

	Centro de Documentação e Imagem - CEDIM 4332
O Centro de Documentação e Imagem - CEDIM é um laboratório de documentação e preservação de acervos.	

Busca facetada

Autor	Assunto	Data de Publicação
Secretaria Municipal de Infraestr... 239	Nova Iguaçu 1722	9000 - 9999 9
Diocese de Nova Iguaçu 71	Proprietário 1590	2000 - 2999 1105
	Baixada Fluminense 1585	1074 - 1999 3395

Fonte: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/>

6 DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR AO REPOSITÓRIO DE MÚLTIPLOS ACERVOS: RELATO DA PESQUISA

Este capítulo abrange a pesquisa em si, em que será sistematizado o processo de implantação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos, apresentando os relatos que tiveram como objeto as etapas pertinentes a integração dos dois repositórios num único. Sendo um dos efeitos das conversas iniciadas na comissão voltada para a elaboração da Política Integrada de Gestão de Acervos da universidade, tem o intuito de preservar a produção intelectual da universidade, facilitar seu acesso e sua disseminação.

Como visto no tópico predecessor, o repositório administrado pelo CEDIM conhecido como RIMA, refletia as iniciais do campus da UFRRJ ao qual estava vinculado. Contudo, anos mais tarde, embora tenha se mantido a mesma sigla para se referir ao repositório, o seu significado passa a ser Repositório de Múltiplos Acervos. Refletindo o amadurecimento em torno do seu uso e a evolução de algumas discussões travadas internamente. Num primeiro momento no próprio CEDIM e em seguida com outros departamentos, a respeito da necessidade de gerir, preservar e garantir o acesso aos acervos constituídos que se encontram sob guarda da universidade.

No que tange ao amadurecimento da política institucional de repositórios, o protagonismo do CEDIM na gestão do RIMA implicou também numa elaboração sobre o caráter dos acervos disponibilizados. Tentando sintetizar um debate longo, complexo e ainda em aberto, podemos dizer que se consolidou o entendimento de que, embora os acervos físicos objeto do trabalho de preservação e disponibilização pelo CEDIM tenham origem externa à universidade (coleções de jornais e revistas, entrevistas, documentação de cartórios, prefeituras, da Diocese de Nova Iguaçu, etc.), os acervos digitais gerados são um produto institucional da UFRRJ. Ao mesmo tempo, o fato dessa documentação constituir-se em base para pesquisas diversas disponibilizada online converge com as diretrizes do movimento pela Ciência Aberta em relação à disponibilização de bases de dados, e não apenas de produtos finais (teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso, artigos, etc.). (FORTES; CAMPOS, [2020]).

Nesse sentido, em 2019 foi formada uma comissão multidisciplinar e intersetorial, por meio da Portaria 004 de 29 de abril (Anexo A), composta por docentes, técnicos administrativos e residentes oriundos de diferentes áreas de conhecimento e unidades administrativas que tem sob sua responsabilidade o tratamento, guarda e gestão de documentos. Com o intuito de estabelecer diretrizes e princípios no que tange o tratamento dos acervos existentes na universidade bem como a atuação de diferentes setores, o grupo

suscitou na formulação de uma Política Integrada de Gestão de Acervos da UFRRJ (Anexo B), encaminhada para aprovação do Conselho Universitário, retratando a preocupação com os acervos históricos, científicos e culturais existentes na instituição.

[...] constituindo-se (a política) no primeiro documento que indica como meta institucional que todos os acervos bibliográficos e arquivísticos das mais diversas naturezas, assim como as coleções científicas mantidas nos vários institutos, laboratórios, etc. tornem-se gradualmente objeto de digitalização e catalogação, e que os objetos digitais e metadados gerados nesse processo sejam disponibilizados por meio de repositórios. (FORTES; CAMPOS, [2020]).

Cabe destacar que antes da institucionalização do grupo, desde 2017 mais precisamente, a Biblioteca Central ligada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG), iniciara a conversa com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) sobre a necessidade de se pensar uma política de acervos que abrangesse toda universidade.

No decorrer da discussão houve o envolvimento de outros setores como o Laboratório de Conservação Documental (LabDoc), unidade vinculada ao Centro de Memória; a Seção de Arquivo e Protocolo Geral (SAPG), subordinada à Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI); e contou com a participação de docentes oriundos de diversas áreas de conhecimento como História, Belas-Artes, Arquitetura. (FORTES; CAMPOS, [2020])

Simultaneamente a comissão oficializada pela portaria, outro grupo de trabalho composto parcialmente por alguns membros comuns ao primeiro, se debruçava sobre questões que envolviam as experiências do RIMA e do TEDE visando estipular a melhor estratégia para traçar um planejamento para junção e possível expansão para toda comunidade acadêmica dos dois repositórios. Diferentemente do primeiro, este segundo grupo não é regularizado por um documento oficial, tendo em sua composição bibliotecários, arquivistas, assistentes administrativos, profissionais de informática e docentes de diferentes áreas, interessados e envolvidos na discussão do acesso e ciência aberta bem como no manuseio e uso do repositório. Avaliando requisitos e necessidades pertinentes a estrutura tecnológica, alocação de mão de obra, capacitação profissional, entre outros.

Para isso, foram costuradas alianças com outras instituições de referência e detentoras de mais expertise no assunto, dentre elas Fiocruz, IBICT e a Rede de Repositórios do Sudeste, buscando trocar informações acerca da metodologia a ser empregada, da compreensão sobre determinados conceitos, da tecnologia imprescindível para manutenção e funcionamento do

repositório, do movimento de ruptura da cultura organizacional da instituição, da atividade de sensibilização e treinamento. O intercâmbio de experiências foi pautado tanto no que concerne a implantação de repositórios institucionais quanto na temática do acesso aberto. (FORTES; CAMPOS, [2020])

Ao longo deste processo, Fortes e Campos [2020] destacam além da Política mencionada, dois outros importantes marcos: a aprovação de um projeto no edital CT-Infra Temático da FINEP e a decisão tomada em conjunto pelas partes internas da UFRRJ, citadas previamente, rumo a implantação de um único repositório institucional. O projeto em questão denominado “Implantação do Sistema Integrado de Centros de Documentação Histórica da UFRRJ”, foi aprovado em 2018 e permitiu reforçar a infraestrutura e contratar a consultoria especializada para conclusão do projeto.

No que se refere à compreensão no tocante a existência de somente um repositório para atender as carências de toda instituição e não apenas de parte dela, fruto da maturidade alcançada por meio dos estudos do GT e diálogos abertos com parceiros externos, optou-se por redefinir a proposta do RIMA. Indo além da simples alteração do significado da sigla, pretende-se que o “novo RIMA” seja lançado em uma versão atualizada do *DSpace*, incorporando os documentos existentes no TEDE as comunidades destinadas a outros tipos de documentos gerados no decurso da pesquisa científica, dos acervos digitalizados provenientes das atividades desempenhadas pelo CEDIM e de outras documentações a serem inseridas ao passo que a ferramenta for utilizada.

Dessa forma, a fim de captar a visão dos participantes da comissão encarregada por elaborar a política de gestão de acervos da UFRRJ a respeito do novo RIMA e por reconhecer sua atuação para a preservação e gerenciamento do legado contido nos acervos da UFRRJ, o presente trabalho propôs a aplicação de um questionário (Apêndice A) composto por sete perguntas de resposta abertas e fechadas mais um último item livre para qualquer comentário, consideração ou preocupação relacionada à implantação e uso de repositório institucional.

Tais indagações buscaram extrair informações a partir de um determinado recorte que auxiliem a construção e adesão ao novo repositório pelas partes interessadas, isto é, docentes, discentes e técnicos, bem como assegurar maior probabilidade de êxito no cumprimento de suas funções. Com objetivo de ser reconhecido como ferramenta essencial para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na universidade e inserir ainda mais a UFRRJ no contexto da Ciência Aberta.

O questionário foi elaborado no aplicativo *Google Forms* e disponibilizado de maneira online aos integrantes do grupo, composto por 16 pessoas, por meio do envio do link

contendo o seu endereço eletrônico para preenchimento. A coleta das informações ocorreu entre os dias 18 de junho de 2021 a 18 de julho de 2021 e, a fim de dar maior liberdade ao público-alvo, dados pessoais coletados ficaram restritos ao pesquisador não sendo expostos nas respostas obtidas (Apêndice B).

Encerrado o período, a partir do retorno dos integrantes da comissão que responderam ao questionário (total de 9 pessoas), foi possível observar com a primeira pergunta algumas opiniões no que se refere ao trabalho desenvolvido e seus impactos. Inicialmente, passado algum tempo após a elaboração da política, a percepção geral dos integrantes foi de avanços organizacionais internos e sensibilização sobre o tema perante a administração central. O reconhecimento de diferentes acervos existentes na universidade, a definição de responsabilidades, competências e divulgação das atividades dos setores envolvidos, configuram-se nos primeiros passos para criação de uma cultura que preze pela preservação e disponibilização dos acervos de forma coordenada.

Outro ponto levantado diz respeito à própria iniciativa em si da criação do grupo. Uma vez que permitiu maior e melhor integração entre as unidades administrativas que mantêm documentos sob sua guarda por meio de uma comunicação sistemática estabelecida, reforçando a cooperação entre os atores. Os diálogos mantidos ao longo do período de formulação contribuíram, inclusive, como destacado num dos formulários, para construção do projeto “Implantação do Sistema Integrado de Centros de Documentação Histórica da UFRRJ” aprovado pela FINEP, que viabiliza recursos para fusão dos repositórios.

Por efeito do cenário atípico vivenciado por toda sociedade, o fator pandemia também foi citado em virtude de suas repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos e culturais. Apontado como um empecilho e limitador de progressos mais notórios e não apenas circunscrito ao grupo.

Daí em diante, as demais questões trataram de pontos relacionados especificamente a repositórios institucionais. Na segunda, ao buscar identificar as maneiras como um repositório da UFRRJ pode influenciar o desenvolvimento de atividades de pesquisa na instituição, as respostas indicaram direções rumo a novas oportunidades de compartilhamento, divulgação e disseminação da informação acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento da ciência e favorecendo a visibilidade institucional, controle e armazenamento, preservação e recuperação da informação gerada pela universidade.

Facilitar o trabalho do pesquisador também foi um fator apresentado. À medida que se concentra a produção num único local, de forma organizada e indexada, contribui para

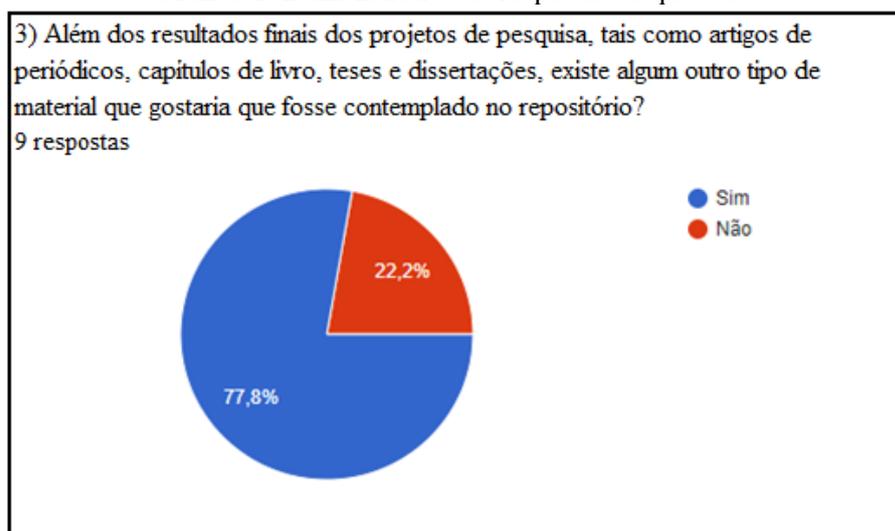
celeridade e credibilidade da pesquisa. Configurando-se numa ferramenta para atender eficazmente as demandas de acesso.

A ligação do repositório ao contexto do acesso aberto, livre foi igualmente destacada. Visto como um instrumento fundamental para democratização do acesso a produção intelectual provenientes da UFRRJ que permite o intercâmbio de informações entre organizações de ensino e pesquisa, interoperabilidade de dados além de minimizar os custos de publicação.

Cabe destacar ainda que a disponibilização na rede de acervos digitalizados possibilita que tanto documentos quanto seus respectivos metadados sejam processados por intermédio de aplicativos tecnológicos como programas de análise qualitativa, softwares de desenvolvimento de exposições virtuais. Alterando as metodologias de pesquisa tradicionalmente existentes.

A terceira e a quarta pergunta estão interligadas, dizem respeito ao material a ser disponibilizado no repositório institucional. Para além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, como artigos de periódicos, teses, dissertações, capítulos de livros, comumente disponíveis em repositórios e identificados como fundamentais para fazerem parte do conteúdo do novo RIMA, para 77,8% dos colaboradores de nove respostas obtidas ainda há necessidade de outros materiais serem contemplados.

Gráfico 1: Demonstrativo de respostas da questão 3



Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre eles, foram elencados na questão seguinte: documentos institucionais; material de multimídia como podcasts, entrevistas audiovisuais; bases de dados; relatórios técnicos; recursos pedagógicos; material iconográfico como fotos, gravuras; documentos históricos

sobre a UFRRJ; artigos de docentes e discentes apresentados em seminários e em outros eventos; itens dos “museus”; acervo do LabDoc composto majoritariamente por plantas, do Centro de Memória, do projeto Museu Casa do Reitor e possuir capacidade para abranger outros acervos artísticos e documentais.

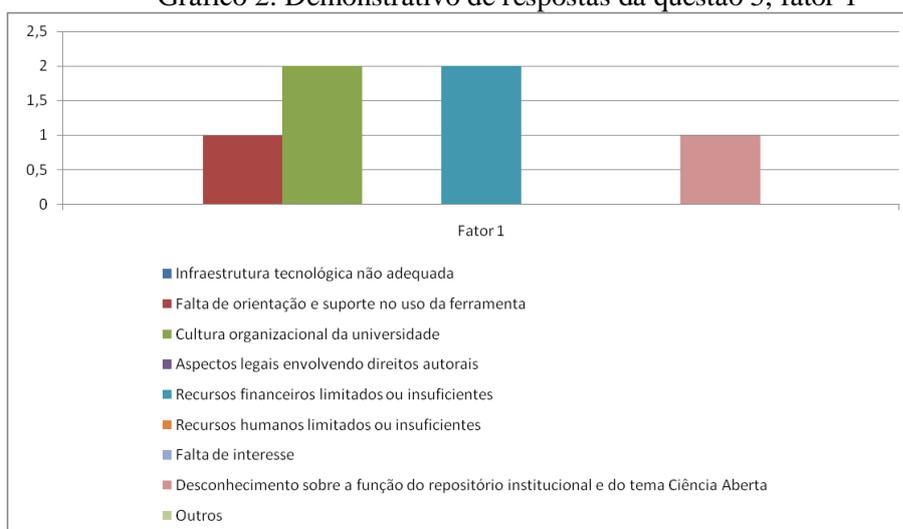
Importante observar que alguns dos materiais expressados apresentam uma descrição genérica, não sendo possível precisar a que tipos de documentos os colaboradores estão se referindo. Como por exemplo, documentação histórica ou itens dos “museus”. No momento de inclusão destes materiais será necessária uma verificação mais aprofundada com o intuito de melhor enquadrá-lo na estrutura do repositório e/ou até mesmo decidir se é um registro elegível a fazer parte do repositório.

Na questão número 5 foi solicitada a identificação de quatro principais fatores impeditivos para a adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica. As opções apresentadas eram: infraestrutura tecnológica não adequada; falta de orientação e suporte no uso da ferramenta; cultura organizacional da universidade; aspectos legais envolvendo direitos autorais; recursos financeiros limitados ou insuficientes; recursos humanos limitados ou insuficientes; falta de interesse; desconhecimento sobre a função do repositório institucional e do tema Ciência Aberta; outros.

Como fator 1, as alternativas relacionadas a cultura organizacional da universidade e recursos financeiros limitados ou insuficientes foram as mais escolhidas pelos participantes, refletindo preocupação especial sobre os dois pontos. A primeira diz respeito a hábitos e comportamentos presentes na UFRRJ, mais especificamente a dificuldade de mudança, de rompimento com as práticas existentes até então. Evidenciando a necessidade de desenvolvimento de ações de sensibilização, comunicação e alinhamento com demais integrantes da comunidade acadêmica a fim de demonstrar a importância do repositório institucional e, conseqüentemente, superar tal barreira. Cabe salientar que essa mesma alternativa apareceu como a mais sinalizada no fator 2 de maneira isolada, reforçando a apreensão dos colaboradores sobre este aspecto.

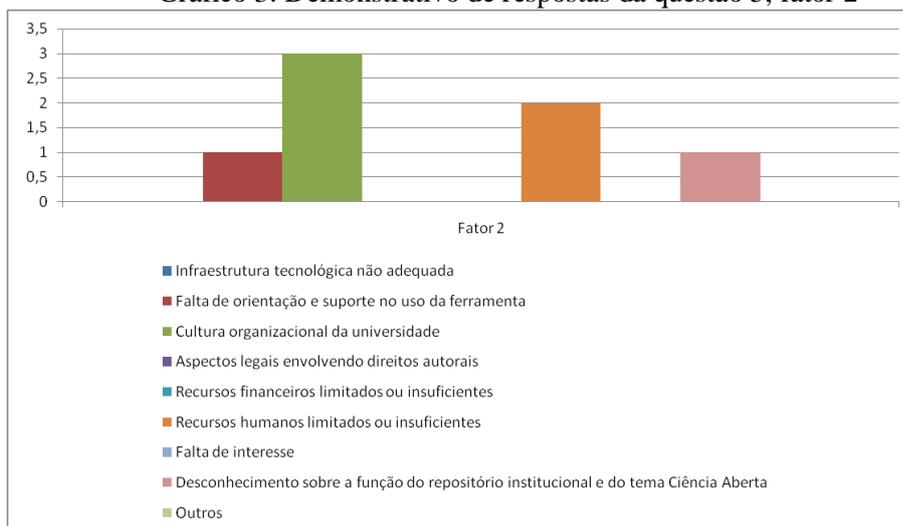
Já a preocupação com recursos financeiros espelha o momento político e econômico delicado que o país atravessa, em que a redução e incertezas acerca dos repasses de verbas do governo federal para as instituições federais de ensino impactam e comprometem o seu planejamento, o cotidiano de suas atividades e o respeito aos compromissos financeiros assumidos.

Gráfico 2: Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 1



Fonte: elaborado pelo autor

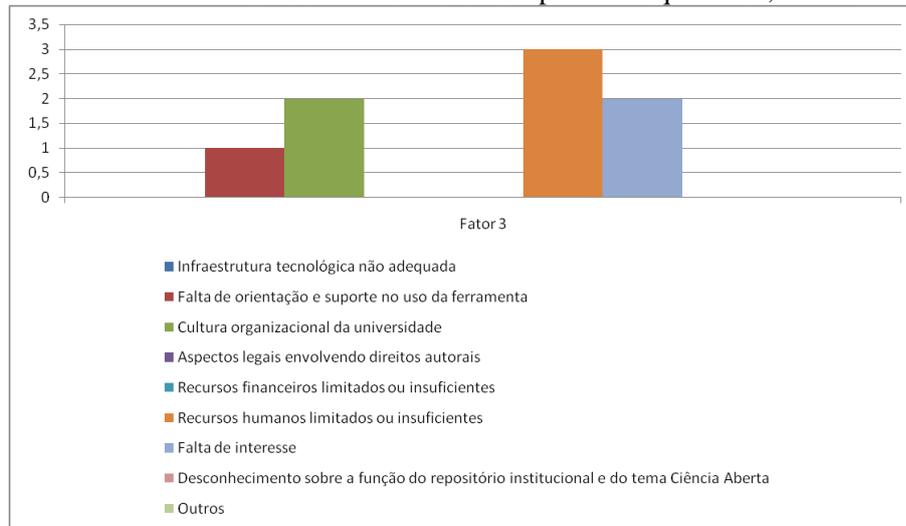
Gráfico 3: Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 2



Fonte: elaborado pelo autor

Como terceiro empecilho possível de maior gravidade na opinião dos participantes destacou-se os recursos humanos limitados ou insuficientes. Seguindo a mesma linha da justificativa anterior e por sofrer impacto direto, o cenário do funcionalismo público não é o mais adequado seja com relação às condições de trabalho e/ou a mão de obra insuficiente. Acrescido a isso, as perspectivas desanimadoras de execução de novos concursos ou contratação de mão de obra terceirizada agravam ainda mais o quadro e podem embasar o posicionamento demonstrado no questionário.

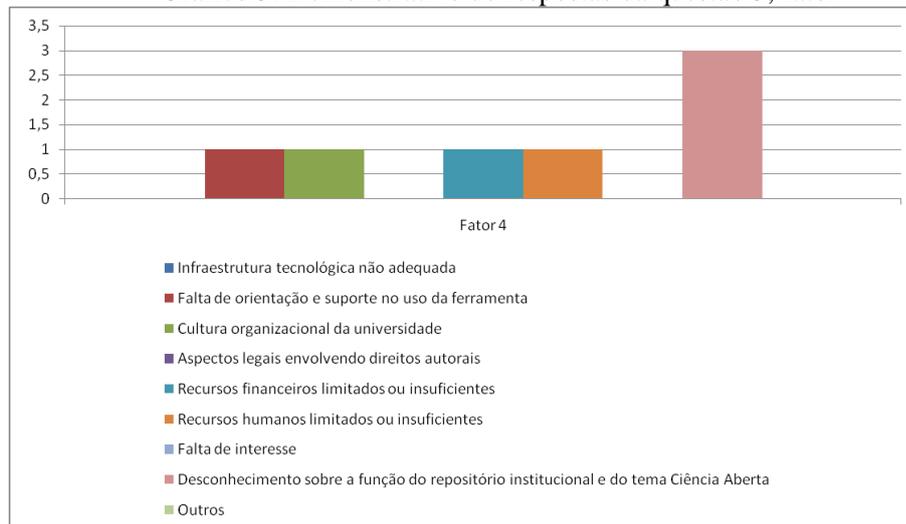
Gráfico 4: Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 3



Fonte: elaborado pelo autor

Por último e não menos importante, o quarto fator corresponde ao desconhecimento sobre a função de um repositório institucional e da temática acerca da Ciência Aberta. Embora o grupo participante da pesquisa detenha um conhecimento mais maduro e até mesmo homogêneo no tocante ao assunto, a probabilidade da situação ser diferente com outros integrantes da comunidade constitui-se num ponto relevante a ser considerado.

Gráfico 5: Demonstrativo de respostas da questão 5, fator 4



Fonte: elaborado pelo autor

Dessa forma, a implantação de ações voltadas para sensibilização, capacitação e diálogo aberto com a comunidade configura-se como fundamental para evitar o desconhecimento sobre sua existência, para dar segurança no que tange sua utilização e

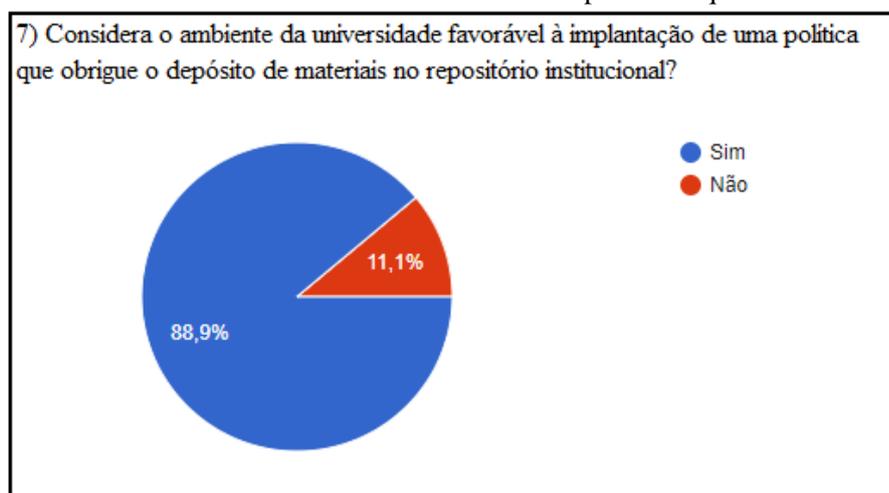
colocar cada vez mais a UFRRJ no contexto da Ciência Aberta. Angariando cada vez mais adeptos que possam contribuir com o povoamento e abastecimento constante de seu conteúdo.

Cabe salientar que durante análise das respostas da pergunta 5, notou-se quem nem todos os participantes indicaram quatro fatores, assinalando apenas 3. Justificando assim as inconsistências numéricas apresentadas nos gráficos e o número total de questionários preenchidos.

A pergunta de número seis possui ligação direta com a questão cinco, sendo um espaço destinado para detalhamento caso a opção *Outros* tivesse sido assinalada. Neste item deveriam ser elencados os fatores não abrangidos nas seleções anteriormente expostas. Como não houve aproveitamento desta marca, inexistem respostas a serem analisadas.

A sétima questão voltou-se para a percepção da existência de um ambiente favorável para se implantar uma política que obrigue o depósito de materiais produzidos na instituição no repositório. Problemática que geralmente suscita debates e gera certa contrariedade perante os menos empolgados com a iniciativa. Sob o prisma dos participantes, 88,9% consideram a atmosfera propícia para se estabelecer o teor mandatório de depósito e disponibilização de trabalhos no repositório institucional.

Gráfico 6 – Demonstrativo de respostas da questão 7



Fonte: Elaborado pelo autor

O último item do questionário consistiu-se num espaço aberto para os entrevistados poderem inserir qualquer comentário, consideração ou preocupação que julgarem necessário relacionado ao uso do repositório institucional. Neste espaço se observou comentários otimistas no tocante à iniciativa, a fim de que se constitua como algo perpétuo na instituição e com ampla adesão. Em contrapartida, apreensões no que se refere a sua continuidade também

foram sinalizadas, não esquecendo seu caráter desafiador, tendo em vista as demandas de infraestrutura necessárias de cunho financeiro, tecnológico e de pessoal. A aprovação da política, neste sentido, será de grande valia uma vez que institucionalizará o uso de repositórios para divulgação de acervos, atribuindo mais força e reforçando seu compromisso institucional e não apenas isolado a unidades administrativas específicas.

Apesar do conhecimento sobre o papel dos repositórios não ser comum a toda comunidade acadêmica da UFRRJ, numa das respostas foi apontado o momento propício atual em que a universidade encontra-se, com maior organização e detentora dos recursos para sua consolidação. Conforme as etapas de divulgação, treinamento e uso forem avançando, a expectativa é que o repositório na prática atue como notória ferramenta de marketing propiciando a superação dos obstáculos.

Embora o questionário não tenha sido respondido por todos os integrantes da comissão, a partir das respostas obtidas (56,25%) foi possível obter um panorama com o intuito de auxiliar as atividades a serem desenvolvidas para o lançamento oficial do novo RIMA na universidade.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa empírica, com a participação direta do pesquisador em parte do processo de desenvolvimento e nas discussões, será apresentado um breve resumo de algumas reuniões realizadas pela frente de trabalho responsável pela junção dos dois repositórios, contendo suas principais deliberações, encaminhamentos e dificuldades enfrentadas. São elas:

Reunião em 11 de setembro de 2020 – devido à situação de pandemia instaurada no país, algumas ações e conversas acabaram sendo suspensas momentaneamente. Dessa forma, esse encontro ocorreu justamente para retomar o diálogo a respeito da organização dos repositórios da UFRRJ, sendo abordados os seguintes pontos:

- encaminhamento da Política Integrada de Gestão de Acervos da UFRRJ ao Conselho Universitário, que indica o repositório institucional como ferramenta de pesquisa para disponibilização de acervos digitais e digitalizados. Além disso, reconhece o TEDE e o RIMA enquanto repositórios mantidos atualmente pela UFRRJ e fornece respaldo institucional para ações futuras;
- alinhamento com a COTIC no que diz respeito ao arranjo mais adequado para infraestrutura computacional, optando-se por concentrar os sistemas com serviços de caráter mais acadêmico, isto é, mais direcionados para disponibilização da produção acadêmica, na infraestrutura de computação disponível no IM. Isso porque a existência de diferentes

sistemas, de cunho acadêmico e administrativo, num mesmo servidor está gerando problemas no momento de proceder com as atualizações;

- apontamento da existência de sobrecarga na rede elétrica do IM podendo comprometer a ininterrupção dos serviços;

- erro no contrato redigido pela FINEP em que é estipulada uma pequena quantia do valor total da verba para o pagamento de serviços, insuficiente para o andamento do projeto. Aguardando a correção no contrato depois de solicitada a retificação. A idéia inicial é usar o montante tanto para compra de equipamentos como para pagamento dos serviços prestados pelo consultor;

- possibilidade de uso do aplicativo Omeka⁶, usado no desenvolvimento de exposições virtuais, integrado ao *DSpace*;

- atualização em andamento para versão 6.3 do *DSpace* empregado no RIMA. As customizações realizadas na estrutura do *DSpace* para atender algumas demandas específicas do IM influíram na celeridade do processo;

- necessidade de revisão do conteúdo atual do RIMA, analisando e reavaliando a maneira como foi organizado. Como o RIMA foi crescendo sem uma diretriz técnica especializada muito clara no que se refere à disposição dos acervos digitalizados e as comunidades existentes, seria interessante que antes do lançamento do “novo RIMA” alguns pontos fossem revistos a fim de eliminar itens duplicados, corrigir campos preenchidos equivocadamente;

- necessidade de se elaborar um documento de normatização, contendo orientações gerais para o funcionamento do repositório, a ser apreciado pelo grupo e posteriormente apresentado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);

- necessidade de máquinas para serem usadas como ambiente de desenvolvimento, homologação, produção e backup. Grosso modo, o primeiro é onde os desenvolvedores executam as modificações que serão implementadas, sem risco de interromper os serviços; o segundo onde as partes envolvidas no processo farão a crítica e os testes para avaliarem o funcionamento das mudanças; o terceiro onde os usuários finais terão acesso; e o último para permitir um tempo mínimo de interrupção em caso de pane repentina ou paralisação programada.

- necessidade de ampliação da equipe técnica da área de TI, hoje formada exclusivamente pelo consultor contratado. Capaz de atuar com softwares de apoio bem como no próprio

⁶ <https://omeka.org/>

DSpace, com conhecimento para realizar alterações no software, corrigir erros e ampliar funcionalidades não utilizadas;

- diante do reduzido quadro de profissionais para atender a demanda de toda a universidade com o uso do repositório, a estratégia será pautada em intensa capacitação, em que as subcomunidades ficarão a cargo de diferentes grupos de trabalhos, seguindo alguns preceitos gerais.

Reunião em 21 de janeiro de 2021 – discussão da proposta de normatização da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ (Anexo C), a ser apresentada no CEPE. Pontos abordados:

- antes de iniciar a apreciação do documento, informada a mudança na estratégia referente à montagem de infraestrutura tecnológica no IM, independente dos demais sistemas administrativos da universidade em razão dos recentes investimentos feitos no data center de Seropédica, fornecendo-lhe maior suporte e capacidade de processamento. Assim, será feita a compra de apenas um servidor de *storage* com as configurações especificadas pela COTIC, gerido diretamente pela própria coordenação. O consultor mais o servidor da COTIC do IM atuante no processo terão acesso remoto para seguirem com a migração e integração do novo RIMA;

- iminente saída de Alexandre Fortes da função de Pró-Reitor da PROPPG pode impactar o cronograma da integração. Dessa forma, a intenção é tentar avançar ao máximo com a institucionalização do novo RIMA, apresentando o quanto antes a proposta de normatização ao CEPE. Cabe destacar que mesmo fora do cargo, seguirá participando do projeto em função de sua ligação com o CEDIM e por ser o responsável pelo projeto FINEP;

- a elaboração da proposta discutida teve por base a leitura e o levantamento outros documentos semelhantes produzidos por outras instituições em estágio mais avançado na questão de repositório. Nele foram tratados aspectos gerais englobando o acesso aberto, publicações com algum tipo de embargo, estrutura de governança, objetivos e diretrizes operacionais, direitos e deveres dos autores, estímulo e financiamento.

Reunião em 9 de abril de 2021 – atualização sobre a proposta exposta ao CEPE, fases a serem seguidas para a integração do ponto de vista tecnológico e outras questões:

- atualização sobre a proposta de normatização apresentada ao CEPE, ocorrida durante a 385ª Reunião Ordinária por meio do processo 23083.004053/2021-65, em que foram levantadas preocupações relacionadas à obrigatoriedade da disponibilização de artigos em virtude das

cláusulas existentes em periódicos fechados. Diante disso, a escolha foi remeter o documento às câmaras de graduação, pós-graduação e pesquisa para ser debatida. Após isso, a proposta retornará ao CEPE para deliberação.

A idéia geral em si a respeito da integração dos repositórios não encontrou empecilhos, uma vez que parte do que pretende se regulamentar já se encontra em operação na UFRRJ, como por exemplo, a existência dos repositórios e a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas, atendendo a exigência da CAPES prevista na Portaria nº 13 de 15 de fevereiro de 2006;

- apresentação do panorama dos equipamentos disponíveis no momento e das etapas a serem seguidas, do ponto de vista tecnológico, para integração. Conta com três máquinas: uma hospedando o RIMA em ambiente de produção (A), com *DSpace* 5.4 instalado e mais completo em termos de conteúdo; outra contendo o ambiente de testes e desenvolvimento do novo RIMA (T), com a versão mais recente do *DSpace* (6.3) porém com conteúdo desatualizado; e mais uma que será usada para o ambiente de produção do novo RIMA (RT), que está conteúdo desatualizado e atualização do software em progresso.

Os passos abrangem a paralisação da máquina (A), interrompendo consultas e inserções de novos materiais; a transferência ou conversão do conteúdo presente em (A) para duas outras máquinas (T) e (RT); transformar (T) em uma máquina de backup para que a (RT) possa funcionar como produção com riscos mitigados; abrir (RT) para consultas e atualizações; iniciar correções, adaptações e melhorias na interface, em que correções de conteúdo seriam feitas diretamente em (RT) e adaptações e otimizações de *layout* em T, para posteriormente serem passadas para RT; transformar A em máquina para treinamento;

- reforçada a vitalidade dos treinamentos e capacitação para o público da UFRRJ, buscando apoio na Rede Sudeste de Repositórios Institucionais⁷, tanto para a formação de multiplicadores quanto para usuários de uma maneira geral.

Reunião em 14 de maio de 2021 – proposta de estrutura, customização de interface e incorporação com outros programas e outros tópicos:

⁷ A Rede Sudeste de Repositórios Institucionais foi criada em 03 de Outubro de 2017, congrega instituições de natureza pública, privada e de economia mista, em sua maioria instituições de Ensino e Pesquisa, situadas na Região Sudeste do Brasil e que possuem repositórios institucionais, ou tenham o intuito de implantá-los. O objetivo da Rede é promover para a sociedade em geral o acesso, de forma aberta, gratuita e pública, ao conhecimento produzido pelas instituições que a compõem e tem como premissa a adoção do Movimento de Acesso Aberto ao Conhecimento. Disponível em <https://eventos.ufrj.br/evento/i-encontro-rede-sudeste-de-repositorios-institucionais/>.

- posicionamento acerca dos avanços obtidos previstos nas etapas indicadas no último encontro, destacando que a transferência do conteúdo e dos usuários do TEDE demandará maior tempo para ser executada devido a maior complexidade da ação;
- reafirmada a importância da aquisição do servidor de *storage* uma vez que a máquina disponibilizada em Seropédica para funcionamento do novo RIMA possui reduzida capacidade de armazenamento, em que o limite será rapidamente atingido;
- apresentação geral de um dos programas que foram incorporados ao novo RIMA: Omeka. Como o *DSpace* é um software capaz de funcionar de maneira integrada com outros, o entendimento é que o novo RIMA poderá operar com uma série de plug-ins conforme a necessidade da instituição. O *DSpace* tem como foco principal a guarda, preservação e disponibilização do acervo, enquanto o Omeka pode atuar como um elemento de visualização, isto é, para expor os registros contidos no RIMA de forma mais agradável ao público;
- realização de uma oficina para manuseio do OMEKA, organizada pelo CEDIM e tendo a participação externa de uma especialista na ferramenta;
- discussão sobre a futura estrutura a ser apresentada no repositório. Entendimento consensual na busca de uma disposição mais leve, com a existência de apenas quatro comunidades de entrada passíveis de serem desmembradas em quantos sub-níveis forem necessários. São elas: CEDIM, TEDE, Monografias e TCCs e Grupos de pesquisa;
- conversa sobre modificações possíveis da interface, tais como alteração de paleta de cores, imagens, inserção de ícones, entre outros;
- levantada a questão pelo consultor no que tange a customização indiscriminada da interface, pois interfere nas futuras mudanças de versão do software. Idealmente não se deve alterar drasticamente o código fonte para atender propósitos específicos e acabar criando uma versão paralela, desconexa da linha de desenvolvimento do programa original distribuído gratuitamente;
- necessidade de envolver a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) com o propósito do repositório institucional estar de acordo com o projeto de identidade visual da UFRRJ;
- por efeito da fusão do novo RIMA ao TEDE exigir mais tempo por questões técnicas e para que seja executado com maior segurança, seu lançamento não será atrelado a conclusão desta etapa.

Reunião em 2 de junho de 2021:

- discussão sobre o material compartilhado previamente antes da reunião: um manual do *DSpace*, uma apresentação focada na administração das comunidades e coleções e um link de uma wiki com maior detalhamento do papel dos administradores ;
- necessidade de se sistematizar uma estrutura básica, a princípio, para as quatro grandes comunidades pensadas;
- alinhada a criação de uma parte que aborde repositórios institucionais no site da Biblioteca Central, fazendo referência especificamente ao novo RIMA;
- necessidade de formalização do GT;
- alinhamento a respeito do autoarquivamento como método de submissão para os TCCs e monografias. Compreendido como uma responsabilidade compartilhada, abarcando discentes, docentes, coordenações dos cursos, biblioteca. Cabendo aos colaboradores da biblioteca somente a revisão técnica final, ou seja, uma série de outras etapas prévias desempenhadas por outros atores devem ser seguidas, evitando a sobrecarga sobre a unidade administrativa.
- explanada a situação no tocante a obrigatoriedade de disponibilização de TCCs e monografias. Embora se configure como uma boa prática relevante para a avaliação dos cursos, não há exigência de disponibilização desses documentos. Dessa forma, a tendência é adotar o caráter opcional e não impositivo, evitando assim conflitos desnecessários.

A expectativa é que com a oferta do serviço e de sua divulgação massiva, a prática se expanda no interior UFRRJ de maneira natural, contando com a participação gradual dos diversos cursos.

- ainda no que se refere aos TCCs e monografias, destacado o ponto relacionado à existência de um passivo, que pode variar substancialmente dependendo do curso, juntamente com o volume corrente. Nesses casos, é possível adotar estratégias diferentes para o tratamento dos casos, isto é, definir uma ação orientada para trabalhos futuros e outra para o legado.

No caso do curso de Engenharia Florestal, por exemplo, a coordenação optou por atribuir a um colaborador a execução desta tarefa sob orientação da Biblioteca Central, sendo concluída com êxito. Uma vez inserida a atividade na rotina de afazeres, a coordenação mantém seus TCCs disponibilizados no repositório. Contudo, ciente das diferentes realidades e contextos setoriais da UFRRJ, a ação não pode ser considerada uma regra aplicável aos demais cursos.

- o integrante lotado no curso de Engenharia Florestal que compõe o GT ressaltou a necessidade de reserva de espaço para a criação de uma coleção no novo RIMA destinado a inclusão de monografias que serão produzidas pelo curso *lato sensu* recém-criado – pós-graduação em Arborização Urbana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Humanidades Digitais têm sido objeto de debate desde o aparecimento do termo em 2002. Reflexões acerca de sua definição, presença no ambiente acadêmico, ampliação do trabalho colaborativo entre diferentes disciplinas, impactos da esfera digital nas atividades que envolvem a investigação científica são alguns dos assuntos que permeiam os trabalhos desenvolvidos sob estas temáticas.

Embora não exista um consenso a respeito de sua conceitualização, com alguns autores compreendendo-as como um campo ou área do saber, outros como comunidade de práticas, a forte característica interdisciplinar e transdisciplinar bem como as alterações profundas na prática da pesquisa constituem-se como pontos de harmonia para os humanistas digitais. Representando, concomitantemente, um enorme potencial criativo para o desenvolvimento de novas pesquisas nas áreas das humanidades e um problema do ponto de vista de formação destes profissionais.

Neste sentido, o presente trabalho abrangendo repositórios institucionais configura-se como um estudo concernente as humanidades digitais e a comunicação científica no contexto de acesso aberto e da ciência aberta. Canais que possibilitam maior prestígio da instituição, visibilidade e organização de sua produção científica reunidas num único local, não mais dispersa em diversos periódicos, anais de congressos, equipamentos de computação pessoais, entre outros.

Ademais, ao assegurar que as produções assim como seus dados bibliográficos estejam facilmente disponíveis, repositórios podem ser de grande valia no momento de avaliações institucionais. Para os pesquisadores, a possibilidade de gerar ou obter relatórios contendo, por exemplo, estatísticas de acesso aos seus documentos e poder receber atualizações de uma determinada comunidade à medida que novos itens forem adicionados, se constituem em mecanismos auxiliares do fazer acadêmico.

As novas tecnologias de informação e comunicação aliadas ao movimento de acesso aberto seguem contribuindo para esse panorama à proporção que ampliam as maneiras de disseminação científica e rompem as barreiras de acesso. O universo da internet repercute no surgimento e volume de novas fontes, nos fluxos de comunicação e na divulgação dos produtos e insumos intelectuais.

O campo teórico da pesquisa teve como arcabouço a literatura específica sobre o assunto associado ao campo empírico que expôs tanto as experiências no desenvolvimento e

uso de repositórios no âmbito da UFRRJ quanto às percepções de alguns atores sociais pertencentes à comunidade no que tange aos assuntos investigados e a própria iniciativa.

Sob uma abordagem mais ampla, a Política Integrada de Gestão de Acervos da UFRRJ de fato pode ser considerada um marco importante para o gerenciamento e preservação das coleções documentais na instituição como destacado ao longo da dissertação e no retorno obtido pelos integrantes do GT, entendida como um primeiro passo em direção ao desenvolvimento de ações sistemáticas e coordenadas entre diferentes unidades administrativas.

Além da maior aproximação, troca e interação de pessoas alocadas em diferentes espaços ocasionadas pelos encontros da comissão, a formalização da proposta num documento de contornos oficiais é fundamental para institucionalização dos compromissos apontados. Atuando de forma complementar ao estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022 que prevê uma série de objetivos estratégicos voltados para diferentes áreas, dentre eles gestão e pesquisa.

Dentre os propósitos para a gestão, se enquadra nos itens voltados para a instituição de políticas de segurança patrimonial e de Governança Institucional, por efeito da política compreender os acervos como patrimônio cultural e científico da universidade, como ativos estratégicos e definir responsabilidades para tomada de decisões. Já nos objetivos para a pesquisa, relaciona-se a apoiar a divulgação da produção intelectual em nível nacional e internacional uma vez que reconhece o uso de repositórios como meio para disponibilização, divulgação e disseminação de documentos digitais ou digitalizados. Logo, a política vai ao encontro do previsto no PDI sendo sua aprovação de suma importância a fim de assegurar respaldo da administração central.

No que se refere ao repositório, a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ apresentada ao CEPE para apreciação igualmente se mostra crucial visto que regulamentará o acesso gratuito, público e livre ao conteúdo de obras produzidas pela UFRRJ assim como estabelece as diretrizes para o funcionamento do RIMA, reconhecendo-o como principal instrumento institucional no contexto do acesso aberto. Estando em concordância com outras políticas da universidade e contribuindo para identificar os envolvidos; determinar formas de depósito e de abastecimento de conteúdo; estabelecer responsabilidades; direitos e deveres dos autores; financiamento.

Cabe ressaltar que o aparato normativo não deve ficar restrito as orientações mais gerais, devendo ser ampliado a partir do lançamento oficial da plataforma e com a intensificação das ações de sensibilização e promoção do RIMA. Instruções normativas

aliadas a instrumentos de orientação como tutoriais de uso da ferramenta, materiais de capacitação são alguns dos objetos possíveis de serem elaborados para facilitar e estimular o comprometimento dos usuários de uma maneira geral.

Os tipos de documentos previstos para compor o repositório é outro ponto que merece atenção. Apesar da tipologia possível de ser armazenada ser bastante abrangente, englobando textos em diferentes formatos e registros audiovisuais, a literatura recomenda não agir como um local de depósito indiscriminado. Sendo necessária cautela na determinação de critérios para escolher quais tipos irão constituir o repositório. Algumas respostas apresentadas no questionário, mais precisamente na questão de número quatro, evidenciam a necessidade deste cuidado dado que o uso de termos genéricos abre margem para uma infinidade de possibilidades.

No que se refere ao depósito de documentos no repositório, mais diretamente ao seu caráter obrigatório, é recomendada a adoção dessa postura com a intenção de contribuir para o seu sucesso e rivalizar às objeções de pesquisadores em submeterem seus trabalhos. Contudo, mesmo que seja o mais indicado e inclusive corroborado pelas impressões obtidas com a aplicação do questionário, supõe-se que essa não seja uma medida fácil de ser tomada. Isso porque obras contendo relatos de experiências de implantação de repositórios em outras instituições indicam a criticidade deste ponto e pelo fato desta ter sido uma preocupação levantada no momento de apresentação da proposta de Política de Acesso Aberto ao Conhecimento ao CEPE, que acabou sendo posteriormente destinada às câmaras de graduação, pós-graduação e pesquisa para análise.

Por vezes tal resistência exige um período de maturação do trabalho de divulgação e familiarização do repositório com a comunidade até que seja aceita e incorporada ao contexto da universidade, alterando sua cultura organizacional. Todavia, a instituição de sistemas de bonificação e pontuação para o pesquisador ou departamento que premiem aqueles que mais depositarem documentos no RIMA se coloca como uma opção plausível para contornar e até mesmo acelerar as repercussões desta resistência.

Ações de propaganda aliadas a ofertas de treinamento e capacitação são outros fatores de importância. Como levantado no questionário, o desconhecimento acerca de repositórios, suas funções e potencialidades configura-se numa preocupação, num elemento impeditivo para sua ampla utilização na UFRRJ. Logo, apenas por meio do amplo conhecimento sobre sua existência e vantagens individuais e institucionais proporcionadas, pesquisadores ficarão mais motivados e confortáveis para disponibilizar seus trabalhos e inseri-lo em sua rotina de

pesquisa. As maneiras de se promover a ferramenta podem englobar palestras, oficinas/*workshops*, distribuição de material promocional.

Paralelamente, a oferta de treinamentos visando fornecer apoio e suporte para o uso do RIMA além de complementar as atividades de *marketing*, contribui para atenuar o quadro de pessoal limitado, motivo de preocupação dos participantes da pesquisa. Conceder autonomia para o uso do repositório, de forma assistida, controlada e em conformidade com preceitos gerais, configura-se numa estratégia viável a fim de não sobrecarregar determinadas unidades administrativas.

Por último, o campo empírico da pesquisa possibilitou ainda a identificação de atores interessados e capazes de promover e incentivar a condução de conversas relacionadas a acesso aberto e difusão do RIMA na universidade. Além disso, foi possível observar questões relacionadas à fusão e gestão do repositório. Dentre elas a imprescindibilidade de aspectos tecnológicos, como a garantia e demanda constante de infraestrutura necessária para o pleno funcionamento da plataforma; do profissional da área de TI, dedicado para suprir os desafios inerentes à integração dos repositórios existentes assim como corrigir erros e agregar outras funcionalidades permitidas pelo software, conciliando-o a outras aplicações; do profissional inserido em áreas correlatas a acervos na instituição, para assessorar e prestar as informações necessárias no que tange ao uso e organização do repositório.

Sobre este ponto em específico, cabe salientar que o projeto conta no momento somente com um consultor terceirizado acompanhado por um servidor da COTIC à frente das ações de natureza tecnológica. É recomendado que a UFRRJ amplie e defina a formação de uma equipe permanente composta preferencialmente por servidores efetivos da área de TI. Mitigando e evitando assim riscos futuros relacionados à interrupção do contrato com o prestador de serviço.

A pesquisa indica também a necessidade de compromisso institucional para o sucesso do repositório, seja pela cessão de insumos, pelo atendimento de necessidades diversas e pela participação nas atividades que envolvem a deliberação de instrumentos normativos que propiciem e assegurem o funcionamento do RIMA por tempo indeterminado na UFRRJ.

Embora não tenha sido trabalhada de forma mais profunda no decorrer do trabalho, cabe ressaltar que a preocupação com a preservação e acesso a longo prazo dos objetos digitais estabelece novos desafios as diferentes instituições e organizações produtoras e consumidoras de materiais digitais. Dessa forma, é necessário que a UFRRJ, assim como as demais universidades inseridas nesse rol, reconheçam e compreendam as potencialidades sem

esquecer as fragilidades inerentes aos instrumentos tecnológicos no que diz respeito a sua obsolescência.

Numa realidade em que hardwares, softwares e suportes se encontram em constante evolução, ou seja, passam por atualizações em que um determinado aparato tecnológico pode ser aprimorado, descontinuado ou substituído por um novo com outros formatos e padrões, a atenção a preservação digital é essencial, devendo se constituir numa atividade ininterrupta. Caso contrário, a perda de objetos depositados no RIMA pode se tornar uma realidade, comprometendo seu valor e reduzindo seu impacto.

Tendo como finalidade promover e garantir o acesso contínuo aos objetos digitais, a preservação digital demanda ações e estratégias planejadas em linha com as políticas propostas e demais documentos normativos existentes na universidade, devendo atuar nos níveis de preservação física (renovação dos suportes), lógica (atualização de *softwares*) e intelectual (preocupação com a autenticidade e integridades dos objetos digitais, manutenção de *layout*). Para isso, o desenvolvimento de estratégias de cunho estrutural e operacional são premissas para o bom andamento do processo.

Dentre elas, podemos citar a necessidade de formulação de políticas e diretrizes específicas que busquem orientar a preservação digital no âmbito da UFRRJ, com a criação de uma política de preservação digital, a fim de institucionalizar e articular o compromisso da gestão com as ações de preservação, e a elaboração de planos de preservação digital, que irão operacionalizar as orientações contidas na política. A literatura recomenda que em tais documentos constem informações relacionadas aos custos previstos envolvidos, o planejamento de capacitações necessárias as equipes, os investimentos necessários para montagem e manutenção da infraestrutura tecnológica, detalhamento das estratégias adotadas bem como sua justificativa, responsáveis pela execução, riscos envolvidos, entre outros. Tal contexto requer análises e pode motivar novos trabalhos de cunho prático.

No que tange aos datasets, o crescente volume de dados e uso em ambiente acadêmico levanta debates acerca de sua importância, potencialidades, desafios e efeitos na sociedade. À proporção que a ciência assume contornos mais colaborativos, o compartilhamento ganha notoriedade envolvendo aspectos referentes a armazenamento, preservação, uso e reutilização dos dados empregados nas pesquisas. Neste cenário, a ciência aberta ao estimular a abertura de dados científicos, possibilita ampliar os limites da pesquisa, maximizando sua reprodutibilidade e expandindo a base de dados disponíveis para novas análises.

Apesar de reconhecida sua importância e os benefícios no seu compartilhamento para a comunidade científica, ainda há empecilhos que afetam condições ideais de uso. Empecilhos

metodológicos, técnicos, ausência de estímulos para pesquisadores compartilhar seus conjunto de dados, insegurança com a qualidade dos dados, metadados a serem utilizados, entre outros, contribuem para que tal prática ainda seja pouco utilizada independente da existência de um repositório digital – apontado pela literatura como a ferramenta mais apropriada para a guarda e disponibilização dos dados.

Logo, o desenvolvimento de novos estudos e reflexões mais profundas com foco na curadoria dos dados de pesquisa mantidos em repositórios, e mais especificamente no RIMA, é um campo ainda a ser explorado. Contribuirão para definir quais os caminhos devem ser seguidos pelos pesquisadores para validação, depósito, reutilização, citação bem como para desenvolver critérios e diretrizes para aqueles que operam a ferramenta. Além disso, subsidiarão futuras práticas e políticas voltadas para a formação e fomento da cultura de compartilhamento também de datasets, a serem inseridas no cotidiano da universidade, por meio de ações de conscientização, elucidação e promoção de seu reuso.

Por fim, a despeito de ainda existir obstáculos a serem superados, ao término da pesquisa foi possível perceber iniciativas no interior da universidade voltada para a preservação de sua produção científica, passível de ser acessada e reutilizada, que ainda precisam ser institucionalizadas e conseqüentemente melhor consolidadas. Abrindo margem, como destacado anteriormente, para o desenvolvimento de outras análises à proporção que novos avanços forem obtidos

Dessa forma, ainda existe vasto trajeto a ser percorrido em direção ao estabelecimento de repositórios na universidade, envolvendo inclusive documentos administrativos gerados ao longo das atividades desempenhadas pelos diferentes setores. A criação e implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) voltado para o armazenamento e guarda desta documentação, encontra-se em fase embrionária na UFRRJ e demanda dedicação e aprofundamentos, estimulados com a intenção de aperfeiçoar as práticas tocantes a registros na universidade.

Para as Humanidades Digitais, o sucesso dos repositórios digitais se notabiliza a partir da sua íntima relação com o MAA. Indo ao encontro das orientações firmadas em seu manifesto, favoráveis ao acesso, divulgação e circulação livre dos resultados de pesquisa, dados, métodos e códigos.

REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest; NONELL, Rosa. Economía y acceso abierto: ¿es necesario regular el sector de la edición científica?. : ¿es necesario regular el sector de la edición científica?. **AnuarioThinkepi**, [s.l.], v. 13, p. 1-5, 31 mar. 2019. Ediciones Profesionales de la Informacion SL. <http://dx.doi.org/10.3145/thinkepi.2019.e13e02>. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/ThinkEPI/article/view/thinkepi.2019.e13e02>. Acesso em: 8 ago. 2019.

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, nov. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3593>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (ed.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: Ibict, 2015. p. 9-25. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta: movimento de movimentos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (org.). **Ciência Aberta para Editores Científicos**. São Paulo: Abec, 2019. p. 15-20. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**[Online], 69, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2496>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ALVES, Mariana Castro. Plano S expõe conflitos no mercado de edição de artigos científicos. **Ciência e Cultura.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 19-22, Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100007>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jan. 2020.

ANGLADA, Lluís; ABADAL, Ernest. ¿Qué es la ciencia abierta? **AnuarioThinkepi**, v. 12, p. 292-298, 26 abr. 2018. Ediciones Profesionales de la Informacion SL. <http://dx.doi.org/10.3145/thinkepi.2018.43>. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/ThinkEPI/article/view/thinkepi.2018.43>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ARAÚJO, L. M. DE S.; MARDERO ARELLANO, M. A.; FERRER, I. D. Guia para os usuários do repositório Dataverse do Ibict. **Boletim Técnico do PPEC**, v. 3, n. 2, p. 34 p., 10 jul. 2018. Disponível em: http://cariniana.ibict.br/images/artigos/Dataverse/Guia_Usuarios_Dataverse_Ibict.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

BECERRIL-GARCÍA, Arianna. AmeliCAvs plano S: mesmo objetivo, duas estratégias diferentes para alcançar o acesso aberto. **Amelica**, 2019. Disponível em:

<http://amelica.org/index.php/pt/2019/01/10/amelica-vs-plano-s-mesmo-objetivo-duas-estrategias-diferentes-para-alcancar-o-acesso-aberto/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BERLIN DECLARATION. Conference on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities, Berlin, 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berliner-Erklarung>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BERTIN, Patrícia Rocha Bello *et al.* A parceria para Governo Aberto como plataforma para o avanço da Ciência Aberta no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 31, p. 1-10, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190020>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100301. Acesso em: 10 dez. 2019.

BETHESDA DECLARATION. Meeting on Open Access Publishing, Bethesda. Abril. 2003. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BIBLIOTECA DIGITAL de Teses e Dissertações recebe técnicos de mais 15 instituições. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**, 2006. Disponível em: <https://ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/985-biblioteca-digital-de-teses-e-dissertacoes-recebe-tecnicos-de-mais-15-instituicoes>. Acesso em: 01 maio 2021.

BINOTTO, Maria Angélica; DINIZ, Ilca Maria Saldanha. Democratizar o acesso aos conhecimentos científicos: como, onde e por quê. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 11, n. 105, feb. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd105/democratizar-o-acesso-aos-conhecimentos-cientificos.htm>. Acesso em: 09 set. 2019.

BLATTMANN, U.; SANTOS, R. N. M. DOS. Acesso e uso de tecnologias em teses e dissertações: o caso BDTD. In: **CONGRÈS DE ASSOCIATION POU LA RECHERCHE INTERCULTURELLE**, 12, Florianópolis, 2009. Anais... Florianópolis: [s.n.], 2009. p. 1–15. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10085>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Budapeste, 2002. Disponível em: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em 20 jul. 2019.

CAFÉ, Lúgia *et al.* Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. In: **ENDOCON – Encontro Nacional de Informação em Ciências da Comunicação**, 13., 2003, Belo Horizonte. Anais... Disponível em: https://www.academia.edu/11030151/Reposit%C3%B3rios_institucionais_nova_estrat%C3%A9gia_para_publica%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%ADfica_na_Rede. Acesso em: 09 out. 2010.

CARVALHO, Maria da Conceição Rodrigues de; SILVA, Cícera Henrique da; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Repositório institucional da saúde: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 97-103, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4153>. Acesso em: 19 set. 2019.

CASTRO, Regina C. Figueiredo. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 57-63, 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2019.

CIVALLERO, Edgardo. Open Access: experienciaslatinoamericanas. In: **II Congreso Internacional de Bibliotecología e Información, Lima**, Peru, 13-15 de novembro de 2006. Anais. 2006. Disponível em: <https://www.academica.org/edgardo.civallero/80.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

CLINIO, Anne. Ciência Aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. **Transinformação**, v. 31, p. 1-12, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/238180889201931e190028>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100312. Acesso em: 15 nov. 2019.

CONHEÇA A BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, 2002. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history>. Acesso em: 01 maio 2021.

COSTA, M. Políticas de Ciência Aberta e a abertura dos dados de pesquisa. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F; COSTA, M. (org). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 23-29. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

COSTA, M. P. de; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. 178 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23202>. Acesso em: 19 set. 2019.

COSTA, Sely Maria de Souza. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 8 ago. 2019.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luís Fernando *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/implanta%C3%A7%C3%A3o-e-gest%C3%A3o-de-reposit%C3%B3rios-institucionais-pol%C3%ADticas-mem%C3%B3ria-livre-acesso-e-preserva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 set. 2019.

CRIBB, Julian; SARI, Tjempaka. Good Science writing. In: CRIBB, Julian; SARI, Tjempaka. **Open Science: sharing knowledge in the global century**. Collingwood: Csiro Publishing, 2010. p. 15-30.

CROW, R. **The case for institutional repositories: A SPARC position paper**. ARL BimonthlyReport, n. 223, 2002. Disponível em:

https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls690_109/Readings/Crow2002-CaseforInstitutionalRepositoriesSPARCPaper.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

DAVID, Paul. A. Understanding the emergence of “open science” institutions: functionalist economics in historical context. In: **Industrial and Corporate Change**, v. 13, n. 4, p. 571–589, 1 ago. 2004.

DE ROURE, David *et al.* myExperiment: Defining the Social Virtual Research Environment. In: **IEEE FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON eSCIENCE**, 8., Indianapolis, Anais. 2008, p. 182-189. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/4736756>. Acesso em: 01 set. 2019.

EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION. **Plan S**, [s.d.]. Plan S Principles. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FECHER, Benedikt; FRIESIKE, Sascha. Open Science: One Term, Five Schools of Thought. In: BARTLING, Sönke; FRIESIKE, Sascha (ed.). **Opening Science: the evolving guide on how the internet is changing research, collaboration and scholarly publishing**. The Evolving Guide on How the Internet is Changing Research, Collaboration and Scholarly Publishing. New York: Springer Open, 2014. p. 17-48. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-00026-8_2. Acesso em: 11 jul. 2019.

FIORMONTE, Domenico. Towards a Cultural Critique of Digital Humanities. (2012). In: GOLD, Matthew; KLEIN, Lauren. (Org.). **Debates in the digital humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/5cac8409-e521-4349-ab03-f341a5359a34#ch35>. Acesso em: 14 mar. 2020.

FIORMONTE, Domenico. Digital Humanities from a global perspective. **Laboratori dell’ISPF**, v. XI [Online First], 2014. Disponível em: http://www.ispflab.cnr.it/2014_203.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

FIORMONTE, Domenico; SORDI, Paolo. Humanidades Digitales del Sur y GAFAM. Para una geopolítica del conocimiento digital. **Liinc em Revista**, v. 15, n. 1, 28 jun. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4730>. Acesso em 3 fev. 2020.

FORTES, Alexandre. A pandemia como desafio à academia. **PPGIHD-Open Lab**, 2020. Disponível em: <https://www.ppgihd-open-lab.com/post/a-pandemia-como-desafio-%C3%A0-academia>. Acesso em: 3 fev. 2021.

FORTES, Alexandre; ALVIM, Leandro Guimarães Marques. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 207-227, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e68270>. Acesso em: 21 set. 2020.

FORTES, Alexandre; CAMPOS, Ricardo Dias. A experiência heterodoxa do RIMA e outras histórias. Rio de Janeiro: [s.n.], [2020]. Manuscrito inédito.

GALINA, Isabel. Is There Anybody Out There? Building a Global Digital Humanities Community. **Red de Humanidades Digitales**, 2013. Disponível em: <http://humanidadesdigitales.net/blog/2013/07/19/is-there-anybody-out-there-building-a-global-digital-humanities-community/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GALVINO, Claudio Cesar Temoteo; ROSA, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. O movimento de Acesso Aberto e a Ciência Aberta: uma proposta de repositório de dados e memória na Universidade Federal de Alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 34-45, may 2020. ISSN 2358-0763. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9521/7405>. Acesso em: 31 mai. 2020.

GO FAIR. **GO FAIR**. GO FAIR Brazil Office, 2018. Disponível em: <https://www.go-fair.org/go-fair-initiative/go-fair-offices/go-fair-brazil-office/>. Acesso em: 19 dez. 2019.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. A comunicação do conhecimento científico nos ambientes contemporâneos de informação em redes eletrônicas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 7., 2006, Marília. Anais. Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/1304>. Acesso em: 15 nov. 2019.

HAND, Eric. Citizen science: people power. **Nature**, v. 466, n. 7307, p. 685-687, ago. 2010. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/466685a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/466685a#citeas>. Acesso em: 11 jul. 2019.

HARNAD, Stevan. The self-archiving initiative: nature web debates. 2001. **Nature web debates**. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature28061>. Acesso em: 8 ago. 2019.

HARNAD, Stevan *et al.* The access/impact problem and the green and gold roads to open access: an update. **Serials Review**, volume 34, número 1, p. 36-40, 2008.

HAYLES, N. Katherine. The Digital Humanities: Engaging the Issues. In: HAYLES, N. Katherine. How we think digital media and contemporary Technogenesies. **How we think digital media and contemporary Technogenesies**. Chicago: The University Of Chicago Press, 2012. p. 23-54.

HENNING, P. *et al.* Desmistificando os princípios FAIR: conceitos, métricas, tecnologias e aplicações inseridas no Ecosistema dos dados FAIR. In: **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 175-192, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pscib/article/view/46969>. Acesso em: 05 jan. 2020.

HENNING, P. *et al.* GO FAIR e os princípios FAIR: O que representam para a expansão dos dados de pesquisa no âmbito da Ciência Aberta. In: **Em Questão**, v. 25, n. 2, p. 389-412, Porto Alegre, maio/ago. 2019b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/84753>. Acesso em: 05 jan. 2020.

HENNING, P.; MOREIRA, J. Ciência aberta, dados abertos e princípios FAIR: uma contribuição dos Países Baixos. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F; COSTA, M. (org). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 145-158. Disponível em:

https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/478-ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada#:~:text=O%20Manifesto%20de%20Acesso%20Aberto,utilizadas%20por%20pesquisadores%20e%20outros>. Acesso em: 20 jul. 2019.

KIRSCHENBAUM, M. G. What is Digital Humanities and What's it doing in English Departments? **ADE Bulletin**, Nova Iorque, n. 150, p. 55-61, 2010. Disponível em:

<https://mkirschenbaum.files.wordpress.com/2011/03/ade-final.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

KURAMOTO, Hélio. Réplica Acesso livre. Caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, Jul./Set. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n3/13.pdf>. Acesso em 06 ago. 2019.

KURAMOTO, Hélio. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.). **Repositórios Institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento.** Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>. Acesso em: 19 set. 2019.

KURAMOTO, Hélio. **Acesso livre: como alcançar o acesso livre universal.** [S. l.], 08 mar. 2012. Disponível em:

<https://kuramoto.wordpress.com/?s=Acesso+livre%3A+como+alcan%C3%A7ar+o+acesso+li+vre+universal>. Acesso em: 19 mar. 2020.

LAHERA, Y. M.; IGLESIAS, G. D. T.; MEDINA, Y. G. Visibilidad y accesibilidad al patrimonio documental de la universidad de la Habana: repositorio institucional scriptorium.

Bibliotecas. Anales de Investigación (Cuba), v. 12, n. 1, p. 26-36, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/57912>. Acesso em: 18 set. 2019.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. M. S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/323>. Acesso em: 8 ago. 2019.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto.** Brasília, DF: IBICT, 2009.

Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>. Acesso em: 18 fev. 2019.

LEITE, F. *et al.* **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica.** Brasília: Ibict, 2012. Disponível em:

<https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 19 set. 2019.

- LIRA, Josceline; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. Preservação digital: revisitando o essencial. In: SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha (org.). **Preservação digital e suas facetas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 31-83. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39626/3547884/Ebook_Preservac%C2%B8a~o_Digital_e_suas_Facetas_2021.pdf/128192be-71fe-4b9b-b685-28fbee9d928d. Acesso em: 15 set. 2021.
- LIU, Alan. The Meaning of the Digital Humanities. **PMLA/Publications of the Modern Language Association of America**, 128(2), p. 409-423, 2013. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/5gc857tw>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- LYNCH, C. **Institutional repositories**: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *ARL: A Bimonthly Report*, v. 226. 2003. Disponível em: <http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>. Acesso em: 18 set. 2019.
- MACHADO, Jorge. Dados abertos e ciência aberta. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (ed.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: Ibict, 2015. p. 201-227. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luís Fernando *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/implanta%C3%A7%C3%A3o-e-gest%C3%A3o-de-reposit%C3%B3rios-institucionais-pol%C3%ADticas-mem%C3%B3ria-livre-acesso-e-preserva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 set. 2019.
- MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luís Fernando *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23-54. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/implanta%C3%A7%C3%A3o-e-gest%C3%A3o-de-reposit%C3%B3rios-institucionais-pol%C3%ADticas-mem%C3%B3ria-livre-acesso-e-preserva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 set. 2019.
- MARINHO, É. C. *et al.* Agricultura 4.0 : uma abordagem a partir dos princípios FAIR e tecnologia blockchain para gestão de dados de levantamentos pedológicos. **CAI**. Anais...2020. Disponível em: https://49jaiio.sadio.org.ar/pdfs/cai/CAI_49.pdf . Acesso em: 20 set. 2021.
- MCCARTY, Willard. Humanities computing. In: **ENCYCLOPEDIA of library and information science**. New York: Marcel Dekker, 2003. Disponível em: <https://www.mccarty.org.uk/essays/McCarthy,%20Humanities%20computing.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.
- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1999. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B.S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J.M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000a, p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, B.S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J. M. (Orgs). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000b, p. 73-95.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>. Acesso em 20 jul. 2019.

MURAKAMI, T.; FAUSTO, S. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 2, p. 185-201, 20 dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69327>. Acesso em: 19 set. 2019.

OKERSON, A. S.; O'DONNELL, J. J. **Scholarly journals at the crossroads: A Subversive Proposal for Electronic Publishing**. Washington D.C: Association of Research Libraries, 1995. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015034923758&view=1up&seq=5&skin=2021>. Acesso em: 19 set. 2019.

OPENAIRE. **OPENAIRE**, 2015. Open research data pilot in horizon 2020. Disponível em: <https://www.openaire.eu/item/open-research-data-pilot-in-h2020>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding**. OECD, 2007. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/inno/38500813.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

PACKER, Abel L; SANTOS, Solange. Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa – Parte I. **SciELO em perspectiva**, 2019a. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-i/#.XsChqWhKjIV>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PACKER, Abel L; SANTOS, Solange. Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa – Parte II. **SciELO em perspectiva**, 2019b. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-ii/#.XsCzdmhKjIU>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PALETTA, Francisco Carlos. Ciência da informação e humanidades digitais – uma reflexão. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103662>. Acesso em: 03 fev. 2020.

PAVÃO, C. G.; ROCHA, R. P. DA; GABRIEL JUNIOR, R. F. Proposta de criação de uma rede de dados abertos da pesquisa brasileira. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 329-343, 19 abr. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651180>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PEREIRA, Paulo Silva. Academia, Geopolítica das Humanidades Digitais e Pensamento Crítico. **Matlit: Revista do Programa de Doutorado em Materialidades da Literatura**, v.3, n.1, p.111-140, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/37788>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PIMENTA, Ricardo M. Os Objetos Técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 2, p. 20-33, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/20>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PIMENTA, R. M. Das iniciativas em humanidades digitais e suas materialidades. **Memória e Informação**, v. 3 n. 1, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120419>. Acesso em: 03 fev. 2020.

PIMENTA, R. M. Por que Humanidades Digitais na Ciência da Informação? Perspectivas progressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52122>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 8, n. 2, June 2014. ISSN 1981-6278. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/629>. Acesso em: 11 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.3395/reciis.v8i2.629>.

PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças; OLIVEIRA, Edson de Sousa. As iniciativas de acesso aberto nas instituições de ensino e pesquisa da região norte. **Informação & Informação**, v. 25, n. 1, p. 40-65, abr. 2020. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/35088>. Acesso em: 20 mai. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n1p>.

PRIANI SAISÓ, Ernesto. et al. Las humanidades digitales en español y portugués: un estudio de caso: DíaHD/ DiaHD. **Anuario Americanista Europeo**, n. 12, p. 5-18, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/16145>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PRIEM, Jason; COSTELLO, Kaitilin L. How and why scholars cite on Twitter. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 47, n. 1, p. 1-4, 2010. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/meet.14504701201>. Acesso em: 08 ago. 2019.

PUSCHMANN, Cornelius. (Micro)Blogging Science? Notes on Potentials and Constraints. In: BARTLING, Sönke; FRIESIKE, Sascha (ed.). **Opening Science: the evolving guide on how the internet is changing research, collaboration and scholarly publishing. The Evolving Guide on How the Internet is Changing Research, Collaboration and Scholarly Publishing**. New York: Springer Open, 2014. p. 89-106. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-00026-8_2. Acesso em: 11 jul. 2019.

RAMSAY, Stephen. On Building. **Web Archive**. 2011a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150219022251/http://stephenramsay.us/text/2011/01/11/on-building/>. Acesso em: 12 set. 2020.

RAMSAY, Stephen. Who's In and Who's Out. **Web Archive**. 2011b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150219022334/http://stephenramsay.us/text/2011/01/08/whos-in-and-whos-out>. Acesso em: 12 set. 2020.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos; SALES, Jean Rodrigues; NASCIMENTO, Alvaro Pereira do; FORTES, Alexandre. EXPLORANDO OS POTENCIAIS DA HISTÓRIA DIGITAL: a experiência do Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - campus de Nova Iguaçu. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 33, n. 69, p. 152-172, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942020000100009>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79928>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RIO RIANDE, Gimena del. Humanidades Digitales. Mito, actualidad y condiciones de posibilidad en España y América Latina. *ArtyHum*, **Revista de Artes y Humanidades**, n. 1, 7-19, 2015. Disponível em: <https://www.academica.org/gimena.delrio.riande/44.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

RIO RIANDE, Gimena del. De todo lo visible y lo invisible o volver a pensar la investigación en humanidades digitales. **Signa: Revista de la Asociación Española de Semiótica**, [S.L.], v. 25, p. 95-108, ene. 2016. ISSN 1133-3634. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/signa/article/view/16943>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIO RIANDE, Gimena del. Juntemo-nos! Humanidades Digitais e cultura do associacionismo. **Liinc em Revista**, v. 15, n. 1, 28 jun. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4736>. Acesso em: 30 mar. 2020.

RODRIGUES, E. *et al.* RepositóriUM: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In: **Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, 8, Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão: actas. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas; 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/422>. Acesso em: 19 set. 2019.

RODRIGUES, E. Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de auto-arquivamento da Universidade do Minho. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 22-32, 2005. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3478>. Acesso em: 19 set. 2019.

RODRIGUES, E. O acesso aberto (na UMinho e no mundo): onde estamos e por onde vamos?. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/631>. Acesso em 19 set. 2019.

SALES, Luana; SAYÃO, Luis Fernando. Uma proposta de taxonomia para dados de pesquisa. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26337>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SALES, Luana; SHINTAKU, Milton. A Ciência Aberta e a necessidade de novos modelos de publicação. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (org.). **Ciência Aberta para Editores Científicos**. São Paulo: Abec, 2019. p. 11-14. Disponível em:

https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf.

Acesso em: 02 jan. 2020.

SALES, L. F.; COSTA, M.; SHINTAKU, M. Ciência aberta, gestão de dados de pesquisa e novas possibilidades para a editoração científica. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F; COSTA, M. (org). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 13-21. Disponível em:

https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdf.

Acesso em: 01 jun. 2020.

SANTOS, A. C. G. Criação da Rede de Repositórios Institucionais em Acesso Aberto na Amazônia: uma experiência que se constrói colaborativamente entre as instituições de ensino e pesquisa da região. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1044-1057, dez. 2017. ISSN 1980-6949. Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/836>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SANTOS, A. C. G.; BRASIL, H. D. S.; GOMES, N. F. Implantação do Repositório Institucional na Universidade Federal Rural da Amazônia: relato de experiência. **BiblioCanto**, v. 3, n. 1, p. 68-89, 12 maio 2017. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120292>. Acesso em: 19 set. 2019.

SANTOS, Paula Xavier dos; ALMEIDA, Bethânia de Araújo; HENNING, Patricia (org.). **Livro Verde - Ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. 240 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24117>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SARMENTO, M.; MIRANDA, A.; BAPTISTA, A.; RAMOS, I. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre. In: **World Congress on Health Information and Libraries**, 2005. Salvador, Bahia, Brasil, 20-23 Set. Anais. 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8512/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 76-92, jun. 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17102>. Acesso em: 15 out. 2019.

SCHWAB, Klaus. Capítulo 1 – A quarta revolução industrial. In: SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. p. 18-24.

SHINTAKU, M. Tecnologias para a gestão da informação. In: VECHIATO, Fernando *et al.* (Org.). **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUTFPR, 2017. 271 p. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2495>. Acesso em: 19 set. 2019.

SHINTAKU, M.; LANNE, Z. C. da S. Dados abertos e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F.; COSTA, M. (org). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 87-96. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

SHINTAKU, M; MEIRELLES, R. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>. Acesso em: 19 set. 2019.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha. Estratégias de preservação digital: um retrato sob a ótica da produção científica. In: SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha (org.). **Preservação digital e suas facetas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 85-110. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39626/3547884/Ebook_Preservac%C2%B8a~o_Digital_e_suas_Facetas_2021.pdf/128192be-71fe-4b9b-b685-28fbee9d928d. Acesso em: 15 set. 2021.

SILVA, Danyelle Mayara *et al.* Comunicação científica sob o espectro da Ciência Aberta: um modelo conceitual contemporâneo. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, nov. 2017. ISSN 1981-6278. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1414>. Acesso em: 8 ago. 2019.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 23 set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100302. Acesso em: 14 jan. 2020.

SILVA, S.; ALVES, F.; BARREIRAS, M. Comunicação científica: visão diacrônica de alguns subsídios teóricos. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 2, n. 1, p. 67-87, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/426>. Acesso em: 9 dez. 2019.

SOUSA, Maria Clara Paixão de. Um breve panorama. **Humanidades Digitais Grupo de Pesquisas: Universidade de São Paulo**. 2011. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/breve-panorama/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SVENSSON, Patrik. Humanities Computing as Digital Humanities. **Digital Humanities Quarterly**, v. 3, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/3/3/000065/000065.html>. Acesso em: 26 abr. 2020.

TACKE, Oliver. Open science 2.0: how research and education can benefit from open innovation and web 2.0. In: Bastiaens, T. J. (Ed.); Baumöl, U. (Ed.); Krämer, B. J. (Ed.). **ON COLLECTIVE INTELLIGENCE**. Berlin: Springer, 2010. p. 37–48. Disponível em: https://www.olivertacke.de/wp-content/uploads/2010/11/Tacke-2010-Open_Science_2.0.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 9 dez. 2019.

THATCAMP. **Manifesto das humanidades digitais**. Paris: ThatCamp [The Humanities and Technology Camp]. 2011. Disponível em: <https://tcp.hypotheses.org/318>. Acesso em: 01 fev. 2019.

TEN years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open. Budapeste, 2012. Disponível em: <http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/boai-10-recommendations>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TONINI, A. M.; SANTANA, P. H. de A.; SCHERRER, T. M. A Ciência Aberta no CNPq: acesso aberto aos dados e resultados de pesquisas. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F.; COSTA, M. (org). Tópicos sobre dados abertos para editores científicos. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 203-214. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

UNESCO. **UNESCO**, [s.d.]. Multistakeholder Consultations on Open Science. Disponível em: <https://en.unesco.org/science-sustainable-future/open-science/consultation>. Acesso em: 12 abr. 2020.

UNESCO mobiliza 122 países para promover ciência aberta e cooperação para enfrentar a COVID-19. **UNESCO**, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-mobiliza-122-paises-promover-ciencia-aberta-e-cooperacao-reforcada-face-covid-19#:~:text=Press%20release-,UNESCO%20mobiliza%20122%20pa%C3%ADses%20para%20promover%20ci%C3%A2ncia%20aberta,refor%C3%A7ada%20face%20%C3%A0%20COVID%2D19&text=Em%2030%20de%20mar%C3%A7o%2C%20a,ci%C3%A2ncia%20em%20todo%20o%20mundo>. Acesso em: 12 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Multidisciplinar. **Regimento interno do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais**. Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: https://www.dcc.ufrj.br/ppgihd/wp-content/uploads/2019/04/regimento_interno.pdf. Acesso em 03 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo Institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2021, 72p. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/ccs/files/2021/04/catalogo_2021_v2.2021.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

VEIGA, Viviane Santos de Oliveira *et al.* Avaliação da usabilidade em repositórios institucionais: revisão de literatura. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 8, n. 4, dec. 2014. ISSN 1981-6278. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/439>. Acesso em: 19 set. 2019.

VIDOTTI, S. A. B. G; BASTOS, F. M; ARAKAKI, F. A. Repositório institucional UNESP: inovação no processo de criação. VECHIATO, Fernando *et al.* (Org.). **Repositórios digitais**:

teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017. 271 p. Disponível em:
<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2495>. Acesso em: 19 set. 2019.

WARE, M. **Pathfinder Research on Web-based Repositories.** London: Publisher and Library/ Learning Solutions, n. 3, 2004. Disponível em:
<http://www.markwareconsulting.com/wordpress/wp-content/uploads/2008/12/pals-report-on-institutional-repositories.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

WEITZEL, Simone da Rocha. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 105-123, jan. 2019. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105>. Acesso em 19 set. 2019.

WILKINSON, M. D. *et al.* The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, volume 3, 160018, 2016. Disponível em:
<https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em: 20 set. 2021.

APÊNDICE A – Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos da UFRRJ. Tem por objetivo coletar as informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome:

E-mail:

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ?

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade?

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório?

Sim Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ?

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta orientação suporte uso ferramenta	de e no da	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes
Fator 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fator 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fator 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fator 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse ou	Desconhecimento repositório institucional e do tema da Ciência Aberta	sobre a função do do	Outros
Fator 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fator 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fator 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fator 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional?

Sim Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Obrigado pela participação!

APÊNDICE B – Respostas do questionário

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

A universidade está mais organizada.

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Melhora a disseminação da informação no ambiente acadêmico.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Material iconográfico

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[Redacted]

E-mail *

[Redacted]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

Avanços organizacionais internos.

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Com a possibilidade de consultas mais rápidas e precisas.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Os documentos institucionais.

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

A criação de uma política institucional; reconhecimento dos diversos acervos existentes na Instituição; preocupação com a preservação e tratamento dos diversos acervos; maior divulgação das atividades das unidades envolvidas; melhor integração entre as unidades principalmente com a preocupação relativa a preservação dos respectivos acervos

21/07/2021

Questionário

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Uma ferramenta para atender de maneira eficaz às demandas de acesso e disseminação da informação gerada pela instituição.

Irá oferecer: visibilidade da instituição, interoperabilidade de dados, visibilidade da instituição, interoperabilidade de dados, controle e armazenamento da produção científica institucional, preservação da informação, acesso livre, intercâmbio de informação entre as instituições universitárias e de pesquisa, como também, proporcionar melhoria na qualidade dos trabalhos científicos e minimização dos custos de publicação.

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Documentos históricos sobre a história da UFRRJ; Artigos de docentes e discentes em seminários e outros eventos; Itens dos "museus";

21/07/2021

Questionário

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

21/07/2021

Questionário

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Que seja uma iniciativa que tenha começo e se torne perpétua em nossa Instituição

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

E-mail *

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

Não percebi avanços

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

O acesso a uma base de dados contendo toda a produção científica da UFRRJ de forma organizada, contribuiria para uma celeridade na análise das fontes, facilitando a produção do conhecimento.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Documentação histórica

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

A falta de conhecimento sobre a função de um repositório, além de a instituição não possuir infraestrutura adequadas, seja pela falta de recursos tecnológicos e humanos tornam a implantação de um RDs um desafio a ser superado.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

O primeiro avanço é a constituição do próprio Conselho como uma cultura de atenção ao acervo, que se fazia necessária; e depois, todo o processo de catalogação deste acervo considerando os vários campi.

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Entendo que seja além da implantação a atenção ao o desenvolvimento de acessibilidades e divulgação mais eficientes, que a própria experiência pode ir apontando como necessários.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Temos o LabDoc e seu acervo que devem estar linkados ao acervo geral, o Centro de Memória e o projeto Museu casa do Reitor, e ter abertura para outros acervos que podemos constituir na universidade como um acervo artístico e documental.

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Que se faça linkado a outras universidades e instituições culturais de forma a maior divulgação do acervo e visibilidade da própria universidade.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

A constituição do grupo de trabalho foi um grande avanço porque possibilitou, pela primeira vez, um diálogo sistemático entre os vários setores vinculados aos diversos acervos da UFRRJ. A formulação da política de acervos e sua aprovação pelo CONSU foram avanços importantes. O mesmo pode ser dito da aprovação do projeto "Implantação do Sistema Integrado de Centros de Documentação Histórica da UFRRJ" pela FINEP, cuja formulação se beneficiou muito dos debates do grupo e cujos recursos estão viabilizando a atualização e fusão dos repositórios institucionais da UFRRJ. A pandemia, por outro lado, criou limitações, particularmente em relação à divulgação da política de acervos e do potencial dos repositórios no interior da comunidade acadêmica.

21/07/2021

Questionário

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

O repositório é um instrumento fundamental em várias dimensões. Em primeiro lugar pela democratização do acesso à produção intelectual e aos acervos históricos relevantes gerados e mantidos pela UFRRJ. Em segundo lugar pelo aumento da visibilidade trazida à instituição. Em terceiro lugar porque a digitalização e a disponibilização online abrem possibilidades de processamento dos documentos e dos respectivos metadados por meio de aplicações tecnológicas complementares (gerenciadores de referências bibliográficas, plataformas de desenvolvimento de exposições virtuais, softwares de análise qualitativa, etc.). Esse último item abre a perspectiva de expansão dos horizontes no que diz respeito ao conhecimento que pode ser extraído tanto dos itens individuais quanto do conjunto e dos subconjuntos do acervo.

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Bases de dados; Relatórios técnicos; Recursos pedagógicos.

21/07/2021

Questionário

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

21/07/2021

Questionário

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

A resposta à questão anterior foi positiva porque, embora apenas uma minoria da comunidade tenha consciência do papel do repositório, creio que ela agora está organizada e possui recursos para dar os passos necessários à sua consolidação. Com isso, creio que uma combinação de divulgação, capacitação e efeito demonstração possibilitará que os obstáculos sejam superados.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

O grupo é formado por profissionais competentes que estão empenhados na gestão e preservação. Reuniões estão sendo feitas, na medida do possível, devido a pandemia. Mas acredito que quando ela atenuar, os avanços serão mais notórios.

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Concentrar a produção científica da UFRRJ em um Repositório Institucional, trará muitos benefícios para a comunidade acadêmica. O acesso as informações e a indexação das mesmas será facilitada poupando o tempo do pesquisador.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

Material de multimídia: podcast, entrevistas audiovisuais etc.

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de Interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Tenho fé que vi dá certo! Mesmo que demore um pouco mais do que o esperado.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

Pode-se perceber que muitas ações foram iniciadas e que uma visibilidade maior está sendo dada, ou pelo menos notada no que diz respeito a importância dos acervos sob a custódia da Universidade.

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Acredito que contribui em uma percepção maior para a valorização da pesquisa, na troca de informações, e na preservação da memória através dos estudos científicos.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

21/07/2021

Questionário

Questionário

O questionário é destinado a todos os integrantes do grupo de trabalho que teve por objetivo elaborar a Política Integrada de Gestão de Acervos na UFRRJ. Tem por objetivo coletar informações com o intuito de contribuir com o trabalho de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da UFRRJ (PPGIHD/ UFRRJ).

Informamos que os dados pessoais coletados terão acesso restrito ao pesquisador não sendo expostos no resultado final da pesquisa.

Nome *

[REDACTED]

E-mail *

[REDACTED]

1) Após participação no grupo de trabalho e encaminhamento da política para o Conselho Universitário, quais os avanços percebidos no que diz respeito à gestão e preservação dos acervos e da produção acadêmica da UFRRJ? *

O trabalho em si e a conscientização sobre a importância da gestão e preservação tomam-se mais internalizados pelos atores.

2) Em sua opinião, de que forma a implantação de um repositório institucional na UFRRJ pode contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na universidade? *

Pode contribuir para pesquisas com mais credibilidade e proveniência. Além de facilitar o trabalho do pesquisador.

21/07/2021

Questionário

3) Além dos resultados finais dos projetos de pesquisa, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses e dissertações, existe algum outro tipo de material que gostaria que fosse contemplado no repositório? *

Sim

Não

4) Se a resposta anterior for "Sim", qual (is)?

5) Em sua opinião, quais os quatro principais fatores que podem se configurar como empecilhos a serem superados para adesão e uso do repositório de forma massiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ? *

	Infraestrutura tecnológica não adequada	Falta de orientação e suporte no uso da ferramenta	Cultura organizacional da universidade	Aspectos legais envolvendo direitos autorais	Recursos financeiros limitados ou insuficientes	Recursos humanos limitados ou insuficientes	Falta de interesse
Fator 1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fator 3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Fator 4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

21/07/2021

Questionário

6) Caso tenha marcado a opção "Outros" na pergunta anterior, favor especificar qual seria o fator não elencado.

7) Considera o ambiente da universidade favorável à implantação de uma política que obrigue o depósito de materiais no repositório institucional? *

Sim

Não

8) Espaço livre caso queira acrescentar algum comentário, consideração ou preocupação relacionada a implantação e uso de um repositório institucional.

Quanto mais FAIR e com proveniência, melhor!

Obrigado pela participação!

Este formulário foi criado em Universidade Federal Fluminense.

Google Formulários

ANEXO A – Portaria nº 4, de 29 de abril de 2019**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação****Portaria nº 004 de 29 de Abril de 2019**

O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Geral da UFRRJ, e com base na competência delegada pela PORTARIA nº401 de 27 de março de 2017, do Magnífico Reitor, publicada no D.O.U. de 28/03/2017.

RE SOLV E

I - designar os servidores docentes ALEXANDRE FORTES - SIAPE 1308466; ROBERTO DE SOUZA RODRIGUES - SIAPE 2452375; ANTONIO JOSÉ DA SILVEIRA - SIAPE 1210854, os Servidores Técnico-Administrativos VALDINEIDE DOS SANTOS DO AMARAL – SIAPE 1058763; ALESSANDRA CASTRO FIORINI BESSA - SIAPE 1763575; JOSY SOARES DA SILVA MENDES DE MORAES DE SOUZA - SIAPE 1906197; DANIELE COSTA DA SILVA – SIAPE 1810410; ROSANA PORTUGAL TAVARES DE MORAES – SIAPE 1650118; ELIANE MARICÁ SOARES – SIAPE 1671964; THIERRÉ XAVIER DE OLIVEIRA – SIAPE 1595052; LETICIA SCHETTINI – SIAPE 1028388; THALLES YVSON ALVES DE SOUZA – SIAPE 2275834; CLÁUDIO ANTÔNIO SANTOS LIMA CARLOS – SIAPE 1520543; e os representantes discentes e de programas de Residência da UFRRJ CLAYTON CRYSTIAN LIMA DE OLIVEIRA – CPF 51480310263; JÉSSICA CRISTINA GOMES LACERDA – CPF 11010861654; ALINE CRISTINA DE MELO LACERDA – CPF 164.473.667-56; PRISCILA MARCONDES DA SILVA - CPF 13388381777 para, sob a presidência do primeiro constituírem A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE ACERVOS GERAIS DA UFRRJ.

II - a atribuição desta comissão compreende a elaboração da política geral de acervos da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro a ser apreciada pelos conselhos superiores.

III - esta portaria tem validade de noventa dias.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Fortes', written in a cursive style.

Alexandre Fortes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

ANEXO B – Proposta de Política de Gestão Integrada de Acervos da UFRRJ

Política de Gestão Integrada de Acervos da UFRRJ

1 Introdução

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem suas raízes na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), criada em 20 de outubro de 1910 pelo Decreto 8.319. Assinado por Nilo Peçanha, então presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, ministro da Agricultura, o documento estabeleceu as bases do ensino agropecuário no Brasil.

A ESAMV inicialmente instalada em 1911, no palácio do Duque de Saxe, bairro do Maracanã - Rio de Janeiro, passou por algumas mudanças de endereço, tais como: Deodoro, Niterói e Praia Vermelha.

Em fevereiro de 1934, o Decreto 23.857 dividiu a ESAMV em três instituições: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química.

Em março de 1934, a ENA e a ENV tiveram regulamento comum aprovado e se tornaram estabelecimentos-padrão para o ensino agrônômico do país. Dois anos depois, mais uma divisão: a Portaria Ministerial de 14 de novembro de 1936 tornou as escolas independentes, com a aprovação de seus próprios regimentos.

Em 1938, o Decreto-Lei 982 alterou novamente o quadro institucional: enquanto a ENA passou a integrar o recém-criado Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), a ENV subordinou-se diretamente ao ministro do Estado.

Nasce a Universidade Rural – O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) foi reorganizado em 1943 pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro. Nascia a Universidade Rural, que reunia a ENA e a ENV; cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão; e serviços Escolar e de Desportos. Um ano depois, o novo regimento do CNEPA unificou os novos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além de criar o Conselho Universitário (CONSU).

A Universidade, além de consolidar cursos e serviços, tomava as providências para, em 1948, transferir o seu campus para as margens da antiga Rodovia Rio-São Paulo (hoje BR-465), atual sede. Em 1963, a Universidade Rural passou a se chamar Universidade Federal Rural do Brasil.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atual denominação, veio com a Lei 4.759, de 1965. A UFRRJ, desde 1968 uma autarquia (entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública), passou a atuar com uma estrutura mais flexível para acompanhar a reforma universitária que se implantava no país. Com a aprovação de seu estatuto, em 1970, a Universidade ampliou as áreas de ensino, pesquisa e extensão. Em 1972, iniciou o sistema de cursos em regime de créditos.

Além da sede em Seropédica, a UFRRJ é composta por mais três campi: Nova Iguaçu, Três Rios e Campos de Goytacazes/RJ, este tendo sido incorporado em 1991 da Estação Experimental do Planalsucar, extinto programa do governo federal para desenvolvimento de pesquisas na área sucro-alcooleira.

2 Perfil institucional

A UFRRJ é uma instituição pública, gratuita, centenária, multicampi e multidisciplinar, com atuação nos segmentos do ensino superior, médio, técnico e tecnológico, destinada ao desenvolvimento de atividades de formação do ser humano para a prática intelectual e profissional.

Ao longo dos anos, a universidade tornou-se uma das referências nacionais na área de ciências agrárias, área que deu origem à instituição, mas a partir dos anos de 1970, passou a ofertar cursos nas diversas áreas do conhecimento, proporcionando à sociedade o acesso ao conhecimento, dentro de um ambiente democrático, conforme previstos na Constituição Federal de 1988. (PDI, 2018).

2.1 Missão

Gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na valorização da paz e da qualidade de vida.

2.2 Visão

Ser uma instituição pública de ensino superior, básico, técnico e tecnológico de excelência acadêmica e administrativa, consolidando a formação do ser humano para a atividade profissional e reflexão crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) considera a identidade institucional, a filosofia de trabalho, a missão, os princípios, a visão de futuro, a situação atual e as diretrizes futuras. Inclui também, instrumentos de monitoramento e controle, definindo assim, as bases para uma efetiva governança do bem público.

Entre os objetivos estratégicos para a gestão contemplados pelo PDI 2018-2022 estão as instituições das políticas de melhoria da comunicação institucional e de Governança Institucional, a definição de uma política institucional de segurança pessoal e patrimonial e implementação da Política de Segurança da Informação, visando o compartilhamento das informações comuns a diferentes setores. Assim, a proposta de uma política de gestão de acervos surge em complementação às diretrizes estabelecidas no referido Plano de Desenvolvimento Institucional.

3 Definições

Para fins desta política, considera-se:

3.1 Acervo: Conjunto de documentos de uma instituição, indivíduo ou de uma nação, armazenados segundo uma lógica de organização e tipologia, conservados para o atendimento das finalidades de: informação, pesquisa, educação e recreação. Coleção de obras ou bens: fazem parte de um patrimônio, seja de propriedade privada ou pública. Esse patrimônio pode ser de âmbito artístico, bibliográfico, científico, documental, genético, iconográfico, histórico etc.

3.2 Conservação: Conjunto de medidas permanentes para impedir que se deteriorem com o tempo objetos de um acervo. Preservação contra danos, perda ou desperdício.

3.3 Conservação Preventiva: todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Se realizam sobre o contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente, um grupo de bens, sem ter em conta sua idade ou condição. Estas medidas e ações são indiretas — não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

3.4 Conservação Curativa: todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos prejudiciais presentes ou reforçar sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade notável ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.

3.5 Gestão: É o que leva a organizar, dispor, dirigir e dar uma ordem para que se consiga um determinado objetivo. É uma tarefa que requer esforço, alguns recursos, consciência e boa vontade para que se possa terminar esta tarefa. Utiliza-se a gestão para orientar a resolver um problema específico, a concretizar um projeto. A gestão também é usada para referir-se a direção e administração que se realiza em uma organização, empresa ou negócio.

3.6 Gestão integrada: Integração de diversos sistemas de gestão com o objetivo de implementar suas políticas e atingir seus objetivos de forma mais eficaz.

3.7 Política: Tudo o que se relaciona à busca de ações para o bem-estar tanto individual como coletivo. Conhecimento como meio para a ação. Num significado mais abrangente, o termo pode ser utilizado como um **conjunto de regras ou normas** de uma determinada instituição ou a forma de relacionamento entre diversas pessoas para atingir um objetivo em comum.

3.8 Preservação: Conjunto de medidas e ações cujo objetivo é garantir a integridade e a perenidade de algo para as gerações presentes e futuras. Inclui ações de identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração.

3.9 Restauração: Conjunto de atividades que visam restabelecer danos decorrente do tempo e de manuseio sobre um bem, respeitando suas características originais com menor intervenção possível para possibilitar a apreciação, uso e fruição. Consiste em ações aplicadas de maneira direta em um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem tenha perdido uma parte de seu significado ou função através de uma alteração ou de uma deterioração passadas. Se baseia no respeito ao material original. Na maioria dos casos estas ações modificam o aspecto do bem (ICOM-CC, 2008).

4 Disposições gerais

Esta política pretende determinar diretrizes e princípios objetivando a gestão, preservação e o acesso aos acervos constituídos e sob guarda da UFRRJ. Bem como estabelecer responsabilidades, competências e divulgar atividades desenvolvidas por cada gestor dos acervos. Aplica-se aos acervos arquivísticos e informacionais, às coleções científicas e documentos sob guarda da UFRRJ.

- a) Os processos de gestão dos acervos devem ocorrer de modo articulado.
- b) Elaborar planos de conservação preventiva para cada um dos acervos, incluindo os acervos móveis e coleções neles abrigados. Esses planos também deverão ser elaborados para outras edificações que abriguem acervos culturais e científicos.
- c) As ações de conservação curativa e de restauração devem ser adotadas apenas quando as ações preventivas não conseguirem evitar os danos causados pelos processos de deterioração.
- d) As alterações realizadas devem ser identificáveis e, sempre que possível, reversíveis.
- e) Seguir, sempre que possível, o princípio da mínima intervenção nas ações de preservação, respeitando as características artísticas, históricas, científicas e técnicas do objeto.
- f) Fomentar a pesquisa de técnicas e metodologias de preservação e a formação e qualificação do quadro profissional para a melhoria na preservação de acervos e otimização do uso de recursos.
- g) Monitorar e documentar as ações de preservação para avaliar a efetividade, eficiência e eficácia das soluções adotadas e fornecer subsídios para o planejamento das ações futuras bem como para a comunicação, divulgação, pesquisa e educação.
- h) Estimular ações que ampliem o acesso aos acervos por sistemas digitais de informação, orientadas com o que prevê essa política quanto à Preservação e Acesso Digital, como estratégia de preservação dos acervos e de incremento ao acesso à informação e ao acesso aberto.
- i) Assegurar a recuperação integrada de informações dos diferentes acervos em sistemas de gerenciamento de informação.
- j) Definir uma agenda de pesquisa prioritária na área de preservação de acervos científicos e culturais vinculada ao ensino de pós-graduação, e estabelecer mecanismos para estimular a produção técnico-científica na área.
- k) Desenvolver e implementar programas matriciais de educação patrimonial como estratégia de sustentabilidade da preservação e de articulação dos acervos.
- l) Formar recursos humanos internos das unidades responsáveis pelos acervos por meio de ações de ensino, educação, capacitação e valorização.
- m) Adotar a cooperação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, em especial aquelas responsáveis por acervos científicos e culturais, como estratégia para facilitar o compartilhamento de informações, métodos e técnicas, a formação de recursos humanos, o intercâmbio e empréstimo de acervos e o desenvolvimento das ações de preservação e de gestão dos acervos.
- n) Estimular a cooperação entre as unidades da UFRRJ e desenvolver ações integradas de gestão e de preservação dos acervos para o melhor aproveitamento dos recursos e das competências institucionais.
- o) Mapear as diversas coleções que estão sob a custódia da UFRRJ.
- p) Implementar ações que garantam a salvaguarda, a segurança e a preservação dos acervos bibliográficos resultantes de inventário.

q) Realizar inventários, implementando ações que garantam a salvaguarda, a segurança e a preservação de artefatos de valor cultural, histórico e artístico.

r) Desenvolver e estimular ações de memórias institucionais nas unidades de forma a identificar e valorizar a diversidade territorial, sociocultural, científica e histórica da UFRJ como componente estratégico.

s) Ações de memória institucional devem ser constituintes de uma política de memória na instituição.

t) Estabelecer critérios e orientações técnicas para a alienação de equipamentos e aparelhos científicos a fim de identificar itens que possam ser indicados para a incorporação aos acervos.

u) Adequar as edificações e infraestruturas que atualmente abrigam acervos culturais e científicos conforme as orientações de Preservação e Acesso Físico dessa política,

v) As edificações a serem construídas e as instalações a serem adquiridas e instaladas devem já estar em conformidade com essa política.

w) Prever recursos nos planos de desenvolvimento e orçamentário de longo prazo da instituição para a implementação das diretrizes dessa política.

5 Princípios

Esta política visa atuar em conformidade com os preceitos assumidos pela Instituição, que são: excelência acadêmica nas ciências, tecnologia, artes e humanidades; ênfase à questão socioambiental na formação profissional e cidadã; respeito à diversidade cultural, intelectual, artística, institucional, política e religiosa; respeito às pessoas e às diferenças individuais; compromisso com a valorização e com a promoção do desenvolvimento de relações humanas solidárias; compromisso com a democracia política com justiça social; compromisso com a melhoria das condições democráticas de acesso e permanência nos seus diversos cursos; compromisso com a formação de profissionais-cidadãos qualificados, críticos e socialmente engajados; gestão democrática, transparente, participativa e descentralizada.

6 Responsabilidades

Será constituída uma Comissão Permanente de Gestão de Acervos (CPGA) da UFRJ e será composta por membros da Administração Superior e técnicos especialistas da UFRJ de diferentes áreas.

A Comissão Permanente de Gestão de Acervos (CPGA) da UFRJ será constituída por:

1. Um representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
2. Um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
3. Um representante da Pró-Reitoria de Extensão;
4. Direção da Biblioteca Central;
5. Coordenação da Seção Arquivo e Protocolo Geral;
6. Coordenação do Laboratório de Conservação e Digitalização;
7. Coordenação do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) do Instituto Multidisciplinar.
8. Um representante da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/UFRJ (COTIC)
9. Um representante do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS).

A CPGA contará com o apoio de um Comitê Consultivo, integrado pelos seus membros mais um representante de cada Instituto da UFRRJ, que reunirá em caráter ordinário anualmente e em caráter extraordinário quando necessário, a fim de realizar o planejamento e avaliação de ações prioritárias.

A CPGA poderá constituir Grupos de Trabalho com especialistas externos de áreas correlatas para auxiliar nas ações a serem desenvolvidas de acordo com as necessidades apresentadas nos diversos acervos da UFRRJ.

7 Financiamento

Sendo aprovada essa proposta de Política Integrada de Gestão de Acervos, será definida as fontes de recursos para financiamento, execução e manutenção. As verbas podem ter origem diversificada.

Ao longo dos anos a Instituição constituiu acervos isolados, muitos sem tratamento adequado. Alguns, por conta de sua tipologia, receberam tratamento técnico para a divulgação e recuperação da informação como fonte geradora do conhecimento, mas sem a devida preocupação com preservação e conservação recomendados.

Atualmente, frente à necessidade de maior integração da Instituição, e às demandas cada vez maiores de comunicação, de divulgação científica, e de busca integrada de informações esse modelo coloca-se como alvo de avaliação e de procura por soluções estratégicas e integradoras capazes de dar o justo destaque a tão relevantes acervos e respostas aos desafios estruturais e conjunturais a serem enfrentados. (FIOCRUZ/COC, 2018)

Frente à essa realidade, em novembro de 2018, o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), lançou a ideia de integração dos acervos existentes na UFRRJ com o intuito de divulgar, preservar e integrar o patrimônio científico gerado na UFRRJ, através de ferramentas digitais. Essa iniciativa ganhou corpo e adesão de setores da Instituição que hoje estão empenhados em desenvolver uma política institucional de gestão que englobe além de seus acervos científicos também acervos históricos e culturais. Participam dessa iniciativa: Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), Arquivo, Biblioteca, Centro de Memória, Laboratório de Conservação e Digitalização.

Gestão integrada, nada mais é, que a integração de diversos sistemas de gestão com o objetivo de implementar suas políticas e atingir seus objetivos de forma mais eficaz, melhorando seus processos internos e ainda minimizar os riscos. E os benefícios vão muito além, entre eles é possível destacar: melhoria da qualidade dos produtos e serviços; economia de tempo e custos; fortalecimento da imagem da instituição; satisfação dos clientes, funcionários, fornecedores e investidores; prevenção de falhas, etc.

Uma adequada gestão integrada dos processos também traz benfeitorias nas esferas social e ambiental da Instituição. Além disso, pode certificar pela qualidade de suas ações. O profissional ou instituição responsável pela gestão integrada deve liderar uma equipe de outros gestores de cada área e acompanhar todos esses trabalhos.

A construção da Política de Gestão Integrada de Acervos da UFRRJ tem como princípio a salvaguarda de seus acervos, ao assumir um papel ativo e inovador na preservação e

valorização de seu patrimônio cultural e científico, e afirmar o posicionamento político de reconhecimento de seu patrimônio e de sua memória como ativos estratégicos.

A Política de Gestão Integrada de Acervos da UFRRJ assume o conceito amplo de patrimônio cultural, tal como definido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 9 216, em especial o Inciso III, o qual inclui as criações científicas, artísticas e tecnológicas; o Inciso IV, o qual inclui as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e por último o Inciso V, que se refere aos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Importante ressaltar que para cada tipo de acervo existem legislações que regem os procedimentos, responsabilidades e regras específicas.

Como as tipologias de acervos são diferentes e agrupadas de acordo com suas características, esta política propõe uma gestão integrada, com diretrizes, programas e planos para médio e longo prazo, definição de responsabilidades, atualização e constante avaliação.

Cada acervo, de acordo com sua tipologia e formação histórica, compõe uma gestão própria de conceitos, técnicas e preservação. O desafio dessa política é criar um conceito único na UFRRJ que sirva de referencial de normas e práticas para todos os campi, indistintamente, provocando a unicidade de ações institucionais de acordo com os acervos existentes.

O escopo dessa política é composto por três partes. A primeira contém definições, objetivos, princípios, diretrizes gerais, responsabilidades, financiamento. A segunda parte contém os tipos de acervos e coleções, com suas diretrizes e responsabilidades específicas. A terceira parte é composta por tópicos referente à preservação e ao acesso físico; à preservação e ao acesso digital; e por último são apresentados as políticas e os programas específicos existentes.

Cabe ressaltar que esta política segue as orientações de políticas e documentos institucionais existentes ou em desenvolvimento nos campos da informação, da divulgação e popularização da ciência, da memória institucional, e de outras áreas, e em especial com as políticas já instituídas de Comunicação e de Acesso Aberto ao Conhecimento. Assim, visando constante atualização, a política será revisada sempre que necessário, podendo haver correções, inserções e supressões de diretrizes, com prévio encaminhamento para apreciação e aprovação do conselho.

8 Acervos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

8.1 Acervo de arquitetura

8.1.1 Descrição

O acervo de arquitetura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é formado por plantas arquitetônicas e pelos edifícios históricos e artísticos que compõem o campus de Seropédica. Em função da sua importância cultural, o conjunto arquitetônico-paisagístico da UFRRJ foi protegido provisoriamente, em 1998, pelo Instituto do Tombamento Estadual (INEPAC), para, em 2001, ser definitivamente protegido. Os projetos dos edifícios do então CNEPA tiveram suas plantas arquitetônicas aprovadas em 18 de outubro de 1938, portanto em pleno Estado Novo. A Comissão de Construção do campus foi criada pelo Decreto-Lei n.

3.480 de 29 de julho de 1941, e teve sua formação alterada em 1944, pelo Decreto-Lei n. 6.485, de 10 de maio.

Segundo a pesquisadora Maria de Lourdes Rumbelapager, “o plano para construir aquela que seria a primeira cidade universitária brasileira fora da concentração urbana das grandes cidades” (2005, p.94), tomou forma em 1938. A iniciativa teria partido do então Ministro da Agricultura, Fernando de Sousa Costa, que, através de uma exposição de motivos, solicitou, em agosto de 1938, autorização do Presidente Getúlio Vargas para iniciar a construção de um novo campus para o CNEPA, nas terras do que era então a Fazenda Nacional de Santa Cruz. O projeto dos edifícios teria sido aprovado pelo Presidente Vargas ainda em outubro de 1938 e a construção do campus se iniciou no ano seguinte.

A construção do novo campus foi um desafio para a Comissão de Obras do CNEPA. Numa época em que a pobreza, a distância e a malária prevaleciam na região, sua missão era organizar e montar uma estrutura capaz de atender aos trabalhadores e fornecedores que por ali passavam ou moravam.

Então, em lugar considerado inabitável, triste, úmido, onde a pobreza e a miséria eram concorrentes, surgiu uma nova expectativa para essa população carente, fatores decisivos na educação da população mais simples e modesta, transformando a fisionomia da população, libertos da malária deprimente. Surge, então, uma nova baixada fluminense (RUMBELAPAGER, 2005, p.34).

A construção do campus foi iniciada no ano de 1939, tendo sido determinado pelo governo que as terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, às margens do km 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo, em Seropédica, então distrito de Itaguaí, seriam o local para a construção da UFRRJ. De acordo com o Relatório do Ministério da Agricultura de 1939, a área ocupava cerca de 5.000 hectares, o que significa que a “obra seria monumental e que poderia ser considerada, sem dúvida, uma das maiores realizações do gênero, no mundo” (Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1939, p.09.).

O conjunto arquitetônico-paisagístico da atual UFRRJ foi inaugurado em 1947 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, sob administração do Reitor Professor Arthur Torres Filho, do diretor geral do CNEPA, Sr. Waldemar Raythe, e do Ministro da Agricultura Daniel de Carvalho. Também estiveram presentes o Ministro da Educação, Clemente Mariani, além do governador do estado do Rio de Janeiro, o coronel Edmundo de Macedo Soares; o Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, Sr. Clarence Brooks, representando o embaixador E. Pawley, convidado especial, além de outras autoridades, parlamentares e jornalistas. Na ocasião, foram inaugurados 10 dos 24 prédios que compõem o campus da UFRRJ em Seropédica.

Os edifícios possuem escala monumental, expressa tanto em seus principais pavilhões em estilo neocolonial como no projeto do “parque paisagístico” – de autoria de Reynaldo Dierberger –, que impõe ao lugar um tratamento orgânico, caracterizado pela presença de lagos artificiais, “massas arbóreas compostas por espécies nativas, [...] taludes e canteiros gramados”^{8/9}.

⁸ <http://portal.ufrj.br/institucional/historia/>

A elaboração dos projetos dos pavilhões da UFRRJ, hoje tombados, ficou a cargo da empresa paulista Mário Whately e Cia., sendo coordenada por Ângelo Murgel (1907-1978).

Em 1941, várias edificações já estavam concluídas. No entanto, o campus, como um todo, teve suas obras encerradas em 1948. Em 2010, a instituição completou 100 anos de existência (Decreto 8.319/1910), dos quais a maior parte passados no campus Seropédica. Suas características contribuíram para a construção de uma paisagem sublime que se destaca no árido e insalubre contexto da cidade de Seropédica, na região metropolitana do Rio de Janeiro, estabelecendo, juntamente com as atividades nele desenvolvidas, uma referência aos moradores do município e alunos da Universidade.

Os documentos de arquitetura não são formados apenas por Plantas arquitetônicas, incluem croquis, fotos, cartas, trabalhos tridimensionais e diários. As plantas arquitetônicas - representações de desenhos, cortes e planos - são parte dessa documentação. Viana cita Albernaz ao explicar as fases do projeto de arquitetura:

O projeto arquitetônico é composto de desenhos, de textos que complementam a representação gráfica da obra e de sua maquete. Além disso, possui três etapas: o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução. O estudo preliminar é a etapa que consiste numa configuração inicial da construção proposta, contendo, em geral, desenhos de plantas de situação, plantas baixas, cortes e fachadas, acompanhados de um memorial descritivo. O memorial descritivo é um documento textual que complementa a representação gráfica do projeto arquitetônico e tem como finalidade justificar critérios adotados e elucidar aspectos estruturais, construtivos e de funcionamento da solução proposta. O anteprojeto é a etapa intermediária do projeto arquitetônico que consiste em uma configuração definitiva da construção proposta. O projeto de execução é a etapa final do projeto arquitetônico, que consiste no desenvolvimento do anteprojeto aprovado pelas autoridades municipais, contendo todas as informações arquitetônicas necessárias à construção do edifício, contendo planta de situação, planta de locação, plantas baixas, cortes, fachadas e detalhes. (apud ALBERNAZ; LIMA, 2000, p. 27).

Cada terminologia refere-se a um tipo de projeto de arquitetura, mas normalmente são generalizadas como plantas arquitetônicas. De acordo com o Conselho Internacional de Arquivos (*INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES*):

[...] todos os documentos gráficos produzidos por arquitetos são geralmente chamados de plantas. Estritamente falando, este termo designa uma representação de uma edificação inteira ou uma parte da estrutura no nível horizontal dado. Ela é, na verdade, uma seção horizontal, normalmente feita a um metro do nível do chão, mostrando janelas e portas abertas. Frequentemente, uma planta é preparada para cada nível (subsolo, térreo, sótão e outros pavimentos). Para edifícios com muitos pavimentos, plantas de pavimento-tipo podem ser criadas. Essas plantas são usadas, com algumas

³ Segundo F. Costa (1940, p. 72), o plano do campus da UFRRJ foi “(...) organizado segundo as exigências da técnica moderna, compreendia numerosos edifícios dispostos em zonas distintas, ligadas por um grande parque paisagístico.”

pequenas diferenças, para todos os níveis, entre o mais baixo e mais alto pavimento do edifício [...] (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p. 30).

Os arquivos de projetos de arquitetura podem ser divididos em seções, cada uma refletindo uma fase do projeto a documentar um aspecto particular do trabalho do arquiteto. Para estudar ou classificar e inventariar registros arquitetônicos, é necessário, portanto, entender as várias fases do trabalho do arquiteto e os métodos e técnicas de representação gráfica. As plantas são confeccionadas para orientar engenheiros, arquitetos e demais construtores no processo construtivo. Depois que elas são colocadas em um arquivo, tornam-se um documento histórico ou artístico. Carlos (2016) diz que

No caso do projeto arquitetônico, há uma nítida revelação de uma intenção futura, ou seja, o projeto permite a visualização prévia e em escala reduzida, do edifício que se pretende construir. A análise dos projetos originais de uma edificação nos fornece uma concreta possibilidade de perceber o que se pretendeu no passado e, por comparação, identificar o que realmente foi realizado, executado e de que forma foi apropriado no presente. (CARLOS, 2016, p. 02).

A função da planta não é perdida desde o momento que ela pode servir para uma reforma da própria construção. Ela é destinada a um local de guarda especialmente porque não perde esta função. Mesmo que se faça atualizações, às vezes a planta antiga continua sendo necessária; o que não é o caso de demolições, que pode fazer com que os documentos de arquitetura ganhem outra função.

8.1.2 Diretrizes

1. A salvaguarda do acervo de plantas arquitetônicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro será do Arquivo;
2. A preservação dos Edifícios protegidos pelo tombamento Estadual terá como conselho e fiscalização permanente comissão composta por equipe técnica de órgãos e departamentos da Universidade;
3. As plantas arquitetônicas precisam ser identificadas, descritas, catalogadas e acondicionadas de forma correta;
4. O inventário das plantas arquitetônicas deve estar atualizado e disponível para consulta;
5. As ações de preservação relacionadas à conservação e restauração do acervo devem ser submetidos ao regimento interno do Laboratório de Conservação e Digitalização;

8.1.3 Responsabilidades

A responsabilidade do acervo de arquitetura da Universidade Rural é do Laboratório de Conservação e Digitalização – Laboratório de Conservação de Documentos desde 2013. Anteriormente a isso, as plantas estavam sob guarda da Prefeitura Universitária.

8.2 Acervo Arquivístico

8.2.1 Descrição

As unidades da UFRRJ são responsáveis pela criação, gerenciamento e preservação dos seus documentos arquivísticos em meio físico e digital, pelo tempo determinado pelos Códigos de Classificação das atividades meio e fim, e/ou Tabelas de Temporalidades de Documentos da atividade meio e fim, sob orientação da Seção de Arquivo e Protocolo Geral (SAPG). A referida seção encontra-se vinculada a Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional.

A determinação dos prazos de guarda e destinação de documentos (eliminação ou guarda permanente) considerando o cumprimento dos valores imediatos e/ ou administrativos, permanente, histórico e científico é estipulada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), instituída pela portaria nº 02 de 10 de abril de 2018, PROPLADI/UFRRJ.

As diretrizes presentes nessa política se aplicam a todos os institutos e seções da UFRRJ, abrangendo os campi Seropédica, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu e Três Rios, a todos os documentos arquivísticos provenientes de suas funções, ações e atividades, criados, mantidos ou controlados pela UFRRJ e cabível a todos os servidores e terceirizados presentes na instituição.

O acervo arquivístico da UFRRJ é composto por fundos e coleções de diferentes gêneros, tais como textual, iconográfico, cartográfico e digitais que se encontram distribuídos pelos institutos da universidade.

8.2.2 Diretrizes

As ações voltadas para manutenção, preservação e acesso ao acervo arquivístico devem estar alinhadas a legislação arquivística vigente, em especial a Política Nacional de Arquivos, aos princípios que englobam o direito à informação e à privacidade dos cidadãos e à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012) e por fim, as normas, recomendações e instruções técnicas elaboradas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

As ações de preservação do acervo arquivístico precisam cumprir o que determinam os princípios da proveniência, unicidade, organicidade e do respeito aos fundos respeitados pela Arquivologia, com a finalidade de manter a relação orgânica dos documentos e os elementos que determinam a especificidade do documento arquivístico.

Para o entendimento dos conceitos arquivístico utilizados nas atividades desempenhadas na UFRRJ, adota-se o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, aprovado pela resolução nº 23, de 16 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

A SAPG define sua política de gestão de documentos arquivísticos tendo como base os objetivos de garantir eficiência, eficácia e transparência das ações administrativas por meio dos documentos arquivísticos; considerar as diferentes fases da gestão documental, o ciclo de vida dos documentos; propiciar condições de conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental, nos interesses da comunidade acadêmica para pesquisa científica; preservar a memória institucional, protegendo seu acervo arquivístico, de forma a servir como fonte de informação, prova e produtor de conhecimento; determinar as orientações para o programa de gestão de documentos arquivísticos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), considerando a criação, distribuição, utilização, classificação, avaliação,

eliminação, proteção e preservação de documentos arquivístico em todos os tipos de suporte (papel, microfilme, arquivo eletrônico e outros formatos em meio magnético); promover ações culturais como meio de divulgar seus acervos.

No que se refere a preservação de documentos arquivísticos digitais, a política busca preservar a informação da universidade para pesquisas futuras; garantir, por meio de ações em seu acervo digital, a acessibilidade, autenticidade, confiabilidade dos documentos de diferentes fundos sob custódia do arquivo geral; revisar esta política por meio de ações e estratégias para a preservação digital e acesso ao longo do tempo; definir os padrões e plataformas a serem utilizadas em conjunto com a COTIC.

8.2.3 Responsabilidades

À PROPLADI cabe viabilizar a política de gestão arquivística de documentos, apoiando integralmente a implantação dessa política, alocando recursos humanos, materiais e financeiros, e promovendo o envolvimento e incentivo de todos no programa de gestão arquivística.

A Seção de Arquivo e Protocolo Geral(SAPG),tem por finalidade coordenar e desenvolver a política e a gestão arquivística de documentos na Universidade, promovendo a centralização de documentos de arquivo, disseminação da informação, facilitando o registro, acesso, controle de autuação, recebimento, expedição, e recuperação de processos e documentos, assegurando a disponibilização e a preservação dos documentos e das informações necessárias aos processos decisórios e a memória institucional, dentre outras atividades.

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), tem por responsabilidade, acompanhar as atividades de avaliação de documentos desta Universidade, orientando e normatizando no que diz respeito à produção e ao fluxo de documentos. Obedece ao Regimento Interno aprovado em 18 de outubro de 2018, respeitando a lei Federal em vigor, e as Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), pertinentes às suas atividades.

Os responsáveis pelo arquivamento de documentos nas unidadesda UFRRJ tem como atribuições manter a documentação devidamente identificada, classificada e arquivada; manter os documentos necessários e suficientes dos processos realizados, com o fim de assegurar a memória e a rastreabilidade dos fatos; avaliar o acervo documental com base na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do CONARQ, promovendo a eliminação ou a transferência para SAPG, com auxílio dos profissionais de arquivo por meio de solicitação de visitas técnicas.

Cabe aos demais servidores e terceirizados da UFRRJ agir conforme esta política na criação, manutenção e descarte de registros; obedecer às diretrizes com relação a retenção de documentos dentro dos seus controles; guardar em segurança, de forma apropriada, os documentos sob seu controle; gerir os documentos em fase corrente, por eles produzidos ou recebidos no exercício de suas funções e atividades, qualquer que seja a natureza ou suporte dos documentos.

8.3 Acervo informacional

8.3.1 Descrição

O acervo informacional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, começou a ser formado em 1910, na Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Mesmo com todas as mudanças físicas de localização da Universidade, esse acervo continuou a ser formado e desenvolvido de acordo com as características dos cursos oferecidos à época, voltados em sua maioria para a formação na área das Ciências Agrárias.

Em 1948, foi criada oficialmente a Biblioteca Central da UFRRJ, pela Portaria CNEPA nº 95, na administração do Professor Waldemar Raythe, então diretor do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas do Ministério da Agricultura.

Em 1959, com o assessoramento técnico do Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia (IBICT), o acervo composto basicamente por livros e periódicos, que se encontrava disperso, foi centralizado e transferido para a sede da UFRRJ em Seropédica/RJ, no Pavilhão Central, onde estava localizada a Biblioteca.

Com a implantação de novos cursos e a conseqüente expansão do acervo e dos serviços prestados pela Biblioteca, na década de 1970, foi tomada a decisão pela construção de novas instalações, em edifício próprio, ao lado do Pavilhão Central, aonde funcionou até agosto de 2018.

Em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFRRJ expande sua atuação em mais campi e implanta novos cursos. Como consequência, o acervo bibliográfico diversifica ainda mais sua essência e, com o advento de novas tecnologias, novos suportes da informação são criados. Para atender essa nova realidade institucional, novas Bibliotecas são constituídas. Hoje a UFRRJ possui as seguintes unidades de informação oficiais:

- Biblioteca Central (Seropédica);
- Biblioteca IMNI (Nova Iguaçu);
- Biblioteca ITR (Três Rios);
- Biblioteca Ivan de Otero Ribeiro (CPDA/RJ),
- Biblioteca Campos dos Goytacazes (Campos dos Goytacazes).

As Bibliotecas da Universidade não fazem parte de um Sistema, cada uma funciona com regras individuais. Como ferramenta auxiliar nos procedimentos diários de gestão e processos o elo de ligação entre estas Bibliotecas é o software utilizado em todas as unidades informacionais, exceto em Campos dos Goytacazes, que é o Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas Pergamum. Este software é utilizado, principalmente no processamento técnico e na circulação de materiais, o que permite melhor gerenciamento de informações e gestão dos acervos.

O acervo informacional das Bibliotecas da UFRRJ, mesmo em diferentes suportes, é composto por obras de referência, livros, periódicos, teses, dissertações, folhetos, material eletrônico e digital, além de material bibliográfico pertencente a coleções particulares, com uma abrangência temporal bem extensa, atingindo todas as áreas de formação oferecidas nos cursos da Universidade.

Os acervos de uma instituição universitária como a nossa se desenvolvem de maneira harmônica em consonância com as atividades técnicas, intelectuais e de novas tecnologias para suporte envolvendo a seleção, avaliação, manutenção e descarte das obras. A questão primordial para alcançar objetivos e metas traçados pela biblioteca, no que se refere à

qualidade da sua coleção, é conseguir fazer a gestão deste acervo, com todas as variáveis que advém de seu uso:

[...] desgaste pelo uso, armazenamento incorreto, vandalismo, restauração, reencadernação e limpeza periódica dos volumes existentes e outras atividades burocráticas relativas ao processo de aquisição. Quanto aos aspectos intelectuais, cita as tarefas de avaliação dos interesses da comunidade, a seleção e o descarte de obras. (CATARINO, *et al.*, 2013)

Gestão de acervos em bibliotecas é parte integrante do planejamento e suas metas estão integradas com este processo:

[...] É objetivo das bibliotecas oferecerem acesso às coleções. Para tanto, elas devem não só serem adequadas ao perfil da clientela como apresentarem condições de uso hoje como no futuro. Para a garantia desse acesso futuro, é fundamental que medidas de preservação e conservação do acervo sejam colocadas em prática. Medidas estas, que devem ser adotadas desde o processo de aquisição, da incorporação do material ao acervo até, o manuseio pelo usuário. Para tanto, a preservação deve ser tratada pelo gerente de biblioteca como aspecto administrativo. A preservação deve ser gerenciada com o mesmo empenho que se dá as outras atividades da biblioteca como, desenvolvimento de coleções, serviço de referência e circulação, tratamento técnico e outros. O processo de preservação exige, portanto, estabelecimento de políticas, programas e planos de ação, que são atividades administrativas. (CATARINO *et al.*, 2013.).

Conhecer os problemas que afetam as condições de conservação, preservação e com um mapeamento de seus acervos, as Bibliotecas da UFRRJ poderão planejar ações eficientes e eficazes para solucionar os problemas detectados, tanto de forma preventiva como curativa ou corretiva, permitindo uma gestão eficiente tanto de seus processos como dos acervos.

8.3.1.1 Objetivo

Estabelecer diretrizes para as ações de gestão dos acervos e informações bibliográficas, bem como ações norteadoras para elaborar planos e projetos para as Bibliotecas.

8.3.1.2 Diretrizes

A Política de Gestão de Acervo Bibliográfico, ratifica as diretrizes gerais para a Política Integrada de Gestão de Acervos, e estabelece os seguintes procedimentos específicos para esse acervo:

1. As ações devem ser orientadas pela uniformização de padrões de descrição, classificação e indexação considerando padrões e normas de biblioteconomia, para representação descritiva e temática dos documentos.
2. As ações de formação e desenvolvimento de coleções devem ter ênfase nas áreas de cada curso ministrado na UFRRJ.
3. As ações de preservação do acervo devem ser orientadas por eixos temáticos que contemplam os campos de atuação da UFRRJ.
4. As ações de segurança física do acervo devem estar atentas as normas legais vigentes e ao tipo de acervo.

5. As ações de acesso e empréstimo do acervo informacional devem estar atentas às características dos usuários e suas necessidades na utilização dos espaços físicos das bibliotecas e capacitá-los na utilização dos recursos informacionais.

8.3.2 Responsabilidade

É de responsabilidade das Bibliotecas da UFRRJ:

1. guarda e acesso dos acervos, assim como a implementação das diretrizes e procedimentos de gestão;
2. auxiliar na formação e crescimento do acervo informacional, avaliar e se manifestar sobre a aquisição e recolhimento de bens que compõem o mesmo;
3. facilitar o acesso público aos acervos, bem como desenvolver, implementar e aprimorar processos de gestão;
4. preservar e conservar os acervos informacionais.

8.4 Acervo de coleções científicas

8.4.1 Descrição

8.4.1.3 Acervo: Conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma nação, agrupados por atribuição de valor, segundo sua natureza cultural ou científica e seguindo uma lógica de organização.

8.4.1.2 Acervo científico: O acervo científico é aquele que possui excepcional valor sob o ponto de vista da ciência, destacando-se esse valor em relação a outros que porventura possua. Abrange também organismos vivos, representantes da biodiversidade ou amostras humanas.

8.4.1.3 Coleção Biológica: conjunto de material biológico devidamente tratado, conservado e documentado de acordo com normas e padrões que garantam a segurança, acessibilidade, qualidade, longevidade, integridade e interoperabilidade dos dados da coleção, pertencente à instituição de ensino e/ou pesquisa com objetivo de subsidiar atividades de ensino, serviço, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, divulgação científica, além de conservação ex situ. Estas coleções podem ainda apresentar valioso material de importância histórica. Coleções Biológicas constituem-se de coleções de plantas, animais, fungos e micro-organismos (atuais ou fósseis) no todo ou suas partes, produtos e vestígios. Excetuam-se as coleções didáticas e as coleções vivas abrigadas por jardins zoológicos, criadouros, aquários, oceanários, biotérios, centros de triagem, reabilitação ou recuperação de animais, assim como os viveiros de plantas. (FIOCRUZ/COC, 2018. pp. 10-11).

Cabe destacar aqui:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, Portal do Instituto Brasileiro de Museus).

8.4.2 Diretrizes

1. Todos os Acervos e Coleções Científicas gerados e mantidos pela UFRRJ devem ser devidamente cadastrados pelas unidades responsáveis pela sua geração, gestão e/ou guarda, de acordo com orientações a serem oportunamente detalhadas e regularmente atualizadas pela Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
2. O cadastro deve conter no mínimo as seguintes informações:
 - Descrição e histórico do acervo ou coleção;
 - Justificativa da sua relevância histórica e científica;
 - Estado atual de conservação, processamento técnico e disponibilização para pesquisadores e/ou para o público em geral;
 - Indicação dos recursos necessários à superação dos problemas identificados no item anterior;
3. Uma vez analisado e aprovado pela Comissão Permanente de Gestão de Acervos, o cadastro da coleção ou acervo servirá de base para o planejamento de ações visando assegurar condições adequadas de conservação, processamento técnico e disponibilização, que serão incluídas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no planejamento orçamentário da UFRRJ;
4. Caso a unidade gestora responsável decida definir uma coleção científica ou um conjunto de coleções como um Museu, deve elaborar um regimento que atenda aos requisitos básicos estabelecidos na legislação para esse fim. O regimento deve ser aprovado pelas instâncias decisórias da unidade e pelos conselhos superiores da UFRRJ, junto aos quais também deve ser providenciado o registro do respectivo museu como unidade acadêmica;
5. As coleções científicas podem também servir de base para a produção de exposições temporárias destinadas ao público interno e externo, em espaços de grande circulação, tal como o saguão de entrada da Biblioteca Central e outros similares existentes nas diversas unidades acadêmicas e setores administrativos da UFRRJ, bem como para exposições virtuais permanentes e temporárias. As propostas visando à organização dessas exposições temporárias devem ser preferencialmente apreciados pela Comissão Permanente de Gestão de Acervos, visando à uniformização de procedimentos, ao planejamento integrado de ações, à otimização de recursos e à ampliação do impacto gerado pelas iniciativas;
6. Os registros gerados a partir da catalogação das coleções e acervos, assim como as imagens digitais dos itens que as integram, quando cabível, serão gradualmente disponibilizados para pesquisa por meio dos repositórios institucionais mantidos pela UFRRJ, de acordo com as normas a serem oportunamente estabelecidas pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) para esta finalidade e com o planejamento de prioridades estabelecido anualmente pela Comissão Permanente de Gestão de Acervos (CPGA).
7. Os Repositórios Institucionais atualmente mantidos pela UFRRJ são: 1) TEDE, implantado e mantido com apoio do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), que se destina à publicização obrigatória das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação stricto sensu da Instituição; 2) RIMA, que se destina à disponibilização: a) dos acervos digitalizados pelo Centro de Documentação e Imagem do IM/UFRRJ e pelo Laboratório de Conservação e Digitalização; b) de Trabalhos de Conclusão de Curso e Monografias, por solicitação das respectivas coordenações de curso; c) de artigos publicados por integrantes do corpo docente e discente da UFRRJ; d) de bases de dados geradas por pesquisadores da UFRRJ.
8. Os Repositórios Institucionais atuais e outros que venham a ser estabelecidos

futuramente com aprovação da CPGA receberão orientação técnica da Biblioteca Central quanto às normas bibliográficas e suporte da COTIC quanto à manutenção e atualização dos sistemas computacionais pertinentes. Os investimentos necessários a esse suporte técnico na forma de lotação e capacitação de pessoal, equipamentos e infraestrutura serão previstos no PDI e no planejamento orçamentário da UFRRJ. Caberá à CPGA planejar também o estabelecimento de parcerias interinstitucionais em âmbito nacional e internacional visando colaborar na viabilização desses objetivos.

8.4.3 Responsabilidades

Unidades responsáveis pela curadoria das coleções, sendo os processos de gestão dos acervos por tipo de material avaliados de modo articulado.

8.5 Laboratório de Conservação e Digitalização

8.5.1 Descrição

O Laboratório de Conservação e Digitalização da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ocupa-se da conservação, digitalização e divulgação do acervo patrimonial da UFRRJ e de acervos documentais relevantes à produção científica dos seus pesquisadores pertencentes a instituições parcerias. Sua missão é a preservação, salvaguarda e disseminação das coleções da UFRRJ.

O Laboratório de Conservação e Digitalização vincula-se academicamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Conta com uma equipe de Conservadores e Restauradores, Historiadores, Analistas de Sistema e técnicos especializados.

8.5.2 Diretrizes

Os seguintes aspectos estão cobertos pelo regimento e futura política e procedimentos da instituição:

1. Atribuição oficial da responsabilidade de Conservação e restauro do Patrimônio Cultural da Universidade Rural e toda sua metodologia;
2. Digitalização e acesso aos acervos da Universidade Rural;
3. Estímulo a pesquisa por meio da Conservação e Digitalização da memória Institucional.
4. Autoridade da equipe técnica do Laboratório de Conservação e Digitalização para tomar decisões sobre os acervos e suas condições de armazenamento;
5. Especificações escritas de funções dos funcionários incluindo as tarefas relacionadas ao armazenamento dos acervos;
6. Critérios claros de aquisição e um mandato/missão institucional que define bem o escopo daquilo que os há nos acervos;
7. Sequência de ações a serem realizadas quando um objeto entra para o acervo;
8. Rastreamento da movimentação de objetos quando eles deixam o Laboratório e retornam a ele;
9. Acesso de pesquisadores / membros do público ao acervo;
10. Direcionamentos escritos em ata de como lidar com objetos infestados por pragas ou mofo resposta a emergências;
11. Segurança: acesso ao Laboratório por meio de câmeras e controle de chaves.

8.5.3 Responsabilidades

O Laboratório de Conservação e Digitalização tem as seguintes responsabilidades:

1. Conservação preventiva, curativa e restauro dos acervos da UFRRJ e demais conjuntos documentais indicados acima;
2. Orientação técnica de medidas de conservação preventiva ao Arquivo, Biblioteca e demais departamentos detentores de acervos quanto à correta manipulação, acondicionamento adequado, mobiliário estável e climatização do ambiente que está armazenado a coleção;
3. Difusão das coleções da UFRRJ, diversificando sua esfera social (comunidade ou público-alvo) e enriquecendo as possibilidades de acesso e uso;
4. Promoção da salvaguarda do acervo original da UFRRJ;
5. Criação de um Plano de Emergência para a UFRRJ, considerando um planejamento com saídas de emergências e orientação para salvaguarda quanto a desocupação dos prédios que abrigam coleções;
6. Execução e treinamento com as equipes detentoras de acervos da Universidade quanto a situações de emergência como incêndios e inundações;
7. Inserção de alunos das Belas Artes, Arquitetura e Urbanismo e História como estagiários na prática de conservação e digitalização dos acervos mediante orientação de docentes;
8. Realização de treinamentos especializados e atualização de procedimentos de trabalho por meio de interdisciplinaridade entre instituições públicas detentoras de acervos.
9. Realização de seminários, mesas redondas e grupos de estudo em relação à preservação do Patrimônio artístico e histórico da Universidade;
10. Realização de treinamentos de funcionários da limpeza quanto aos procedimentos preventivos realizados nos acervos.

ANEXO C – Proposta de Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ

DeliberaçãoXX/2021
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro

RESOLVE:

1.0–PROPÓSITO

Instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acessográtuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

2.0–OBJETIVO

Considerando a informação como um bem público, os princípios da Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o movimento global do acesso aberto ao conhecimento, bem como as diretrizes do Governo Federal para a sua promoção, que incluem a integridade da pesquisa realizada e publicada, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) vem, por meio desta resolução, estabelecer sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento.

2.1PRINCÍPIOSGERAIS

A democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. O seu estabelecimento objetiva garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção intelectual desenvolvida pela UFRRJ.

A Política está alinhada e reforça as iniciativas internacionais e nacionais de apoio ao Acesso Aberto e à Integridade em Pesquisa. A Política contribuirá para fortalecer os mecanismos de preservação da memória institucional e aumentar o acesso e o impacto da produção intelectual da UFRRJ, constituindo-se em um importante instrumento que promoverá, de forma organizada e reunida, a disseminação, acessibilidade e, conseqüentemente, visibilidade do conhecimento gerado na Instituição.

A UFRRJ reconhece e respeita os direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais, e demais direitos de propriedade intelectual em relação ao conhecimento produzido e também reconhece que é dever das instituições públicas assegurar que a sociedade tenha acesso ao conhecimento por elas produzido.

O acesso às obras intelectuais depositadas no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) deverá observar as hipóteses legais de sigilo obrigatório vigentes,em especial as presentes nas leis:

- nº9.279/96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial)
- nº9.609/98 (dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de

programa de computador)

□ nº10.973/2004 (dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica)

□ nº12.527/2011 (regula o acesso a informações).

Assim, qualquer obra intelectual somente será considerada como de acesso aberto caso não esteja sujeita a qualquer determinação legal de sigilo ou restrições para disponibilização ao público geral. A obra intelectual, para fins da política institucional de acesso aberto da UFRRJ, é compreendida como toda a produção científica, técnica, tecnológica, cultural e didático-educacional da UFRRJ.

A Política tem caráter mandatório inicialmente no que se refere ao depósito no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da UFRRJ e dos artigos científicos publicados em periódicos. O depósito será facultativo em outros casos descritos abaixo.

Resguardam-se aos autores os direitos morais e usos comerciais de suas obras. O depósito e disponibilização obrigatórios das dissertações e teses apoiam-se e são também regulados pelas normativas e recomendações da Capes. Respeita-se o período de embargo definido pelos periódicos. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) serão disponibilizados em acesso aberto.

As normas específicas relativas às formas e às condições de disponibilização de patentes, softwares e demais produtos objeto de propriedade intelectual passíveis de registro serão definidas pelos órgãos responsáveis pela política de inovação da UFRRJ.

2.2 POLÍTICA DE ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO

Capítulo1. Definições e Objetivos

Art. 1º. A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ, busca garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela UFRRJ.

Parágrafo Único – São objetivos da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ:

- I. Favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição;
- II. Preservar a memória institucional;
- III. Dar visibilidade e disseminar a produção intelectual;
- IV. Apoiar o planejamento e a gestão da pesquisa;
- V. Estabelecer diretrizes de registro e publicização da produção intelectual.

Art. 2º. O Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) e o Portal de Periódicos Costa Lima são os principais instrumentos de realização do Acesso Aberto instituído por esta Política.

Parágrafo Único – A gestão operacional do Repositório Institucional de Múltiplos

Acervos (RIMA) e do Portal de Periódicos Costa Lima é coordenada pela Biblioteca Central da UFRRJ com suporte técnico da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC).

Art. 3º. O Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) tem como função hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição, reunindo-a em um único ponto de acesso, e estimular a mais ampla circulação do conhecimento, a fim de fortalecer o compromisso institucional com o livre acesso à informação científica em saúde, além de conferir transparência e incentivar a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, alunos de graduação e pós-graduação e toda a sociedade civil.

Art. 4º. O Portal de Periódicos Costa Lima abriga periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto, editados por grupos de docentes da UFRRJ e/ou de instituições parcerias. Tem como objetivo oferecer instrumentos que canalizem e ajudem a difundir a contribuição da UFRRJ para o avanço do conhecimento acadêmico em áreas temáticas específicas.

§1º - Os periódicos disponibilizados no portal devem atender às normas internacionais e nacionais pertinentes, particularmente no que diz respeito à manutenção da regularidade de publicação, à realização de chamadas abertas para submissão de artigos, à avaliação cega por pares dos trabalhos submetidos e do respeito aos princípios referentes à integridade em pesquisa. Embora possam desempenhar papel relevante na difusão da produção da comunidade acadêmica da própria UFRRJ, os periódicos, seguindo os princípios internacionais das boas práticas nas publicações científicas, devem evitar a excessiva endogenia.

§2º – O detalhamento das normas e mecanismos específicos de gestão do Portal de Periódicos Costa Lima será realizado em regimento à parte.

Art. 5º Para os fins desta política define-se como obra intelectual toda a produção científica, técnica, tecnológica, cultural e didático-educacional da UFRRJ:

- i. De autoria individual, em co-autoria e de autoria coletiva de profissionais da UFRRJ, e daqueles outros de qualquer forma vinculados à Instituição no momento da produção
- ii. Elaborada com recursos físicos ou financeiros ou, ainda, envolvendo os servidores da UFRRJ ou produzida pelos autores no exercício da sua função, ainda que em parcerias com outras pessoas jurídicas ou físicas, públicas ou privadas.

Art. 6º Para os efeitos desta Política são considerados autores da UFRRJ os servidores, discentes e colaboradores, contratados direta ou indiretamente, e demais pessoas vinculadas de qualquer forma à UFRRJ.

Art. 7º A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento tem caráter mandatório no que diz respeito ao depósito no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da UFRRJ e dos artigos produzidos no âmbito da UFRRJ publicados em periódicos

científicos. Já os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, as monografias produzidas nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, assim como recursos pedagógicos e acervos digitalizados por docentes, grupos de pesquisa ou e dos acervos digitalizados pelos centros de documentação institucionalmente estabelecidos no interior da universidade poderão ser disponibilizados de forma facultativa de acordo com as deliberações dos órgãos e servidores responsáveis em cada caso.

§1º Esta Política se aplica, de forma não exclusiva, ao depósito de artigos científicos *post print*, respeitado o período de embargo definido pelos periódicos que os publicaram. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) serão disponibilizados em acesso aberto.

§2º Os acervos digitalizados por centros de documentação, discentes e grupos de pesquisa que tenham origem externa à UFRRJ somente poderão se valer da possibilidade de disponibilização no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) caso os termos de cessão e/ou autorização de uso dos detentores originais de direitos sobre o acervo físico correspondente contenham previsão explícita nesse sentido.

Art. 8º Além da legislação prevista no item Princípios Gerais, o acesso às obras intelectuais depositadas no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) observará as hipóteses legais de sigilo estabelecidas por novos instrumentos legais que venham a entrar em vigência no país, bem como por futuras normativas institucionais internas à UFRRJ.

Capítulo 2. Instâncias e Mecanismos de Governança

Art. 9º - A execução desta política é compartilhada pelos organismos estabelecidos por esta deliberação e pelas unidades acadêmicas da UFRRJ.

Art. 10 - A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da UFRRJ e o Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) contarão com a seguinte estrutura de governança: Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento e Comitê Gestor do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA).

Art. 11 - O Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento é a instância responsável pela supervisão e acompanhamento da execução desta Política. Este Comitê é coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e constituído por:

- i. Um representante da Biblioteca Central da UFRRJ;
- ii. Um representante da Biblioteca do Instituto Multidisciplinar;
- iii. Um representante da Biblioteca do Instituto de Três Rios;
- iv. Um representante da Biblioteca do CPDA;
- v. Um representante de cada uma das pró-reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação, Graduação e Extensão;
- vi. Um representante de cada um dos Institutos da UFRRJ indicado no seu CONSUNI.
- vii. Um representante da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e

- Comunicação (COTIC)
- viii. Um representante da Editora da UFRRJ (EDUR)
 - ix. Um representante da Seção de Arquivo e Protocolo Geral
 - x. Um representante do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM)
 - xi. Um representante do Núcleo de Documentação e Memória da UFRRJ

Parágrafo §1º – Os mandatos dos componentes do Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento serão de dois anos.

Parágrafo §2º – As regras de funcionamento do Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento serão detalhadas no seu Regimento Interno.

Art. 12 – O Comitê Gestor do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), coordenado pela Biblioteca Central da UFRRJ, é a instância responsável pela coordenação, gestão, operação, participação e adesão ao Repositório. Tem por objetivo definir as linhas de ação, plano de trabalho e operação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) e garantir o alinhamento operativo entre as unidades. É constituído por:

- i. Um representante da Biblioteca Central da UFRRJ;
- ii. Um representante da Biblioteca do Instituto Multidisciplinar;
- iii. Um representante da Biblioteca do Instituto de Três Rios;
- iv. Um representante da Biblioteca do CPDA;
- v. Um representante da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC)
- vi. Um representante da Editora da UFRRJ (EDUR)
- vii. Um representante da Seção de Arquivo e Protocolo Geral
- viii. Um representante do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM)
- ix. Um representante do Núcleo de Documentação e Memória da UFRRJ

Parágrafo §1º – Os mandatos dos componentes do Comitê Gestor do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) serão de dois anos.

Parágrafo §2º – As regras de funcionamento do Comitê Gestor do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) serão detalhadas no seu Regimento Interno.

Art. 13 - Cabe ao Comitê da Regulação da Política e ao Comitê Gestor promover anualmente a apresentação e a análise da condução e desempenho do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), no âmbito das Câmaras de Graduação, de Ensino e Pesquisa e de Extensão, como objetivo de garantir amplo debate no que se refere ao seu funcionamento e sua adequação e alinhamento às políticas acadêmicas da UFRRJ.

Art. 14 – A gestão financeira do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) será feita com recursos orçamentários e extra-orçamentários da UFRRJ especificamente alocados para esta finalidade.

§ 1º - O Comitê da Regulação da Política e o Comitê Gestor são responsáveis por planejar os investimentos necessários ao desenvolvimento tecnológico e

metodológico visando assegurar a continuidade de operação, manutenção do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) e seu aperfeiçoamento.

§2º - Caberá à administração superior da UFRRJ incorporar as demandas decorrentes do planejamento dos comitês responsáveis pela gestão do RIMA ao Plano de Desenvolvimento Institucional e às propostas orçamentárias anuais da universidade, além de orientar e coordenar estratégias complementares de captação de recursos extra-orçamentários.

Capítulo 3. Diretrizes de Operação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA)

Art. 15 - Os objetos digitais do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) podem conter texto, imagem e áudio.

Art. 16 – A gestão operacional do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) é coordenada pela Biblioteca Central da UFRRJ, de forma compartilhada com todas as unidades acadêmicas.

Art. 17 - O conteúdo do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) será organizado considerando os vários tipos de produto e permitindo a clara identificação da produção científica de cada unidade acadêmica.

Art. 18 – O Comitê Gestor cadastrará e habilitará os gestores indicados pelas unidades acadêmicas, atribuindo-lhes as funções necessárias à alimentação do RIMA nos âmbitos respectivos. Promoverá também atividades de capacitação desses gestores, formulará as normas e padrões técnicos para o seu trabalho e realizará a supervisão dos novos conteúdos disponibilizados, visando assegurar a observância aos padrões técnicos adequados.

Art. 19 – O Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais que possibilite automaticamente a inclusão e coleta da produção intelectual pertinente, observando em especial os protocolos e padrões definidos no modelo *Open Archives Initiative* (OAI).

Art. 20 – A captura dos registros da produção científica será executada por meio de um conjunto de estratégias diferenciadas que serão aplicadas de acordo com a necessidade de cada unidade, com o apoio do Comitê Gestor.

Capítulo 4. Direitos e Deveres dos Autores

Art. 21 – Os autores deverão ceder à UFRRJ, gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização não comercial das obras intelectuais, durante o prazo de vigência dos direitos autorais, em qualquer meio ou veículo, inclusive e, principalmente, o digital, em todos os países e idiomas, para fins de disponibilização pública gratuita e de utilização não comercial, reservados aos autores os direitos morais e os usos comerciais das obras intelectuais de que forem autores ou titulares.

§ 1º - A cessão feita à UFRRJ pelos autores autorizará a utilização não comercial, gratuita, não exclusiva, em caráter permanente e irrevogável, da obra disponível no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), por qualquer pessoa, física ou jurídica.

§ 2º - A permissão de uso inclui os direitos de reproduzir, exibir, executar, declamar, expor, arquivar, inserir em bancos de dados, difundir, distribuir, divulgar, disponibilizar, emprestar, traduzir, incluir em novas obras ou coletâneas, ou qualquer forma de utilizar o material disponibilizado, desde que não haja finalidade comercial e sejam respeitados os direitos morais, dando-se os devidos créditos aos autores originais.

§ 3º - Será possível, desde que assim solicitado pelo autor, e definido no seu termo de cessão, a disponibilização da obra intelectual no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) comum a cessão mais ampla, que inclua, por exemplo, os usos comerciais.

§ 4º - As obras intelectuais depositadas, em acesso aberto, no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA), poderão ser utilizadas gratuitamente por qualquer pessoa física ou jurídica, para fins privados, pessoais, educacionais, de pesquisa, científicos, informativos, de arquivamento, preservação, difusão, divulgação, demonstração, disponibilização ou quaisquer outras finalidades não comerciais.

Art. 22 - Os artigos científicos publicados em periódicos com restrição de acesso deverão ser depositados no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) e ficarão embargados pelo período de tempo definido em contrato pelo periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (RIMA) serão disponibilizados em acesso aberto.

Art. 23 – Os editais, convênios, contratos, regimentos internos das unidades e de seus programas de pós-graduação e quaisquer instrumentos jurídicos publicados pela UFRRJ deverão ser adequados a esta Política, no que couber, ressalvadas as hipóteses de sigilo da informação previstas em lei.

Art. 24 – Ficam reservados aos autores todos os direitos morais, bem como os usos comerciais sobre as obras de sua autoria, salvo as exceções previstas em lei ou em instrumentos contratuais.

Art. 25 – Os autores da UFRRJ deverão publicar, preferencialmente, em periódicos de acesso aberto ou que façam constarem seus contratos de publicação a necessidade do depósito e disponibilização de artigos publicados (*post print*) em repositórios de acesso aberto.

Art. 28 - A política editorial da UFRRJ, adotada pela Editora da UFRRJ e pelos Portal de Periódicos Científicos Costa Lima, deverá estar alinhada às diretrizes estabelecidas nesta Política, resguardado o estabelecido por suas normas e diretriz específicas.

Capítulo 5 – Disposições finais

Art. 29 – Os casos não descritos nesta Portaria serão apreciados pelo Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento desta Política.

Art. 30 – Esta Política entrará em vigência no ato de sua publicação.